



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ELVIS HUMBERTO POLETTO

O CONCEITO DE NAÇÃO EM MARIÁTEGUI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2011**

ELVIS HUMBERTO POLETTTO

O CONCEITO DE NAÇÃO EM MARIÁTEGUI

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

**Florianópolis
2011**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P765 Poletto, Elvis Humberto
O conceito de nação em Mariátegui [dissertação] / Elvis
Humberto Poletto ; orientador, Waldir José Rampinelli. –
Florianópolis, SC, 2011.
168 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. Mariátegui, José Carlos, 1894-1930. 2. História.
3. Índios. 4. Racismo. 5. Estado nacional. 6. Imperialismo.
I. Rampinelli, Waldir Jose. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

O Conceito de Nação em Mariátegui

Elvis Humberto Poletto

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

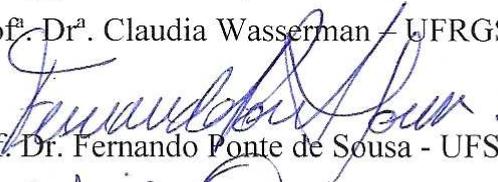
Banca Examinadora



Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (Presidente e
Orientador) – UFSC



Prof.ª Dr.ª Claudia Wasserman – UFRGS



Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa - UFSC



Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques (suplente) –
UFSC



Prof.ª Dr.ª Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 24 de março de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC que trabalham para que o programa avance na pesquisa e conquiste a excelência. Bem como aos funcionários do PPGH Cristiane, Maurício, Antonio e Nazaré (hoje mestranda em História).

À Universidade Federal de Santa Catarina, onde tive o privilégio de cursar Ciências Sociais, de 1989 a 1994, e que depois novamente me acolheu como aluno de mestrado. Agradeço a todos os funcionários e professores que a constroem, dia a dia, e lutam para mantê-la pública, plural e de qualidade.

Ao CNPq, que me proporcionou bolsa por um ano e que sem dúvida foi muito importante.

À comunidade de estudiosos e mantenedores da memória e legado de José Carlos Mariátegui para a nossa e futuras gerações, em especial a Sandro Mariátegui Chiappe e Sara Beatriz Guardia.

À Fiorella, amiga peruana que, junto com sua mãe, se prontificou a comprar a Obra Completa de Mariátegui e me enviá-la de Lima, Peru. Este gesto delas, que mal me conheciam, possibilitou-me dar sequência ao meu trabalho. À professora Mônica Bruckmann, que também me ajudou no envio e indicação de material de pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado. Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos de História da América Latina (Nehal), que me ajudaram com indicação de material, com os debates travados no Núcleo e com a solidariedade de alguns deles que, envolvidos em alguma pesquisa, compartilharam angústias, dúvidas e outras fragilidades.

Aos meus amigos funcionários, alunos e professores de outros cursos da UFSC com quem tive o privilégio de conviver e que, sabendo do objeto de meu mestrado, me apoiaram sempre. À professora Ana Lice Brancher, que deste o primeiro momento me incentivou a entrar no mestrado.

Ao amigo e professor Nildo Domingos Ouriques, profundo conhecedor da América Latina e da contribuição de Mariátegui para o pensamento latino.

Ao meu filho Eduardo. Às minhas irmãs, Rosy, Mirian e Solange, e ao meu irmão Jorge. Ao meu querido irmão caçula, Marcelo (*in memoriam*), que de uma hora para outra, logo depois que entrei para o mestrado, nos deixou.

Aos meus amigos e amigas de todos os dias, de quem não vou citar nomes para não cometer nenhuma injustiça.

A uma pessoa que conheci há seis anos e que passou a ser para mim uma referência de capacidade intelectual e de vontade de viver: Seu Benedito Antunes de Andrade – Capitão Andrade (*in memoriam*) –, que nos deixou em 2010. À família da minha companheira, que me adotou como filho.

À minha mãe Anna (*in memoriam*) e ao meu pai Orestes (*in memoriam*), que faleceu em 2010, exemplos para minha vida.

Ao meu orientador, intelectual comprometido com uma universidade democrática, plural e radicalmente pública. Incansável pesquisador e divulgador da história da América Latina que não é ensinada na maioria das universidades e cursos de História por este Brasil afora. Não tenho como agradecer a confiança e disposição com que o professor Waldir Rampinelli se dispôs a defender meu projeto de mestrado no PPGH da UFSC, garantindo que o mesmo tivesse o direito de ser julgado e pudesse disputar uma vaga. Agradeço a ele o acompanhamento e orientação. Espero não tê-lo decepcionado, e já alerta de antemão que as lacunas e inconsistências nesta dissertação são de minha inteira responsabilidade.

E à minha companheira, Tânia, que, a partir do momento em que lhe disse que voltaria a estudar, não hesitou um instante em me incentivar. Agradeço a ela as incontáveis vezes que leu este texto, discutindo, questionando, propondo, enfim, sendo parceira. Posso afirmar que já conhece muito do tema pesquisado. Sem ela eu não teria conseguido. A ela dedico este trabalho.

Obrigado a todos e a todas.

“De uma região da América espanhola para outra, variam as coisas, varia a paisagem, mas quase não varia o homem. E o sujeito da história é, antes de tudo, o homem. A economia, a política e a religião são formas da realidade humana. Sua história é, na sua essência, a história do homem.”
(José Carlos Mariátegui)

RESUMO

POLETTO, Elvis Humberto. **O conceito de nação em Mariátegui**. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

O objetivo desta dissertação é discutir o Conceito de Nação na obra de José Carlos Mariátegui. Busca interpretar nesta obra o lugar do índio na construção da nação, analisando o racismo como mecanismo de dominação e permanente tentativa, tanto dos colonizadores como dos imperialistas, de subordinação das nações, utilizando-se para isso da ocultação da história. Mariátegui, após assumir-se socialista, apropriou-se do instrumental marxista para apresentar a sua concepção de nação. A partir da obra de Mariátegui, e também de outros autores, o trabalho pretende apresentar o papel do colonialismo espanhol na América Latina, procurando analisar o que representou a herança desse colonialismo no processo de formação da nação peruana. Analisa também o imperialismo no Peru, como as forças políticas contrárias à dominação imperialista se contrapuseram ao processo de dominação e o impacto que essa subordinação teve no desenvolvimento da nação. Discute o pensamento de Victor Raul Haya de La Torre e o debate travado entre ele e Mariátegui.

Palavras-chave: José Carlos Mariátegui. Índio. Racismo. Nação. Imperialismo.

ABSTRACT

POLETTO, Elvis Humberto. **The concept of nation in Mariátegui.** 2011. 168f. Dissertation (Master's degree in History) – Center of Philosophy and Human Sciences, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

The objective of this dissertation is to discuss the Concept of Nation in the work of José Carlos Mariátegui. Tries to interpret in this work the place of the Indian nation-building, analyzing racism as a mechanism of domination and constant attempt, both the colonizers as the imperialists, the subordination of nations, using for it the concealment of the history. Mariátegui, after taking as socialist, appropriated its instrumental to introduce the Marxist conception of nation. From the work of Mariátegui, and also from other authors, the paper analyzes the role of Spanish colonialism in Latin America, trying to analyze what represented the legacy of colonialism in the formation of the Peruvian nation. Scans also the role of imperialism in Peru, how the political forces contrary to imperialist domination was countered in the process of domination and the impact that this subordination was in the nation's development in Peru. The role of thought of Victor Raul Haya de la Torre and the debate between him and Mariátegui.

Key Words: José Carlos Mariátegui. Indian. Racism. Nation. Imperialism.

LISTA DE SIGLAS

- APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana¹
- CCN – Comitê Confederativo Nacional
- CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos
- CROM – Confederação Regional Operária Mexicana
- PSP – Partido Socialista Peruano
- UPGP – Universidade Popular Gonzalez Prada

¹ Esta denominação é utilizada tanto para designar a APRA enquanto uma frente de partidos, organizações, movimentos e grupos contra o imperialismo como também para indicar o partido em que se transformou em 1928.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
1 O CONCEITO DE NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	23
1.1 A nação na América Latina.....	23
1.2 Nação e luta anticolonial.....	32
1.3 O elemento racial como mecanismo de dominação.....	34
1.4 Do sonho da Pátria Grande e nações tuteladas.....	36
1.5 A disseminação das ideias.....	41
CAPÍTULO II	
2 MARIÁTEGUI E O CONCEITO DE NAÇÃO	50
2.1 Elementos de afirmação da questão nacional do Peru.....	50
2.2 O caminho escolhido.....	52
2.3 As lutas anticolonialistas e a construção de nações soberanas.....	66
2.4 O papel da cultura na construção da identidade nacional.....	70
2.5 A influência do sentimento passadista.....	73
2.6 A negação do índio.....	75
2.7 O componente racial no Peru.....	83
2.8 Terra, povos originários e a construção da nação.....	90
2.9 A questão da educação para a formação da nação peruana.....	94
CAPÍTULO III	
3 MARIÁTEGUI E O ANTI-IMPERIALISMO	100
3.1 O processo de independência das colônias espanholas na América Latina.....	100
3.2 O período pós-independência e o Peru.....	105
3.3 Os elementos de uma luta anti-imperialista.....	112
3.4 Duas construções – Vitor Raul Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui.....	115
3.5 A APRA e suas tarefas.....	116
3.6 As divergências de Mariátegui e Victor Raul Haya de la Torre....	119

3.7 A Revolução Mexicana e sua influência na luta de classes no Peru.....	124
3.8 Socialismo, onigenismo e anti-imperialismo no pensamento de José Carlos Mariátegui.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
FONTES.....	145
BIBLIOGRAFIA SOBRE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E SUA OBRA.....	146
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	148
ANEXOS.....	156

INTRODUÇÃO

A obra do intelectual e revolucionário peruano José Carlos Mariátegui é apontada por um conjunto de estudiosos do pensamento marxista como “original”, e o que me levou a aprofundar o estudo de sua obra foi justamente a busca para entender essa originalidade. Além disso, eu também tinha o interesse em discutir como seu pensamento pode nos ajudar a compreender a formação das nações no continente latino-americano. Proponho-me, assim, a estudar a forma como Mariátegui apresenta, no conjunto de suas formulações, sua proposta de nação.

Na sua obra, Mariátegui reafirma que o caráter da revolução, em sociedades como a peruana, no estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que se encontrava, deveria ser socialista. Até aí, muitos pensadores de esquerda, que se diziam socialistas, e utilizavam o método marxista como ferramenta de análise, também concordavam com essa ideia. Contudo, Mariátegui vai avançar nessa definição de socialismo no Peru, quando aponta que o indígena, que representava quatro quintos da população daquele país, teria de fazer parte do processo da revolução, juntamente com o proletariado, conceituando esse socialismo como indo-americano. Outras originalidades seriam sustentadas pela pena e pela máquina de escrever daquele *periodista* e jovem intelectual revolucionário, quando afirmou que o socialismo na América não poderia ser “nem decalque nem cópia, e sim uma criação heróica”. Mariátegui teve a ousadia de trazer para dentro da discussão rígida da interpretação determinista, que setores da esquerda faziam do marxismo, o debate da dimensão espiritual e ética do combate revolucionário: a fé (“mística”), a solidariedade, a indignação moral, o compromisso (“heróico”), comportando o risco e o perigo para a própria vida (LÖWY, 2005, p. 17).

Seu pensamento foi expresso através de textos publicados nas revistas *Amauta*, *Claridad* e *Labor*, nos principais jornais de Lima – *La Razón*, *El Tiempo*, *El Mundial* – e em dois livros que escreveu e publicou durante seu curto espaço de vida – *La escena contemporánea*² e *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*³. Deixou ainda

² *La escena contemporánea*. Lima: Editorial Minerva, 1925.

³ *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Editorial Amauta, 1928.

mais três livros inacabados, publicados após sua morte⁴. Todos os seus livros, mais um conjunto de artigos, foram organizados em *Mariátegui total*, publicação de 1994 da editora Minerva, fundada por ele e hoje dirigida por seus filhos e parentes. Essa obra é a principal fonte para elaboração deste trabalho e está reunida em dois tomos. No primeiro encontram-se os seus escritos políticos, posteriores a sua “idade da pedra”⁵, e no segundo os seus “escritos juvenis”.

Meu questionamento, quando entrei em contato com *7 ensayos de interpretación da la realidad peruana*, considerado o mais importante livro de Mariátegui, foi por que ideias expressas com tamanha profundidade e originalidade não tiveram maior profusão no Brasil. Outro questionamento despertado deveu-se ao impacto das formulações desse intelectual revolucionário no conjunto do pensamento da esquerda latino-americana, o que me remeteu inicialmente à busca por conhecer melhor a sua obra.

7 ensayos de interpretación da la realidad peruana, em que está consubstanciada sua formulação de maior fôlego, foi traduzido para português e publicado no Brasil somente em 1975. O prefácio, escrito por Florestan Fernandes, vai referir-se a Mariátegui como nosso irmão mais velho, numa cadeia de longa duração, a qual mostrou sua primeira florada na década de 1920 (MARIÁTEGUI, 1975, p. XVI). Na década de 1980, serão publicadas mais duas obras⁶ sobre o seu pensamento. Ocorre novo lapso e, em 1999, um livro organizado por Michael Löwy,

⁴ Os livros são: *Defensa del marxismo*, *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy* e *La novela y la vida*.

⁵ Mariátegui, em uma correspondência enviada em 10 de janeiro de 1927 a Samuel Glusberg, vai ele próprio definir sua vida em duas etapas: uma que ele denominou idade da pedra e foi antes de seu engajamento político. Diz ele: a partir de 1918, nauseado com a política *criolla*, orientei-me resolutamente para o socialismo, rompendo com meus primeiros ensaios de literato infectado pelo decadentismo e bizantinismo de fim de século [...]. A segunda etapa ele chamou de idade adulta e se deu a partir de sua definição pelo socialismo, a partir de 1918. Em sua idade adulta Mariátegui empreendeu seus esforços na busca de compreender e explicar a realidade peruana. Sua estada na Europa foi determinante nesse sentido. Ao contrário de grande parte da intelectualidade latino-americana, não buscou interpretar sua realidade a partir de uma aplicação automática de uma teoria construída em outra realidade, mas sim aproveitou-se do conhecimento que acumulou, do instrumental que passou a manejar na busca de compreender e interpretar sua realidade, e construiu sua interpretação da realidade de seu país. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 1874).

⁶ Em 1982, uma antologia organizada por Manoel L. Bellotto e Anna Maria M. Corrêa (BELLOTTO; CORRÊA, 1982) reúne um conjunto de textos importantes de Mariátegui, e em 1983 é publicado pela Coleção Encanto Radical, da Editora Brasiliense, um pequeno livro escrito por Héctor Alimonda – *José Carlos Mariátegui* – que, a meu ver, cumpriu o papel de realizar uma breve apresentação do intelectual peruano (ALIMONDA, 1983).

intitulado *O marxismo na América Latina*⁷, apresenta alguns textos de Mariátegui. Após outro espaço de tempo, ou podemos dizer esquecimento, surgiram nos últimos três anos três novas publicações a respeito da obra e da vida de José Carlos Mariátegui⁸. Além dessas, tive acesso a uma dissertação de mestrado⁹ e artigos em revistas que buscavam resgatar alguns aspectos do pensamento de Mariátegui, publicações que ressaltam a heterodoxia e originalidade do pensamento de Mariátegui.

Algumas hipóteses me instigaram a buscar entender por que um pensamento que se propôs a explicar a realidade de seu país, a partir de elementos antes não considerados e que aportaram uma consistência que o fez ultrapassar aquelas fronteiras, além de guardar uma originalidade ímpar, foi pouco pesquisado pela esquerda brasileira nas nossas universidades. E por que, somente a partir do início do século XXI, começam a surgir sinais de interesse pelo pensamento de Mariátegui sobre um caminho próprio para realizar as transformações sociais em seu país, utilizando-se do instrumental marxista para analisar sua realidade histórica e partindo dessa realidade e não de uma análise da luta de classes na Europa?

Aponto algumas respostas: 1) orientação da Terceira Internacional de isolar os pensamentos tidos como populistas e românticos, do que foram acusadas as formulações de Mariátegui¹⁰; 2) receio da Terceira Internacional em perder influência sobre os Partidos Comunistas do continente americano; 3) desconhecimento e desinteresse pelas lutas sociais e pelos atores políticos do continente americano, principalmente pelas guerras de independência das colônias espanholas, por grande parte da esquerda e da intelectualidade brasileira; 4) desconhecimento das formações autóctones dos países andinos, da

⁷ A publicação apresenta textos de diversos pensadores marxistas da América Latina.

⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas – retratos subversivos*, publicado pela Boitempo, uma compilação de artigos que Mariátegui escreve sobre personagens do século XX, entre eles Ghandi e Chaplin.

As outras duas publicações são de Michael Löwy (uma seleção mais ampliada de textos com uma apresentação de maior fôlego do pensamento de Mariátegui) e de Leila Escorsim, editada pela Expressão Popular em 2006, que tem como título *Mariátegui – vida e obra* e busca analisar mais a fundo a sua obra.

⁹ BRUKMAM, Mônica. *Dialética e imprensa revolucionária em José Carlos Mariátegui*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRJ, Rio de Janeiro.

¹⁰ Michael Löwy vai afirmar que Mariátegui teria sido “denunciado em um artigo de 1941 escrito por V.M. Miroshovski, eminente especialista soviético e conselheiro do Birô Latino Americano do Comintern de populista e romântico”. (LÖWY, 2005, p. 8).

cultura incaica e seu desenvolvimento; 5) preponderância de estudos, na História e nas Ciências Sociais no Brasil, com concepção eurocêntrica.

Nos anos de 1990 essa situação começa a mudar. Essa década ficará marcada como o período em que o neoliberalismo, que alguns pensadores apontam como uma nova etapa do imperialismo mundial, instala-se de forma avassaladora nos principais países do nosso continente – porém, já na década de 1980 tinha iniciado sua implementação (com exceção do Chile e da Bolívia, países onde o processo de neoliberalização já ocorrera na década de 1970). A resistência, através de lutas sociais, contra sua implementação se fez presente, e o desenrolar dessa nova etapa do capitalismo no continente latino-americano aponta a necessidade do resgate da obra de José Carlos Mariátegui, porque em sua obra ele já apontava a subordinação dos países do continente ao imperialismo. Isso certamente nos ajudará a entender os efeitos e consequências do neoliberalismo em nossos países.

Nas duas últimas décadas do século XX, a esquerda mundial¹¹ entrou em profunda crise, tendo de empreender, a partir do fim da polarização capitalismo x comunismo, no final da década de 1980, uma revisão de seus paradigmas. Isso se impôs diretamente aos partidos comunistas, que se guiavam por uma análise ortodoxa do processo da luta de classes no mundo, o que foi duramente questionado.

O ressurgimento e a emergência de atores sociais, como os índios zapatistas no sul do México, os indígenas no Equador e na Bolívia, que se levantaram mais de uma vez para enfrentar o capitalismo, agora nessa nova etapa do neoliberalismo, exigiram e continuam a exigir a busca de respostas próprias para este momento. Por isso, entendendo que as formulações de Mariátegui apontam nessa direção.

O fortalecimento de um ideal de nação, do controle de seus recursos naturais, da preservação da cultura e dos seus valores próprios está na agenda dos novos governos que surgiram a partir do aprofundamento da crise gerada por esse sistema em nosso continente, crise esta que se apresentou na forma de concentração ainda maior da riqueza, através da apropriação privada de bens antes considerados coletivos, como por exemplo a água, os minérios, a previdência pública, as fontes de energia, os bens culturais, a propriedade da terra.

¹¹ Movimentos, militantes e intelectuais que tinham como referência os partidos comunistas e socialistas com origem na III e na IV Internacional ou ligados a elas, bem como partidos comunistas e socialistas independentes. O auge dessa crise é em 1989, com a queda do Muro de Berlim.

Waldir Rampinelli, em artigo do livro *A trama da privatização – a reestruturação neoliberal do Estado*, descreve da seguinte forma esse processo de desmantelamento do Estado na América Latina, e consequentemente a tentativa de enfraquecer uma concepção de nação no continente:

[...] as privatizações das empresas estatais e dos recursos naturais em toda a América Latina fazem parte da estratégia do Consenso de Washington e simplesmente visam a transferência do patrimônio público para as mãos privadas, de modo especial as multinacionais [...]. Estas empresas, ditas multinacionais mas com um sentido de nação e pátria em relação ao país onde se localiza a sua sede principal, criaram um *governo mundial de fato* baseado em quatro mecanismos de dominação: o econômico, o político, o social ideológico e o militar. Enquanto defendem a concepção de Estado-nação para seus países, pregam o fim desta conjunção aos outros para, no vazio do poder, assumir funções de mando. E uma de suas primeiras exigências relaciona-se com as privatizações [...] as privatizações na América Latina não são uma decisão econômica isolada, e muito menos uma “racionalidade do mercado”, mas sim um padrão antigo de política que atua através da coerção dos aparelhos locais. (RAMPINELLI, 2001, p. 23).

As elites subalternas latino-americanas continuam a cumprir o papel de agentes do imperialismo em nosso continente. A resistência ressurgiu através dos países andinos, dentre eles a Bolívia e o Equador, onde o elemento racial invoca a necessidade de discutir a formação pluriétnica, nos remete às formulações de Mariátegui sobre o papel do indígena na formação dessas sociedades e principalmente nos revela a atualidade de suas formulações. Isso não quer dizer que estas devam ser tomadas como respostas, mas sim que guardam relevância para entender essas formações sociais com forte presença indígena.

Quando Mariátegui apresentou para a Primeira Conferência Comunista Latino-Americana um conjunto de teses, em junho de 1929, já afirmava sobre a questão racial o seguinte:

O problema das raças não é comum a todos os países da América Latina, nem se apresenta em todos nas mesmas proporções e características. Em alguns países latino-americanos há uma localização regional que não influencia apreciavelmente no processo social e econômico. Porém, em países como o Peru e Bolívia, e pouco menos no Equador, onde a maior parte da população é indígena, a reivindicação do índio é a reivindicação popular e social dominante. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 172)¹².

A realidade peruana foi centralmente o objeto de estudo de Mariátegui. No entanto, ao constatar que a questão racial e o processo da luta de classes não guardavam fronteiras, apontou que o índio quechua ou aymara via seu opressor no mestiço e no branco (MARIÁTEGUI, 1994, p. 172). Sendo assim, a construção da nação tinha de compreender a questão racial e o processo de não aceitação, por parte do *criollo*¹³ e do mestiço, da integração do índio nessas sociedades (MARIÁTEGUI, 1975, p. 18).

Nesse sentido, procuro evidenciar neste trabalho a importância histórica e teórica do pensamento do intelectual José Carlos Mariátegui, resgatando o ‘elemento temporal’ de sua obra. Pretendo identificar nesse pensamento o conceito de nação, tendo em conta o contexto histórico mundial e local em que se inseria. As formulações do autor não foram apresentadas como ‘ideias universais’ com uma ‘aplicação universal’; sua obra buscou romper com as formulações eurocêntricas predominantes no interior da esquerda socialista mundial na década de 1920. Nesse período, a organização política da Segunda Internacional¹⁴ começa a deixar de ser referência para a organização dos movimentos e partidos da esquerda no mundo, e também é fundada a Terceira

¹² A partir desta, todas as citações de trechos de obras em língua estrangeira foram traduzidas por mim. Só não foram traduzidos os títulos das obras originais.

¹³ *Criollo* – dito de filho e em geral de um descendente de pais europeus nascido nos antigos territórios espanhóis da América e em algumas colônias europeias de tal continente (*Dicionário da Real Academia Espanhola*. Disponível em: <http://www.rae.es/rae.html>).

¹⁴ Fundada em Paris em 1889, sua direção se pautava pelo marxismo. Após o surgimento da Terceira Internacional, fundada em 1919, logo após a Revolução Bolchevique, a Segunda Internacional, que passou a agregar partidos de orientação social-democrata, se enfraquece diante da classe operária mundial. Os partidos comunistas que se alinham na Terceira Internacional passam a dar a direção às organizações dos trabalhadores em nível mundial, hegemonia essa que se fortalecerá na década de 1920. A Terceira Internacional será extinta em 1943; já a Segunda Internacional permanece na ativa.

Internacional para contrapor-se à Segunda, que já se constituía uma organização de definição social-democrata.

A ‘originalidade’ de Mariátegui proporcionou outra análise do processo de desenvolvimento da luta de classes no Peru, originalidade que, como já dito, não pode ser elevada à categoria de universalidade. Porém, acredito ser relevante trazer à luz as contribuições desse intelectual latino-americano que buscou estudar e compreender a sociedade na qual estava inserido, lançando mão das ferramentas conceituais para ele disponíveis na época, mas que também procurou elaborar seu próprio instrumental de análise. Exemplo disso é sua formulação sobre o socialismo indo-americano.

Nesse resgate, utilizo o caminho metodológico apontado pelo estudo da história das ideias proposto pela historiadora Vavy Pacheco Borges. Diz ela:

O maior papel da história política que veríamos como mais atual vai buscar a racionalidade de uma época e de um espaço determinado na problemática própria do objeto em questão – seja este um país, uma cidade, uma instituição; vai procurar retomar os “comos” e os “porquês” das tentativas de respostas dos homens e seus próprios problemas, em diversos espaços e tempos; vai retomar sua cultura política própria, os conceitos que centraram seus debates; vai retomar, enfim, todas as suas idéias e atitudes políticas, isto é, aqueles que surgem ao tentarem os homens influenciar decisões sobre seu destino, em qualquer situação. (BORGES, 1996, p. 3).

Portanto, eu me coloco a tarefa interpretar a obra de Mariátegui sem cair na tentação de extrair dela algo que ali não se encontra. Estudar os ‘conceitos que centraram seus debates’ poderá nos dar a melhor compreensão de sua formulação.

Para isso, no primeiro capítulo é abordada a formação do Estado nacional na América Latina, resgatando-se o processo de conquista, a colonização, as revoluções de independência e a influência disso no processo de construção da nação, e como e em que condições se forja em nosso continente a busca dessa construção.

No segundo capítulo procura-se identificar nas formulações de Mariátegui sua concepção de nação, a centralidade do elemento indígena como amálgama para formação da nação. Para Mariátegui, as lutas

anticolonias travadas naquele momento – primeiro quarto do século XX – em países tidos como atrasados do ponto de vista do capitalismo guardavam elementos de uma luta de libertação nacional e, portanto, eram revolucionárias à medida que combatiam o imperialismo, buscando a afirmação da nação. Busco também identificar nesse capítulo a análise que Mariátegui empreendeu sobre o papel da educação, tanto no Peru como em relação à América Latina, e como isso poderia apontar para esta afirmação.

No terceiro capítulo são analisados, centralmente, o papel do imperialismo e a construção da nação na América Latina; a atuação imperialista após as revoluções de independência¹⁵; a associação que as oligarquias latifundiárias e as classes dominantes “nacionais” tiveram com o imperialismo e o atraso da formação de nações soberanas na América Latina; o caráter racista do imperialismo que se utilizou da intensa exploração da força de trabalho do índio; o modo como atuavam as classes dominantes nesse processo; o papel e o impacto da Revolução Mexicana e a compreensão que Mariátegui teve desse processo e seus desdobramentos na luta de classes e anti-imperialista na América Latina. Também são apontados, como forma de compreender o pensamento de Mariátegui, sua trajetória de aproximação e o posterior rompimento com Victor Raul Haya de la Torre e a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Ainda são utilizados outros autores que discutem a penetração imperialista na América Latina, principalmente no Peru, aportando dados que ajudem a esclarecer esta dissertação.

Com este trabalho, espero contribuir com o esforço de um conjunto de estudiosos e militantes que buscam, a partir da análise da realidade e da história da América Latina, respostas para os nossos problemas. Acredito que um dos caminhos que precisamos continuar trilhando é o de resgate das formulações daqueles que buscaram fazer isso ao longo de cinco séculos.

¹⁵ Mariátegui vai referir-se aos processos de independência das colônias espanholas como “revoluções de independência”, designação também usada pelo professor Dr. Horácio Crespo, da Universidad Autónoma del Estado de Morelos, México, e do Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional de San Martín (CEL-UNSAM), da Argentina, por se tratar de rupturas com uma ordem colonial. Nesse sentido, utilizo também o conceito de revoluções de independência.

CAPÍTULO I

1 O CONCEITO DE NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

1.1 A nação na América Latina

A conquista europeia¹⁶ das terras que serão batizadas por eles de continente americano é um advento da história moderna. Neste que passa a ser chamado de continente americano já habitavam povos que se encontravam em diversos estágios de organização social. Os conquistadores que chegaram trouxeram consigo, além do espírito conquistador, artefatos tecnológicos (como o aço), o cavalo, a escrita, que os colocaram em vantagem na relação com os povos originários já num primeiro momento.

No entanto, o que determinou a conquista foi, para além da tecnologia trazida, a ideologia de superioridade racial do conquistador. Isso definiu toda a trajetória dos que aqui se fixaram como colonizadores, tanto os oriundos da Península Ibérica, que foram os primeiros, ou de outras partes do mundo ocidental, preponderantemente do continente europeu (ingleses e franceses).

Na parte meridional do continente americano, que teve sua colonização empreendida pelos espanhóis e portugueses, as estruturas de poder encontravam-se subordinadas diretamente às coroas espanhola e portuguesa. Até o advento dos processos de independência das colônias espanholas, a estrutura de controle político, administrativo, jurídico, militar e religioso foi organizada nos territórios ocupados na forma de vice-reinados¹⁷.

¹⁶ Segundo Quijano, a denominação “europeia” estava baseada numa concepção de superioridade racial. Diz ele: “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais (correspondentes, como constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha QUIJANO, 2005, p. 228 e 229, grifo meu.

¹⁷ A América espanhola era dividida em quatro vice-reinos: da Nova Espanha; de Nova Granada; do Peru; e do Rio da Prata.

Essa subordinação ao Reino de Castela e Leão¹⁸ determinou todo o processo de colonização levado a cabo pelos espanhóis e marcou decisivamente o comportamento da elite *criolla*¹⁹ e também da elite mestiça²⁰ que se constituíram em relação aos países que a partir do século XVIII passam a figurar como novas potências coloniais – Grã-Bretanha e França, principalmente.

Na Ibero-América²¹, os atuais Estados-nação surgiram a partir das lutas de independência das antigas colônias contra a dominação dos reinos de Espanha e Portugal, através de um processo de disputas entre setores que pretendiam apenas se tornarem livres da tutela das respectivas coroas e aqueles que lutavam por estabelecer nas antigas colônias estados modernos baseados nos princípios liberais da Revolução Francesa. No entanto, mesmo esses setores liberais não implementariam mudanças no processo de dominação das populações das colônias herdado do antigo regime aristocrático.

Essa disputa foi “vencida” pelos primeiros. As antigas colônias espanholas, após as lutas de independência, se transformaram em repúblicas oligárquicas, e o estado que surgiu a partir da independência foi dominado pela elite *criolla* e mestiça.

Segundo Leon Pomer,

Produzida a independência, revelou-se inútil a tentativa de criar Estados modernos – a imitação dos modelos sobre realidades sociais que não correspondiam a estes. A independência, ao não

¹⁸ A conquista e colonização do continente Americano se dará durante o reino de Castela e Leão, fruto da união dos reis católicos Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão. Este reino unificou terminou a unificação da Espanha.

¹⁹ Essa elite era formada pelos descendentes dos espanhóis nascidos nas colônias. A partir da independência, segundo Peter Klarén, “a divisão colonial em sociedades índia e não índia persistiu depois da independência. Neste sentido, a pretensão *criolla* de dominar a classe baixa continuou baseando-se numa atitude basicamente racista, que percebia essencialmente os índios e “castas” restantes como “o outro” e que se constituiu em uma ideologia oficial. (KLARÉN, 2008, p. 190).

²⁰ Quando utilizo o termo “elite”, ou “elites”, separadamente, estou sempre me referindo ao *criollo* e ao mestiço grande proprietário de terras e membro da classe dominante no Peru.

²¹ Utilizo, neste capítulo, o conceito de Ibero-América quando se trata da parte do continente americano do período colonial que a partir do século XX é denominado de América Latina. No texto de Héctor H. Bruit, o qual passo a utilizar, ele afirma esse conceito da seguinte forma: “Para o pensador cubano, José Martí, América, Nossa América, só pode ser a América indígena, a negra, a mestiça, a “criolla”, a América do século XVI, isto é, Ibero-América. Os Estados Unidos são de Norte-América. Em nenhum momento, passa pelo pensamento de Martí a ideia de latinidade, pois América, Nossa América, deve procurar em suas raízes, no autóctone, sua cultura, seu governo, seu progresso. (BRUIT, 2000, p. 6).

transformar a sociedade em bloco, já não produziu revolução alguma, provocou desencontros grotescos entre os diferentes sistemas sociais: o econômico-social por um lado, o político por outro. O corpo velho rechaçou uma vestimenta que não lhe caía bem e acabou por abandoná-la. (POMER, 1986, p. 69).

O comportamento subserviente das elites *criolla* e mestiça herdada da metrópole não permitiu que os países latino-americanos de colonização espanhola chegassem, de fato, à “independência”. Ao analisar essa herança da monarquia espanhola, Kaplan afirma:

A riqueza proveniente das Índias não se fixa nem se incorpora a um ciclo produtivo interno nem é utilizada para equipar-se e modernizar-se. Passa ao largo e, através de uma cadeia de intermediários, reforça o desenvolvimento econômico e a expansão imperial da Holanda, França e Grã-Bretanha. A Espanha termina por perder a hegemonia na Europa [...]. O atraso crescente, as formas sociais e ideológicas que são seus reflexos e, ao mesmo tempo, agravam os fracassos acentuam o isolamento das correntes internacionais de desenvolvimento, estimulam a confrontar-se, a voltar-se para dentro em um esforço contínuo da ortodoxia rígida e do absolutismo sem transições [...]. A unidade nacional não se faz completa de um modo real e orgânico. (KAPLAN, 1983, p. 64 e 65).

O que Kaplan afirma é que o Reino de Castela, sob os reinados de Carlos V e Felipe II, a despeito de suas inúmeras possessões e riquezas que produziam, seja pela simples extração, seja pela produção de mercadorias que tinham alto valor, não se tornou uma potência internacional duradoura. A mentalidade obscura da monarquia católica espanhola levou-a a desperdiçar imensas riquezas para sustentar uma burocracia obesa, um clero obscurantista e um imenso exército que servia para controlar os territórios ocupados, o que gerava um dispêndio enorme de recursos.

Jorge Abelardo Ramos definirá esse processo da seguinte forma:

Os especuladores e comerciantes metropolitanos enriquecidos com as Índias e a revolução dos preços compravam terras para colocar seus capitais. Respondendo à putrefação dominante, os novos ricos buscavam adquirir um brasão, títulos de nobreza, insígnia de alguma ordem militar ou alguma patente de fidalguia para situar-se no nível social das velhas classes. Só podiam fazê-lo na condição de imobilizar seu capital em bens imóveis e viver de suas rendas, pois até a era dos Bourbons, no século XVIII, todo aquele que se dedicasse a atividade industrial perdia automaticamente sua carta de fidalguia. Deste modo, a riqueza adquirida com o sangue americano robustece a grande propriedade territorial e subtrai esses capitais de toda atividade economicamente produtiva. Assim se eleva o valor artificial do solo e se consolida o latifundismo. (RAMOS, 1973a, p. 25).

Por sua vez, os países que assumiram o controle das finanças e da produção de manufaturas e que possuíam grandes e equipadas frotas de navios (mercantis e de guerra) no continente Europeu tornaram dependentes países como a Espanha, que, a despeito de controlar territórios de onde se extraíam os minérios e se produziam mercadorias de valor, como o açúcar, não buscou desenvolver a sua manufatura, o que lhe rendeu a subordinação econômica e tecnológica. Assim, os países que controlavam os mares, e com isso o comércio de bens manufaturados e as finanças mundiais, alcançaram mais rapidamente a etapa do capitalismo industrial. Haring, ao analisar como a Espanha se transformou em mera repassadora das riquezas extraídas de suas colônias e como se deu o uso dessa riqueza, afirma:

A ascendente produção de ouro e prata foi o motivo mais importante para a revolução nos preços, ocorrida durante os séculos XVI e XVII, e como maior parte desta riqueza metálica procedia da América, a Espanha teve uma ação muito significativa em tal movimento, convertendo-se em distribuidora daquela no resto da Europa; além disso, como a “península produzia pouco e

fabricava menos”, cumpria seu encargo com uma eficácia que assustava mesmo aos próprios espanhóis. A balança de comércio foi sempre desfavorável na Espanha, porque, na maior prosperidade e a despeito de todas as leis, o dinheiro fugia do país, de maneira que já para fins do século XVI a situação tornava-se intolerável [...]. As manufaturas e ainda os cereais os recebia da França, Inglaterra e Holanda, aonde iam parar o ouro e a prata. (HARING, 1979, p. 118).

Tomando em conta a importância da conquista espanhola – que dominou por três séculos 16 milhões de quilômetros quadrados, enfrentando ameaças das potências externas e tentativas de desagregação interna – essa “dominação” territorial e política acabou deixando como legado a constituição de um comportamento dependente. As elites *criolla* e mestiça passam a desenvolver desde a colônia um sentimento contrário à dominação, mas o fazem muito mais por interesses pragmáticos do que ideológicos, comportamento que se manteria após a independência.

O comportamento conservador da elite no período colonial foi assim descrito: “Os *criollos* faziam muitas objeções ao regime colonial, mas essas eram mais de ordem pragmática do que ideológica; em última análise, a maior ameaça ao domínio espanhol provinha mais dos interesses americanos do que de ideias europeias (LYNCH, 2004, p. 66). O desafio da coroa era manter o controle das relações econômicas, do processo de drenagem das riquezas das colônias para a metrópole, pois o vínculo ideológico entre a elite e a nobreza não sofria questionamento. O que pretendia o membro da elite *criolla* era ser reconhecido como um nobre espanhol e do mestiço apagar sua descendência indígena. Tal sentimento, que se traduziu em necessidade para as elites peruanas, prolongou-se para além do século XIX.

Ao analisar o comportamento das elites do seu país, Mariátegui, no livro *Peruanicemos al Peru*, no artigo “Lo nacional y lo exótico”, descrevia o oportunismo conservador em relação à “assimilação de ideias estrangeiras”. Diz ele:

Frequentemente se ouvem vozes de alerta contra a assimilação de ideias estrangeiras. Estas vozes denunciam o perigo de que se difunda no país uma ideologia inadequada à realidade nacional. E não é um protesto das superstições e preconceitos

populares. Em muitos casos, estas vozes partem do estrato intelectual. Poderiam acusar uma mera tendência protecionista, dirigida a defender os produtos da inteligência nacional da concorrência estrangeira. Porém, os adversários da ideologia exótica só rejeitam as importações contrárias ao interesse conservador. As importações úteis a este interesse não lhes parecem nunca ruins, qualquer que seja sua procedência. Trata-se, pois, de uma simples atitude reacionária, disfarçada de nacionalismo. A tese em questão se apoia em alguns frágeis lugares comuns. Mais que uma tese é um dogma. Seus defensores demonstram, na verdade, muito pouca imaginação. Demonstram, ademais, exíguo conhecimento da realidade nacional. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Esse comportamento de subordinação, que é apontado aqui como uma herança de comportamento diante do conjunto das nações, teve como consequência a não afirmação de uma soberania e, portanto, a não constituição de nações que se forjassem a partir da história e dos povos que as compunham.

José Martí interpretou esse comportamento da seguinte forma:

A incapacidade não está no país nascente, que pede formas adequadas e grandeza útil, e sim naqueles que querem reger povos originais, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos e de dezenove séculos de monarquia na França. Com um decreto de Hamilton não se detém a marcha do potro do boiadeiro. Com uma frase de Sieyès não se faz novamente fluir o sangue estancando da raça indígena. Para tudo isso, onde quer que se governe na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e cumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem

com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país. (MARTÍ, 1991, p. 195, 196).

Ocorreu que a elite peruana constituiu-se como expressão fiel de subserviência perante as nações coloniais, subserviência que gerou dependência. Conforme Rampinelli aponta, “a formação dos Estados nacionais na América Latina se pautou por um modelo de crescimento dependente, com um regime de economia liberal em um quadro de desenvolvimento capitalista internacional, sob domínio de oligarquias regionais” (RAMPINELLI, 2003, p. 28).

Essa herança colonial, entre outras questões, influenciou também, do ponto de vista cultural, a recusa em incorporar as populações autóctones no processo de formação da nação. As populações autóctones, e também os escravos trazidos do continente africano, foram vistos apenas como força de trabalho necessária, abundante e barata, que ao longo dos ciclos econômicos viabilizaram o enriquecimento das elites e da aristocracia espanhola.

A discriminação que o *criollo* e o mestiço membro da classe dominante sofria em relação ao espanhol peninsular fazia com que eles, por sua vez, não enxergassem as outras populações que viviam, e que passariam a viver no continente americano, como constituidores da nação. Reproduziam, assim, a dominação via preconceito racial.

Os *criollos* tinham total consciência da pressão social que vinha de baixo e se esforçavam para manter as pessoas de cor a uma certa distância. O preconceito racial criou nos americanos uma atitude ambivalente para com a Espanha. Os peninsulares eram sem dúvida brancos puros, mesmo que fossem imigrantes pobres. Os americanos eram mais ou menos brancos e mesmo os mais ricos tinham consciência da mistura de raças e estavam ansiosos para provar que eram brancos, se necessário por ação judicial. Mas o fator raça se tornou mais complexo devido a interesses sociais, econômicos e culturais, e a supremacia branca não era incontestável; para além de suas defesas havia uma massa de índios, mestiços, negros livres, mulatos e escravos. Em

determinadas regiões da América Espanhola, uma revolta de escravos era uma perspectiva tão temida que os *criollos* de modo nenhum abandonariam o abrigo do governo imperial nem desertariam as fileiras dos brancos dominantes. (LYNCH, 2004, p. 49).

A luta anticolonial foi uma tentativa, por parte das elites, de constituir-se enquanto nações independentes e soberanas. Ocorre que as lutas por independência das colônias espanholas, que se originaram no seio das elites, não pretendiam e nem poderiam, dentro de sua lógica de superioridade, incorporar as camadas populares²². Tratando-se de países com uma maioria esmagadora de índios, no espocar dos canhões, foram eles incorporados às batalhas como soldados de linha de frente; antes disso, eram servos e escravos.

Em relação aos índios e “mestiços”, poucos foram os que galgaram postos intermediários de comando nos exércitos libertadores. Quanto aos negros, ficaram totalmente alijados dos postos de comando; em boa medida, foram levados aos campos de batalha sob ameaças de seus senhores para lutar por uma causa com a qual não tinham nenhuma identidade.

A independência conquistada pelas colônias espanholas serviu para substituir o controle exercido pela coroa, estruturado na forma de vice-reinados, que passou para as mãos das elites *criolla* e mestiça, que não se diferenciavam, no exercício da dominação, da antiga aristocracia da metrópole.

Segundo Jean Piel, após as guerras pela independência, que teriam gerado um estado de anarquia militar, caudilhos de origem plebeia chegam ao poder. Ao consolidarem-se nessa posição, tornam-se

²² O antropólogo Guillermo Bonfil Batalla, quando apresenta em seu livro *México Profundo, una civilización negada* o conceito de “México Profundo”, como é tratado pelo colonizador o “passado indígena da América”, afirma que “O passado indígena é aceito e usado como um passado do *território*, porém nunca como o nosso passado. Aqui já se marca a ruptura e se acentua a superioridade; o olhar do colonizador ignora a ancestral *mirada profunda* do índio para ver e entender esta terra, como também ignora sua experiência e sua memória. A alimentação, o idioma, o ato de nominar são mecanismos de defesa dos indígenas. A mestiçagem biológica, em maior ou menor escala, não implicou em nenhum momento que a sociedade colonizadora renunciasse a afirmação ideológica de sua superioridade racial, nem que deixasse de marcar enfaticamente as diferenças somáticas que as distinguiam de um conjunto de povos dominados; mestiçagem é uma forma ideológica de dominação”. (BATALLA, 1990, p. 40 e 41).

grandes latifundiários, apropriando-se das terras indígenas e de terras dos antigos proprietários senhoriais. Mesmo com a ascensão, essa classe, que se constituiria numa nova aristocracia, também estará comprometida ideologicamente com o regime espanhol:

[...] fração importante da velha aristocracia colonial continua detendo o poder social no Peru, partilhando-o com a classe emergente mestiça, militar e neo-latifundiária. Composta de detentores de morgadios fundiários, de antigos financistas da Corte vice-reinal e do Tribunal dos Consulados de Lima, esta velha aristocracia conserva seus grandes domínios, sua mão de obra servil indígena, seus escravos negros. Socialmente ela encarna a continuidade hispânica do Peru e impõe seu monopólio sobre os costumes da classe dirigente republicana, através da Universidade, da Igreja, dos salões. Certamente o poder do Estado detido pelos militares herdeiros dos exércitos libertadores, e o poder comercial detido pelos agentes europeus e seus associados nacionais, lhe escapam. Mas seu poder fundiário tradicional e sua hegemonia cultural lhes permitem, depois de 1830, impor aos novos homens chegados ao poder desde a independência bloquear a aplicação do novo direito agrário liberal que a ameaça e finalmente salvar, até mesmo reforçar seus privilégios. (PIEL, 1979, p. 197).

A independência não significou um rompimento econômico, nem político, nem ideológico/cultural entre a antiga aristocracia espanhola e a nova classe dominante nas antigas colônias. Pelo contrário, a “colônia continuou a viver na República” (Martí) e “os privilégios da colônia passaram a ser os privilégios da República” (Mariátegui).

1.2 Nação e luta anticolonial

A luta anticolonial empreendida nascera da necessidade das elites de cortar as amarras do poder da coroa, o que as impedia de acumular riqueza e poder. Conforme Rampinelli,

A formação do Estado nacional na América Latina se dá através de rebeliões promovidas por elites e grupos colonizadores que pretendem emancipar-se do império ibérico. As massas populares, especialmente indígenas e negros, ficam à margem desse processo, tanto que para muitos deles a independência acelerou o nível de exploração de sua mão-de-obra, já que as metrópoles débeis e decadentes (Espanha e Portugal) foram substituídas por outras, prósperas e em ascensão (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos). (RAMPINELLI, 2003, p. 26).

As lutas pela independência, que, como afirma Rampinelli, foram lideradas pelas elites, mesmo não tendo na sua direção as massas populares, e que tais elites não estivessem buscando romper os laços que entendiam unir o aristocrata *criollo* ao aristocrata europeu, ainda assim essas lutas eram movimentos anticoloniais. Otavio Ianni, em “A questão nacional da América Latina”, vai afirmar a esse respeito o seguinte:

A sociedade nacional se forma aos poucos, de modo contraditório, em vais-e-vens, como se estivesse demoradamente saindo do limbo. Paulatinamente, nas terras americanas, os conquistadores vão se tornando nativos, colocam-se em divergência e oposição em face à metrópole, passam a lutar pela pátria. Surgem as inconfidências, insurreições, revoltas, revoluções, nas quais estão presentes nativos, crioulos, nacionais, mestiços, mulatos, índios, negros, espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, holandeses e outros. Começam a delinear-se a sociedade, o Estado, a Nação, em torno de uma cidade, região, movimento, líder; ou cidades, regiões, movimentos, líderes. Nesse sentido é que “a nação é uma categoria histórica” (Perez, 1981,

p. 3). O território e o povo formam-se nessa história. (IANNI, 1987, p. 6).

Sendo que “a nação é uma categoria histórica”, o processo de constituição das nações na Ibero-América não pode ser visto da mesma maneira que a formação das nações no continente europeu. Se no final de século XVIII e início do século XIX a formação das nações, no continente europeu, não tinha sido completada, no continente ibero-americano esse processo estava dando seus primeiros passos, no caminho aberto pelos líderes dos movimentos pela independência.

O principal líder independentista, Simon Bolívar, oriundo da elite *criolla*, firmou suas convicções a partir do momento em que se deu conta de que, pertencendo a elite de seu país, filho de proprietário de terras, era tido pela coroa espanhola como um homem de segunda classe.

A ideia de independência, ou revoluções de independência, que deveriam como consequência levar à constituição de nações livres e definir o rompimento com a coroa espanhola, no alvorecer do século XIX, não se originaram em nosso continente. Como defende Karen Sanders, a nação na América nasce como uma ideia importada:

Claramente o modelo de Estado nacional importado por estes países [latino-americanos] não funcionava como devia. Evidentemente as razões para instabilidade latino-americana são complexas, porém, a juízo de muitos intelectuais americanos, um fator fundamental de dita instabilidade é o precário sentido de identidade e de coesão nacional vigentes nesses países. (SANDERS, 1997, p. 22).

O processo de formação das nações na Ibero-América atravessou um período de disputas entre as diversas frações da oligarquia que capitanearam as lutas pela independência, o que certamente levou à instabilidade e falta de coesão nacional. E mesmo que a disputa tenha sido vencida pelo setor que, segundo Mariátegui, abraçava as “ideias da revolução francesa e da constituição norte-americana”, o desenho de nação que emergirá desse processo não consegue se desvencilhar totalmente de uma mentalidade medieval que predominava no colonizador espanhol (MARIÁTEGUI, 1975, p. 5). A emancipação das colônias dar-se-ia no momento em que estas se emancipassem “da mentalidade medieval do rei da Espanha” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 6).

Mariátegui dividiu a formação do Peru em duas etapas: a primeira foi a da conquista, e a segunda a da independência, que se originou de um fato político e militar. Isso não significou que com a independência tenham sido rompidos os laços com o modelo econômico colonial, porque a mentalidade predominante daqueles que fizeram a independência era colonialista. De acordo com o autor,

A política da Espanha obstruía e contrariava totalmente o desenvolvimento econômico das colônias, não permitindo às mesmas o comércio com nenhuma outra nação, conservando sua qualidade de metrópole e monopolizando todos os direitos de comércio e empresa em seus domínios. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 6).

Ademais, as oligarquias espanhola, *criolla* e mestiça que abraçaram a causa independentista visavam seus interesses políticos e econômicos, e mantiveram a visão colonialista em relação à população indígena.

1.3 O elemento racial como mecanismo de dominação

Parte dos estudiosos do tema da formação das nações entende como legítimo que as distintas etnias, nos mais diversos territórios/países, tivessem o direito de constituir uma nação e, por decorrência, um estado soberano.

Mariátegui, ao defender a necessidade de integração do índio na formação da nação peruana, não estava buscando uma fusão de raças. Defendia apenas que o índio, enquanto maioria, e principalmente como herdeiro de uma história que começara muito antes da chegada dos conquistadores/colonizadores, tivesse seu espaço, assim como o espanhol, o africano e os pertencentes a outras nacionalidades que imigraram para o Peru passaram a ter. Para Mariátegui, isso só seria possível em uma sociedade socialista, fruto de uma construção histórica.

A partir da tentativa de criação da sociedade das nações, passa a ganhar legitimidade a luta das nações colonizadas, principalmente nos continentes africano e asiático, por sua independência e soberania política. Mesmo que essa luta não tenha tido, num primeiro momento, força suficiente para garantir uma ampla derrota do colonialismo nas

regiões/continentes submetidos à ocupação de seus territórios de forma direta – leia-se, com controle absoluto dos meios econômicos e governos, bem como de Estados já considerados “independentes” –, ela ganhou força a partir do debate em torno da criação da sociedade das nações.

Isso efetivamente não garantiu uma conduta menos intervencionista por parte dos países centrais em relação às suas colônias, mas tornou possível uma reação mais organizada e legitimada por parte das forças sociais e políticas das antigas colônias que lutavam por independência. Não só nos países que eram colônias diretas, mas também nos que estavam submetidos à tutela imperialista, esse debate, introduzido após a Primeira Guerra Mundial, ajudou a fortalecer a luta dos seus povos pela sua emancipação.

No primeiro caso, em se tratando do início do século XX, tínhamos praticamente a totalidade do continente africano sob controle absoluto das potências europeias. No continente asiático, a “independência” da Índia se deu somente no ano de 1947, após o fim da Segunda Guerra Mundial, não sem antes ter seu território subdividido em Índia e Paquistão, que por sua vez se subdividiu em Índia, Paquistão e Bangladesh (antigo Paquistão Oriental). Essas independências não garantiram soberania absoluta a seus povos, mantendo o imperialismo²³ a sua dominação.

Cyro Rezende defende que o colonialismo deve ser conceituado de duas formas: como colonialismo formal e como colonialismo informal. Segundo esse autor,

O imperialismo informal caracteriza-se pela ausência de dominação política sobre as áreas periféricas. Essas áreas conservam sua situação de países independentes, mas têm sua economia voltada para o mercado externo, produzindo matérias-primas que interessam aos países industrializados, e caindo em uma verdadeira dependência econômica em relação a esses países centrais [...]. Geograficamente a ação informal do imperialismo concentra-se na América Latina. O imperialismo formal reduz as áreas periféricas sob seu controle a uma verdadeira situação de colônias, que além de dependentes político-

²³ No terceiro capítulo, é tratado, de forma mais aprofundada, do papel do imperialismo no continente americano.

economicamente dos países industrializados, passam a pagar pelos custos de sua colonização, em nome da *missão civilizadora do homem branco*. Isso torna sua ocupação altamente rentável. (REZENDE, 2007, p. 176).

Com exceção das Guianas, nenhum outro país localizado na América do Sul, no século XX, permaneceu colônia de alguma potência estrangeira. O mesmo não ocorre no Caribe, com a permanência, até nossos dias, da colônia estadunidense de Porto Rico, tido oficialmente como “estado livre-associado”.

1.4 Do sonho da Pátria Grande a nações tuteladas

O fim das colônias espanholas na América do Sul não significou que os países que surgiram a partir da independência no continente eram soberanos e estavam inseridos na ordem política mundial como nações livres de qualquer tutela. As nações imperialistas disputavam esse espaço/mercado palmo a palmo.

Esse controle se deu de diversas maneiras, ocorrendo a intervenção direta, com a imposição de agentes controladores e interventores nos governos, no direcionamento da produção de bens primários de interesse das manufaturas internacionais

Outro mecanismo largamente utilizado foi o direcionamento/intervenção do sistema educacional, que teve larga influência no Peru, determinando o processo de formação da intelectualidade peruana no período da modernização do Estado – terceiro quarto do século XIX até o fim do governo de Augusto Leguía, em 1930, denominado de oncenio.

Ao estudar o processo de revisão da educação no período da República, Mariátegui afirmou que, enquanto a maior parte do país fosse regida por um sistema feudal, onde a terra e sua propriedade estivesse nas mãos de uma minoria que explorava a força de trabalho do índio, uma educação que possibilitasse a construção de uma nação soberana não tinha espaço para prosperar. Era necessário, para democratizar o ensino de um país, “democratizar sua economia, portanto sua superestrutura política” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 83).

Além disso, a reorganização do ensino deveria ser tarefa de cada povo, não permitindo a intervenção de “especialistas estrangeiros”

(MARIÁTEGUI, 1975, p. 83). Nessa afirmação, Mariátegui via a necessidade de desenvolver um projeto próprio na educação. A construção da nação estava comprometida a partir do momento em que a educação e a formação dos homens e mulheres que a constituíam fossem delegados a elementos estrangeiros.

Ao analisar o processo de reforma universitária²⁴, movimento que se iniciou em 1918 em Córdoba na Argentina, que tinha como um dos seus principais objetivos atacar a “estratificação conservadora das Universidades”, Mariátegui tocou numa das questões nevrálgicas para a constituição de um pensamento próprio e, portanto, para o embasamento de um pensamento nacional a partir de todos os setores da sociedade.

Entendia Mariátegui que a Universidade não deveria reproduzir a separação que a elite *criolla* tentava perpetuar desde a conquista. A estratificação conservadora sustentava essa elite e, por sua vez, era uma das faces da sociedade oligárquica colonial, que se manteve mesmo dentro da República. Uma educação com esse perfil tinha como principal tarefa a manutenção das estruturas de dominação.

No processo de luta pela reforma universitária no Peru, a reação por parte da oligarquia conservadora, que tinha nas universidades um espaço de formação de seus quadros, foi de solidarizar-se com os professores incompetentes e resistir à “incorporação na docência de valores não universitários, ou simplesmente independentes” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 92). O predomínio do pensamento oligárquico colonial era preponderante na Universidade de Lima, e isso, segundo Mariátegui, não permitia que o papel de “alma mater” nacional se firmasse.

Mariátegui cita V.A. Belaúnde para afirmar que a universidade peruana estava apartada da realidade nacional. Nas palavras de Belaúnde,

Um triste destino abateu-se sobre nossa Universidade e determinou que ela alcançasse um fim exclusivamente profissional ou um esnobismo científico; não um fim educativo e, menos ainda, um fim que fundamente a consciência nacional [...] universidade com ausência de vínculos com a

²⁴ As lutas estudantis por uma reforma universitária ocorreram em vários países latino-americanos após o final da primeira década do século XX. Esse processo é tratado de forma mais detalhada no segundo capítulo.

realidade nacional [...]. (BELAÚNDE apud MARIÁTEGUI, 1975, p. 93).

Essa “ausência de vínculos com a realidade nacional” era a consequência direta da subordinação a que se submeteu o Peru às fórmulas e concepções educacionais da França e Estados Unidos, preponderantemente, e a uma “obstinada reação feudalista e aristocrática” que procurava manter-se vinculada ao pensamento do período colonial.

Tal subordinação foi definida da seguinte forma:

Constatee, por exemplo, que a herança espanhola ou colonial não se constituiu num método pedagógico, e sim num regime econômico-social. A influência francesa inseriu-se, mais tarde, neste quadro, com o beneplácito daqueles que olham a França como a pátria da liberdade jacobina e republicana, daqueles que se inspiravam no pensamento e na prática da restauração. A influência norte-americana impôs-se, finalmente, como uma consequência de nosso desenvolvimento capitalista, paralelamente à importação de capitais, técnicos e idéias ianques [...]. Com o nascimento de uma corrente socialista e o surgimento de uma consciência de classe no proletariado urbano, intervém, agora, no debate um fator novo que modifica substancialmente seus termos [...] mas o balanço que realizou da educação pública no Peru levou Mariátegui a afirmar que [...] O problema do analfabetismo indígena ficou intacto. O Estado não conseguiu até hoje difundir a escola em todo o território da república. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 110 e 111).

O enfrentamento político e ideológico empreendido por Mariátegui centrou-se na certeza de que esse comportamento das elites colocava ainda mais nas mãos das nações imperialistas o destino da nação peruana. Tal submissão ao imperialismo era decorrente da incapacidade de assimilação das melhores ideias produzidas pela humanidade naquele momento.

A questão da Educação somava-se ao conjunto do pensamento de Mariátegui, que buscava em seus estudos compreender a sociedade peruana e apresentar sua concepção de nação. Mesmo depois de

introduzidas algumas modificações no sistema educacional, em 1920, estas não lograram possibilitar o acesso dos jovens mais pobres de forma ampla ao ensino.

Outros elementos também contribuíram para a formação das nações no continente. Na Ibero-América, mais precisamente nos territórios que eram colônias espanholas, certamente as lutas lideradas pela elite *criolla*, tendo à frente caudilhos dispostos a cortar os laços de dependência com a metrópole, foram o principal elemento que resultou majoritariamente na criação dos países atuais²⁵.

O papel da imprensa, como um negócio capitalista, também teria tido importância no surgimento dos vários Estados nacionais, sendo mais um elemento que contribuiu no processo de formação de várias nações e influenciou no formato em que elas hoje se encontram. Esse processo também acabou contrariando a ideia de uma grande nação, conforme desejava Simon Bolívar, que, na *Carta de Jamaica*, esboçou o que para ele representaria uma nação forte e coesa que poderia surgir após as revoluções de independência das colônias espanholas. Disse ele:

A Nova Granada se unirá à Venezuela, se chegar a convir em formar uma república federal [...]. Esta nação se chamaria Colômbia como tributo de justiça gratidão ao criador do nosso hemisfério [...] apontava Simón Bolívar o regime de governo que poderia ser o ideal – com um poder executivo eleito, quando mais vitalício, e jamais hereditário, se se quer república; uma câmara ou senado legislativo hereditário [...]. Esta constituição participaria de todas as formas, e eu desejo que não participe de todos os vícios. Como esta é a minha pátria, tenho o direito incontestável de desejar-lhe o que na minha opinião é o melhor. (BOLÍVAR, 1979, p. 229, 230, 231).

Bolívar analisou como se comportariam Chile, Peru e Buenos Aires, apontando que esses territórios prefeririam, por conta de suas histórias de lutas e de sua relação com a metrópole, conformarem repúblicas independentes, vaticinando que o Peru poderia vir a transformar-se em uma nação monárquica.

²⁵ Exceção feita à perda do território do Panamá, que fazia parte da Colômbia, decorrência da intervenção direta do imperialismo norte-americano em 1903.

Quando se referiu à Pátria Grande, seu sonho maior, o apresentou assim:

É uma idéia grandiosa pretender formar uma só nação de todo o Novo Mundo, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, costumes e uma religião, deveria por conseguinte ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que deverão ser formados; mas isto não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres dissimiles, dividem a América [...]. Logo que sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos preste sua proteção, nos verão de acordo cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória; então seguiremos a marcha majestosa para as grandes prosperidades a que está destinada a América Meridional; então as ciências e as artes que nasceram no Oriente e têm ilustrado a Europa voarão à Colômbia livre, que as convidará com um asilo. (BOLÍVAR, 1979, p. 233).

“Unidade, unidade, ou a anarquia os devorará” – com este brado Bolívar tentava convencer as oligarquias latino-americanas a manterem-se unidas. Mas o sonho bolivariano não resistiu às disputas intraoligárquicas que se multiplicaram após as revoluções de independência, em um cenário de disputas que possibilitou o surgimento de inúmeros caudilhos dispostos a criarem seus próprios países.

Esse processo de balcanização Jorge Abelardo Ramos descreveu da seguinte forma:

A Grande Colômbia voava em pedaços. Os *encomenderos* bolivianos se declaravam independentes; o mesmo fazia o Peru. O general Flores, fervoroso bolivariano, declarava independentes os departamentos do Sul da Grande Colômbia e fundava a República do Equador. O rude *llanero* Páez, já enriquecido e rodeado de um núcleo de “iluminados” entre os quais figurava o futuro presidente Antonio L. Guzmán, que abastecia de letras o separatista de esporas, rompia o vínculo da Venezuela com a Colômbia, recusava toda subordinação ao Libertador e ainda toda

tratativa de paz. Os grandes produtores de tabaco, criadores de gado e cafeicultores, cujos negócios haviam sofrido com as guerras de independência, queriam agora apreciar a doçura da paz e as delícias do comércio de exportação. (RAMOS, 1973b, p. 23 e 24).

1.5 A disseminação das ideias

O processo econômico existente entre a metrópole e as colônias na América reforçava a desarticulação que predominava entre ambas. Esse foi mais um, senão o mais determinante fator de descontentamento por parte da elite *criolla* e mestiça, bem como de espanhóis radicados nas colônias que tinham como ocupação a agricultura e o comércio e que foram proibidos de comercializarem para além da metrópole. Parcela da igreja, pelos seus interesses econômicos, também se voltou contra a coroa espanhola e sofreu confiscos e proibições da metrópole, chegando a determinados casos, os jesuítas, por exemplo, serem expulsos das colônias. Esse processo de confronto fez crescer o descontentamento de vários setores e também fomentou o desejo de independência das colônias.

O império espanhol continuava sendo uma economia desarticulada, na qual a metrópole lidava com uma série de partes separadas, muitas vezes em detrimento do todo. O mundo hispânico não se caracterizou pela integração, e sim pela rivalidade do Chile com o Peru, de Guayaquil com Callao, de Lima com Rio de La Plata, de Montevideu com Buenos Aires, antecipando, enquanto colônias, as divisões das futuras nações. (LYNCH, 2004, p. 36).

Os diversos segmentos que compunham a elite colonial – *criollos* proprietários de terras e negócios, parte dos espanhóis que tinham negócios estabelecidos nas colônias, estratos medianos da sociedade (suboficiais mestiços, componentes da hierarquia intermediária na igreja) – organizaram o processo de independência.

O surgimento da imprensa moderna capitalista, enquanto instrumento de disseminação e circulação de ideias, possibilitou a produção da informação em maior escala e, por consequência, sua propagação através de jornais, o que ajudava no fortalecimento de uma ideia de nação. Por outro lado, esse sentimento de nação não se caracterizou pela busca de manter a unidade dos vice-reinados. À medida que triunfavam os processos de independência, os territórios, que sob a coroa espanhola apresentavam determinada configuração, passaram por mudanças e divisões. Emergiram, após o final das revoluções de independência, novos países, que passam a ser comandados pelos líderes militares das campanhas libertadoras.

Benedict Anderson afirma que a Espanha não conseguiu constituir um sentimento nacional único por conta da grande extensão das colônias espanholas na América, que se fragmentaram, entre outras questões, por não terem forjado um sentimento de comunidade e pertencimento comum. No terceiro capítulo, é aprofundado o estudo do imperialismo e sua condução do desenvolvimento do Peru e do continente latino-americano.

As “nações” no século XIX na América Latina, dentre elas o Peru, emergiram principalmente como fruto da revolta da elite *criolla* e mestiça contra a coroa espanhola, e o que denominamos de nação a partir do século XIX, após as revoluções de independência, não surgiu da junção de todos os homens e mulheres que estavam sob o mesmo jugo. A elite que conduziu as revoluções de independência posteriormente não aceitou que a nação proveniente dessa independência fosse também formada por índios, negros e mestiços.

Longe de se procurar “iniciar as classes inferiores na vida política”, um fator crucial que a princípio estimulou os movimentos de independência relativamente a Madrid, em casos tão importantes como a Venezuela, o México ou o Peru, foi o medo da mobilização política das “classes inferiores”, a saber, sublevações dos índios e dos escravos negros (ANDERSON, 2005, p. 80). Esse autor acrescenta que

[...] cada uma das novas repúblicas sul-americanas fora uma unidade administrativa do século XVI ao século XVIII [...]. A configuração original das unidades administrativas americanas foi, até certo ponto, arbitrária e fortuita, assumindo os limites espaciais das diversas conquistas militares. Mas, com o decorrer do tempo, acabaram por adquirir uma realidade consistente sob influência de

fatores geográficos, políticos e econômicos. A própria imensidão do Império hispano-americano, a extrema variedade dos seus solos e climas e, principalmente, as enormes dificuldades de comunicação numa era pré-industrial contribuíram para conferir a estas unidades certa autonomia. (ANDERSON, 2005, p. 84).

É importante acrescentar que, no processo de independência liderado pelas elites *criolla* e mestiça, estas não estavam interessadas em trazer à luz as lutas populares como a que ocorreu no século XVIII liderada por Tupac Amaru II²⁶. Essa memória histórica era perigosa para o intento da elite. Seu principal interesse era cortar os laços econômicos e políticos que a prendiam a metrópole, mas não pretendia cortar os laços culturais e religiosos.

Ao se afirmar que o processo de independência não foi fruto de um movimento das camadas populares, e sim um processo fomentado e liderado por uma elite *criolla* e mestiça desejosa de se ver livre da tutela da metrópole, principalmente do ponto de vista econômico, é possível também dizer que se tratou de um movimento que Gramsci definiu como “revolução passiva”. Ao utilizar esse conceito de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho argumenta que,

Antes de mais nada, um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes). É assim que Gramsci afirma que a revolução passiva manifesta “o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verificou como reação as

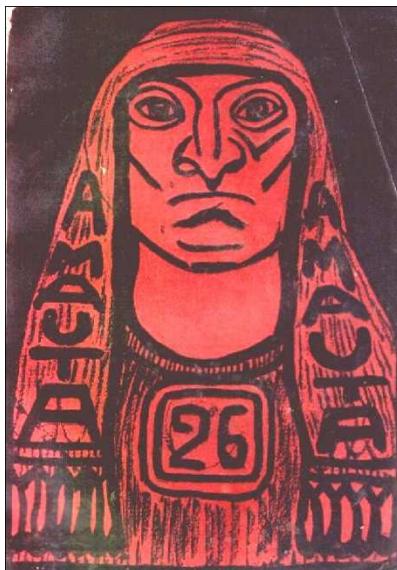
²⁶ Comandando grandes contingentes, Tupac Amaru II liderou uma revolta de 1780 a 1783. Controlou grande extensão do território do vice-reinado do Peru. Sua liderança atraiu simpatias dos indígenas, escravos negros, mestiços e colonos empobrecidos. O centro da revolta era a pesada tributação e confisco imposto pela metrópole. No final chegaram a ser executados cerca de 80 mil insurgentes.

classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante ‘restaurações’ que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções passivas’. (COUTINHO; NOGUEIRA, 1988, p. 108).

No processo de independência peruano podemos lançar mão desse conceito de revolução passiva de Gramsci, pois as camadas populares, através de seus líderes indígenas e mestiços, não compartilharam a liderança do movimento. Era, portanto, necessário resgatar a memória de lutas e resistências, bem como constituir meios para divulgar as ideias que se contrapunham ao modelo de sociedade que prevalecia.

Para isso, Mariátegui atribuiu grande importância à criação de instrumentos que pudessem fomentar uma nova noção de “nacionalidade”. Isso vai se materializar no seu esforço por criar/fundar periódicos e que resultou naquela que se constituiria na sua mais bem-sucedida empreitada nesse campo, a criação da *Amauta*²⁷, considerada a principal revista peruana da década de 20 do século XX. Tinha como um dos seus principais intuítos fomentar um sentimento de nacionalidade que transpassasse as diferentes raças constituídas do Peru, principalmente para derrubar a barreira que impediu o índio aceitar-se e ser aceito enquanto peruano.

²⁷ A revista *Amauta* foi lançada por Mariátegui e seu irmão Julio César. O intuito da revista era ser um instrumento que servisse para fomentar o debate da nacionalidade e da construção da nação peruana, bem como propagar o socialismo no Peru, além de ser um espaço para a intelectualidade peruana nas diversas áreas da produção cultural no país.



Capa da revista *Amauta* – 10 de janeiro de 1927.

Monica Bruckmann afirma que a revista *Amauta* teve importante significado no processo de difusão de uma concepção de nação baseada no socialismo como ideologia:

Com grande lucidez José Carlos Mariátegui declarava em seu primeiro número de *Amauta*: haverá que ser muito pouco perspicaz para não dar-se conta que nasce no Perú uma revista histórica. Quase oitenta anos depois vemos que estas palavras são plenamente vigentes, pois *Amauta* ficou registrada na história do pensamento social peruano não só como uma revista de grande valor no debate das idéias fundamentais na construção da nação peruana, senão também representou um grande movimento intelectual, artístico e político que deram conteúdo a este processo. *Amauta* nasceu como espaço articulador de um grande debate doutrinário, teórico, político e artístico, do qual participaram os elementos mais avançados da *intelligentsia* peruana, latino-americana e mundial. Estendeu

uma ponte extremamente importante entre o Peru, América Latina e o mundo. (BRUCKMANN, 2006, p. 117).

Ao questionar a existência de um pensamento hispano-americano, Mariátegui, no livro *Temas de Nuestra América*, afirmava o que lhe parecia evidente, a existência de um pensamento francês, de um pensamento alemão na cultura do Ocidente, mas se questionava sobre a existência de um pensamento hispano-americano. Chega a esse questionamento ao analisar que os pensadores de *Nuestra América* educaram-se na Europa, e dessa forma não tiveram a capacidade de captar o espírito da raça, portanto não ajudando a construir os fundamentos da nação. Não propunha Mariátegui que a nação fosse obra da uma casta, mas sim resultasse do amálgama das raças que constituíam o Peru. Segundo ele,

O espírito hispano-americano está em elaboração. O continente, a raça estão em formação também. As multidões ocidentais nas quais se desenvolvem os embriões da cultura hispano-americana ou latino-americana não têm conseguido constanciar-se nem solidarizar-se com o solo sobre o qual se depositou a colonização da América. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 418).

O que fica evidenciado nessa afirmação de Mariátegui, assim como ao longo do livro *Temas de Nuestra América*, é o caráter de incompletude para a formação da nação peruana. Nesse sentido, continua Mariátegui,

Grande parte de Nuestra América constitui um estrato superficial e independente, o qual aflora a alma indígena, deprimida e tímida, por causa da brutalidade de uma conquista que em alguns povos hispano-americanos não modificou até agora os métodos [...]. Os elementos da nacionalidade em elaboração não têm conseguido ainda fundir-se ou soldar-se. A densa camada indígena se mantém quase totalmente estranha ao processo de formação dessa peruanidade que tende a exaltar e inflar nossos autointitulados nacionalistas, anunciadores de um nacionalismo sem raízes no solo peruano, aprendido nos

evangelhos imperialistas da Europa, e que, como já tive a oportunidade de reafirmar, é o sentimento mais estrangeiro e postiço que existe no Peru. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 418 e 419).

Esse sentimento de nacionalidade, e, portanto, a formação da nação, poderia ser analisado a partir das expressões do conjunto da sociedade. Para isso, era necessário tentar condensar esse sentimento e retransmiti-lo, objetivo da revista *Amauta*.

A revista *Amauta*, como declarou Mariátegui em sua apresentação, tinha como objeto “levantar, esclarecer e conhecer os problemas peruanos a partir de pontos de vista doutrinários e científicos” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 1410). Desvendar historicamente a raiz dos problemas, proporcionando um espaço para um grande conjunto de pensadores, intelectuais, líderes políticos e garantindo o debate e a reflexão sobre um projeto de Nação. A revista *Amauta* constituiu-se no principal meio de divulgação do projeto de Nação de Mariátegui.

A concepção de nação aqui entendida que mais se aproxima da formação das nações latino-americanas e do que Mariátegui defendia não era a clássica concepção marxista de nação expressa pela formulação de Stalin²⁸. Também não era a concepção “naturalista” de nação, em que as nações se formaram a partir de uma afinidade racial, concepção esta que nasceu principalmente a partir de formulações de Johann Herder (1744-1803) e Johann Fichte (1762-1814), que teorizaram sobre a formação do que viria a ser a Alemanha – o principal ponto de contestação a essa teoria “naturalista” seria a negação da história e centra sua formulação na questão étnica (SANDERS, 1997, p. 40, 41).

Na América Latina não é possível desconsiderar que a formação do Estado-nação foi fruto do encontro de europeus com os povos originários – as várias nações indígenas – e os negros africanos principalmente. Outros povos que para cá vieram também ajudaram a conformar o que a partir do final do século XIX serão os atuais Estados-nação na região.

²⁸ Para Stalin, o nacionalismo aparece em uma das etapas do desenvolvimento econômico como uma expressão dos interesses burgueses. Portanto, essa perspectiva considera as nações e o nacionalismo como uma espécie de consciência falsa, produtos ideológicos que contribuem para o triunfo dos interesses burgueses e que, por sua vez, prejudicam o proletariado. Quando desaparecer o capitalismo, desaparecerão as nações, deixando passagem para a união mundial dos trabalhadores. (SANDERS, 1997, p. 45).

A leitura de Mariátegui buscou sua fundamentação em várias linhas de pensamento em relação à formação da nação peruana, destacando-se nos seus estudos a busca por desvendar os mecanismos econômicos. Na sua obra mais coesa – *Os 7 ensaios de interpretação da realidade peruana* – ele aprofundou mais essa questão, sem deixar, no entanto, de abordar outros aspectos.: No ensaio “O problema do índio”, aponta que o principal condicionante para a consolidação da nação peruana era o elemento econômico:

Todas as teses sobre o problema indígena, que o ignoram ou dele se esquivam como problema econômico-social, não passam de estéreis exercícios teóricos [...]. A crítica socialista o descobre e explica, porque busca suas causas na economia do país e não no mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem na dualidade ou pluralidade de raças, nem nas condições culturais ou morais. A questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 21).

A formação da nação na América Latina, principalmente nos países andinos – Chile, Equador, Bolívia e Peru –, teve o componente do racismo como elemento que obscureceu e atrasou esse processo. A presença indígena era preponderante, e a miscigenação, mesmo tendo ocorrido, não conseguiu esconder suas populações originárias. O racismo operou desde o início da conquista como elemento de justificativa para a exploração e apropriação das riquezas nos territórios ocupados. O conquistador/colonizador ibérico justificou de antemão seus atos de pilhagem e genocídio porque já estaria absoldido perante a “civilização” cristã ocidental. Seu papel era de executor de uma tarefa divina, questão que é analisada na obra de Mariátegui, no próximo capítulo.

A Espanha da conquista e da metrópole colonial não legou um sentimento de soberania às elites *criolla* e mestiça que se constituíram nas suas colônias. O legado aristocrático foi de um sentimento de subserviência que seria mantido no irromper do capitalismo, na sua fase imperialista. No terceiro capítulo, é analisada de forma mais aprofundada a penetração e consolidação do imperialismo no Peru.

A América Latina que surge das revoluções de independência vai se fragmentar, como era fragmentada a concepção de soberania dos colonizadores espanhóis, isso já sob a influência e fomento das potências que despontavam na época, como a Grã-Bretanha, França, Holanda, e, no terceiro quarto do século XIX, os Estados Unidos.

Claudia Wasserman afirma que esse processo de fragmentação ocorria porque

[...] Para a elite “*criolla*” as idéias de Independência tinham um caráter pré-nacional, a idéia de nação não tinha maior significado para grande maioria da população e tampouco para os proprietários de terras, que estavam limitados geograficamente à área que controlavam. O poder político tinha um caráter local e regional e esse poder não representava qualquer sentimento de nacionalidade [...]. Formaram-se dezessete repúblicas, cujo limite territorial era dado pela unidade administrativa ou comercial ou militar anteriores ao processo. Eram divisões arbitrárias decretadas pelo alto, desde o período colonial. Quando se tornam independentes, tendem a constituir-se como Estados ainda sem nações. (WASSERMAN, 2000, p. 180 e 181).

Para Mariátegui, a superação dessa fragmentação e o surgimento da nação peruana só ocorreriam com o triunfo da sociedade socialista, a partir da junção da história dos povos/culturas originárias com a cultura ocidental para a formação de uma nacionalidade. Era a constituição do socialismo indo-americano.

CAPÍTULO II

2 MARIÁTEGUI E O CONCEITO DE NAÇÃO

2.1 Elementos de afirmação da questão nacional no Peru

A obra de José Carlos Mariátegui, a despeito das inúmeras adjetivações que teve durante seu processo de elaboração, e principalmente após o desaparecimento do autor, sempre foi tida como uma contribuição importante para a compreensão da formação do continente americano. Seu ponto de partida foi estudar a formação social peruana. Procurou desvendar os mecanismos que engendraram a formação da nação, através da demonstração convicta de que, tanto nas terras peruanas como em todo o continente, já havia civilizações inteiras estabelecidas antes da chegada dos europeus. A partir da conquista, essas civilizações foram subjugadas, tiveram sua organização social suplantada e seus territórios passaram à condição de colônia do reino de Espanha.

Mariátegui fez a leitura da realidade peruana a partir de uma perspectiva internacionalista, não se limitando a referências locais ao descrever a história e analisá-la. O que fez foi apropriar-se do pensamento mundialmente produzido no campo do socialismo, para que esse conhecimento contribuísse na explicação da sua realidade. Afirmava que “temos o dever de não ignorar a realidade nacional; porém temos também o dever de não ignorar a realidade mundial” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 290). Sua concepção internacionalista, que interpretava o mundo a partir de sua realidade, fica ainda mais clara quanto afirma que a “história contemporânea nos ensina a cada passo que a nação não é uma abstração, não é um mito; porém, a civilização, a humanidade, tampouco o são. A evidência da realidade nacional não contraria, não se contrapõe com a evidência da realidade internacional” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 511).

O pensamento dialético entre o nacional e o internacional perpassa toda a obra de Mariátegui. O seu engajamento ao socialismo e a sua passagem pela Europa foram determinantes para sua observação da realidade peruana, que realizou-se numa totalidade, num jogo de

escalas, na mesma perspectiva da micro-história quando analisa o local sem desconsiderar o global²⁹.

Essa sobreposição de olhares o levou a descer a uma realidade ignorada no processo de formação da sociedade peruana: não seria possível a existência da nação com a exclusão do índio. Mariátegui entendia que a negação da história pré-colombina por parte das classes dominantes estava relacionada a um sentimento de superioridade do conquistador, posteriormente do colonizador espanhol, e que o *criollo* vai “herdar”. A classe dominante peruana negava ao índio o direito a pertencer ao nacional. Na nação oligárquico-burguesa peruana não havia espaço para o autóctone, para as culturas pré-colombianas.

A aristocracia espanhola, que se instalou no que veio a se constituir como o vice-reinado do Peru, bem como seus descendentes da República, não vieram para construir uma nova nação a partir da junção de sua cultura com as dos povos que ali habitavam. Para o conquistador espanhol, as culturas pré-existentes (o povo inca), que tinham um grau elevado de organização social, durante o processo de colonização tinham de ser apagadas. O conquistador veio na busca de enriquecimento rápido e, se possível, fácil. Era a busca do Eldorado. Essa foi a primeira fase da colônia. Mariátegui descreveu assim tal sentimento:

O período de nossa história que mais nos tem atraído não tem sido nunca o período incaico. Esse período é demasiado autóctone, demasiado nacional, demasiado indígena para emocionar os lânguidos *criollos* da República. Esses *criollos* não se sentem, não conseguem sentir-se herdeiros e descendentes do *incásico*. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 287).

²⁹ A perspectiva de escala que apresento é a que Lima apresenta em seu livro *A micro-história Italiana – escalas, indícios e singularidades*. Afirma Lima: “os grandes modelos sociológicos e antropológicos entraram tão facilmente no mundo dos praticantes da disciplina histórica porque não mudaram de fato a forma pela qual os historiadores explicavam a história: tendo o contexto como dado, o modelo construído, não havia como não encontrar depois – nos fatos – aquilo que já se sabia de antemão encontrar [...] a dicotomia entre o ‘micro’ e o ‘macro’, pensada usualmente como uma hierarquia de explicação e relevância (o primeiro como reflexo do segundo, ou como uma relação entre simples/complexo), poderia ser compreendida por meio da sua conexão dinâmica e analisada como um problema de *escala* [...]. A redução da escala de análise era considerada como uma operação que permitiria ao historiador colocar em relevo aspectos do problema estudado, que não seriam observáveis de outro modo. (LIMA, 2006, p. 259 e 260).

Mariátegui qualificava o papel do conquistador espanhol, que ato continuo se tornaria o colonizador de parte do continente americano, como sendo um elemento desprovido de uma vontade de construir nas novas terras uma nova nação:

[...] a Espanha não enviou ao Peru – como de resto não o fez com as outras colônias – uma densa massa colonizadora. A fraqueza do império espanhol consistiu precisamente em seu caráter e estrutura de empresa militar e eclesiástica, e não política e econômica. Nas colônias espanholas não desembarcaram, como nas margens da Nova Inglaterra, grandes grupos de *pioneers*. À América espanhola vieram apenas Vice-reis, cortesãos, aventureiros, frades, doutores e soldados. Não se formou por isto, no Peru, uma verdadeira força de colonização. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 4).

Essa análise que Mariátegui fazia do conquistador/colonizador detectou a origem do sentimento que preponderou na aristocracia espanhola dominante durante o período colonial e que foi legado no período pós-independência às elites *criolla* e mestiça.

2.2 O caminho escolhido

Mariátegui abordou em seus escritos matérias relacionadas às ciências humanas – sociologia, política, história, psicologia, filosofia, cultura (fortemente) e educação. No conjunto de sua obra, grande parte dela escrita no formato de artigos, não desenvolveu explicitamente um conceito de nação. Mesmo nos dois livros que escreveu quando vivo, ao referir-se a nação, não tratou o conceito com centralidade. Mariátegui era socialista e por isso sua perspectiva, internacionalista, posição que fez questão de tornar clara ao longo de sua obra.

Segundo Antonio Melis, uma das “idéias-chave” de Mariátegui era que “o Peru era uma nacionalidade em formação. Ao mesmo tempo, nesta elaboração era possível comprovar a síntese que o autor está atuando entre os ensinamentos assimilados na Europa e a realidade concreta do país” (MELIS in MARIÁTEGUI, 1994, p. XIX).

Mariátegui apontou elementos, caminhos, posicionamentos no sentido da elaboração da sua concepção da nação peruana. Mesmo não sendo este seu desafio central, como militante socialista e intelectual, isso acabou ocorrendo. Na carta que escreve a Samuel Glusberg em 1927, conta que, quando retornou ao Peru, em 1923, após ter buscado difundir o que viu e vivenciou na Europa³⁰, através de reportagens escritas, de conferências na Federação dos Estudantes e na Universidade Popular Gonzalez Prada e de artigos, iniciou o seu “trabalho de investigação da realidade nacional, de uma perspectiva marxista” (MARIÁTEGUI, 1975, p. XIV).

O nacionalismo de Mariátegui era revolucionário, a partir do momento em que entendeu ser necessária a transformação da sociedade que ele descreve como burguesa, com fortes resíduos feudais, em uma sociedade socialista. Alguns balizadores do seu nacionalismo definem o caráter revolucionário de sua perspectiva. Ao regressar da Europa, trazendo em sua bagagem, entre outras coisas, uma visão mais amadurecida do socialismo, Mariátegui passou a analisar a sociedade peruana a partir do referencial da luta de classes.

Afirmava Mariátegui em *Peruanicemos al Peru*: “Um dos fenômenos mais interessantes, um dos movimentos mais vastos desta época é, precisamente, este nacionalismo revolucionário, este patriotismo revolucionário”. Ele estava se referindo aos processos de enfrentamento ao imperialismo que ocorriam mundialmente e que contagiavam os povos. Interpretou o momento que atravessava a Índia, Egito, Turquia, China, entre outros países.

Afirmou que, “na Turquia, se opera nos últimos anos o mais vigoroso e afortunado movimento nacionalista e se tem podido estudar exata e cabalmente este fenômeno. A Turquia tem renascido como nação por mérito e obra de sua gente revolucionária, não de sua gente conservadora” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 308).

³⁰ Em 1919, Mariátegui, juntamente com César Falcón, fundou o Jornal *La Razón*, que, segundo seus idealizadores, pretendia ser um instrumento para difundir os ideais do movimento pela reforma universitária e deveria colocar-se ao lado do movimento operário peruano. O governo golpista de Augusto Leguía “estimulou” Mariátegui e Falcón a um “exílio dissimulado” na Europa. A escolha foi ir para o exílio ou ir para a prisão. Mariátegui rumou para o exílio. Passou três anos na Europa. Ficou a maior parte do seu tempo morando na Itália, onde estabeleceu contato com os principais quadros da esquerda italiana, dentre eles Benedetto Croce, que veio a ser um dos principais fundadores, junto com Gramsci, do Partido Comunista Italiano. Viajou por vários países europeus, sempre buscando conhecer a realidade e, principalmente, a conjuntura que atravessava a Europa naquele período pós-Primeira Guerra, sob o impacto da Revolução Bolchevique e com forte ascensão do movimento operário. Regressou para o Peru, já casado, em 20 de março de 1921.

Outros elementos balizadores para formação de seu pensamento certamente podem ser apontados: sua adesão ao marxismo, sua integração ao movimento dos trabalhadores e participação ativa na fundação de sindicatos de trabalhadores industriais e agrícolas (LÖWY, 1999, p. 17).

Um marco definitivo na construção do seu nacionalismo de caráter revolucionário foi certamente a fundação da revista *Amauta*, a qual já foi referida no primeiro capítulo. Buscava, assim, construir um espaço de divulgação dos ideais socialistas no Peru. Mas o papel da revista foi mais amplo que apenas um veículo de propaganda de ideias socialistas. A intenção de Mariátegui era que esse periódico se constituísse num instrumento de construção da nação peruana. Não foi por acaso que a revista contava com colaboradores das mais diversas áreas do pensamento, desde críticos literários e de artes até intelectuais militantes do socialismo. Era necessário desvendar a formação da sociedade para compreender o caráter da nação peruana.

Até então, mesmo os pensadores com ideias de esquerda, ao analisarem a formação da sociedade peruana, não conseguiam ir além de uma visão tida como romântica idealista – González Prada³¹ – ou de renúncia da luta de classes e, por consequência, abrindo mão da independência de construir um programa próprio da classe – Haya de la Torre e a APRA.

A propaganda do processo de luta de classes dos trabalhadores na Europa e no mundo orientou o trabalho de disseminação das ideias socialistas na América Latina, levado à frente por Mariátegui assim que regressou ao Peru. E ao apresentar aos trabalhadores e estudantes peruanos o que acontecia na organização social e nas lutas travadas pelo proletariado em países como Turquia, China e Índia, por exemplo, Mariátegui buscou trazer a eles um panorama mais amplo da luta de classes que os processos de luta do proletariado europeu.

³¹ González Prada teve influência significativa na formação de Mariátegui. No livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, no capítulo “O progresso da literatura”, Mariátegui descreveu González Prada desta forma: “González Prada não interpretou este povo, não esclareceu seus problemas, não legou um programa à geração subsequente. Contudo, representa, de qualquer forma, um instante – o primeiro instante lúcido – da consciência do Peru. Frederico More chama-o de precursor do Peru novo, Peru integral. Mas Prada, sobre isto, foi mais que um precursor. Na prosa de *Páginas Libres*, entre sentenças breves e retóricas, encontra-se o germe do nosso espírito nacional. Não formam o verdadeiro Peru – afirma González Prada, o célebre discurso do Politeama, em 1888 – os agrupamentos de crioulos e estrangeiros que habitavam a faixa de terra situada entre o Pacífico e os Andes: a nação é formada pelas multidões de índios, disseminadas na faixa oriental da cordilheira. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 182).

Ao proferir o ciclo de conferências na Universidade Popular González Prada, Mariátegui defendeu que o Peru necessitava constituir-se numa nação independente; que somente as nações independentes conseguiriam avançar para um estágio superior de organização social, que era a superação do capitalismo. Numa destas conferências – a décima terceira, *“La agitación revolucionária y socialista del mundo oriental”* – ele analisou a incompreensão por parte do proletariado europeu e de parte das suas lideranças em relação às lutas travadas pelo proletariado nos países orientais. Segundo ele, o proletariado europeu não se sentia solidário com as lutas do proletariado das outras partes do mundo; não compartilhavam do sentimento internacionalista de classe. Isso, para os revolucionários do mundo todo, era um desafio a ser superado.

Na mesma conferência, Mariátegui, mesmo defendendo a posição da Terceira Internacional³², demarcou sua posição em relação à (in)compreensão por parte do proletariado europeu quanto aos processos de luta dos povos colonizados. Para a Terceira Internacional, as lutas do proletariado dos países orientais, não tendo caráter de classes, do ponto de vista clássico, deveriam contar com o apoio do proletariado europeu e de suas organizações. Mariátegui afirmou a este respeito:

A Terceira Internacional estimula e fomenta a insurreição dos povos do Oriente, ainda que esta insurreição careça de um caráter proletário e de classes, ou seja, antes mesmo uma insurreição nacionalista. Muitos socialistas têm polemizado, precisamente, por esta questão colonial, com a

³² Organização fundada em 24 de janeiro de 1919. Teve como articulador o comitê central do Partido Comunista Russo (nome que assumiram os bolcheviques). Várias direções estrangeiras (que estavam na Rússia a convite do Partido Comunista Russo), dos partidos comunistas polonês, húngaro, alemão, austríaco e letão, e os comitês centrais dos Partidos Comunista Finlandês, da Federação Socialista Balcânica e do Partido Socialista Operário Norte-Americano promoveram o surgimento dessa organização que daria a direção para o conjunto dos partidos comunistas no mundo. Lançaram para isso o seguinte chamado: “Os partidos e organizações abaixo-assinados consideramos como uma necessidade imperiosa a reunião do primeiro congresso da nova Internacional revolucionária. Durante a guerra e a revolução, não somente se manifesta a completa bancarrota dos velhos partidos socialistas e social-democratas e, com estes, de toda a Segunda Internacional, senão, também, a incapacidade dos elementos centristas da velha social-democracia de ação revolucionária. Ao mesmo tempo, distinguem-se os contornos de uma verdadeira Internacional Revolucionária”. Isso ocorria no período imediato à Primeira Guerra, quando os partidos social-democratas falhavam no seu papel de enfrentar o imperialismo.

Terceira Internacional. Sem compreender o caráter decisivo que tem para a revolução social a emancipação das colônias do domínio capitalista, esses socialistas têm se colocado contra a cooperação que a Terceira Internacional tem prestado à emancipação política das colônias. Suas razões têm sido estas: o socialismo não deve amparar senão movimentos socialistas. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 901).

O que Mariátegui buscava, referindo-se ao posicionamento de parcela da vanguarda socialista europeia com relação a sua posição diante do processo de luta dos povos pela sua emancipação política, e ao mesmo tempo criticando esse posicionamento, era discutir o estágio da luta de classes no mundo. Enquanto em países de capitalismo avançado já existia uma classe trabalhadora amadurecida, com alto grau de organização política e capacidade para lutar por mudanças estruturais do sistema, em outras regiões do mundo, no caso os países situados no que se convencionou chamar de “oriente”, a luta de classes ainda não tinha atingido um grau de amadurecimento que possibilitasse a ruptura do sistema.

Mariátegui interpretou o estágio da organização social nos países orientais, que naquele momento passavam por mudanças sociais – a revolução nacionalista na China, a Turquia de Kemal e seu “orientalismo revolucionário”, a luta pela emancipação na Índia contra o colonialismo britânico, sob a liderança de Ghandi –, como fundamentais no processo de enfrentamento ao imperialismo. Esse estágio era de um enfrentamento em bases nacionalistas, e Mariátegui tinha clareza de que os trabalhadores nesses países, que estavam submetidos à mais profunda exploração imperialista, tinham como desafio libertar-se desse jugo em aliança com outras classes que também apresentavam contradições com o imperialismo.

Esse estágio da luta era um o estágio nacional. O que o diferenciou em relação à estratégia de luta proposta pelo APRA, de Haya de la Torre, foi a definição do imperialismo. Para o APRA, o primeiro estágio do capitalismo é o imperialismo e, dessa forma, defendia que o Peru, por ser um país atrasado e feudal, deveria passar por essa fase de “desenvolvimento” do capitalismo. Além disso, a classe que deveria dirigir a luta política era a classe média, por ser, segundo Haya de la Torre, a classe mais preparada para essa tarefa histórica.

Mariátegui discordou frontalmente dessa leitura: para ele, os povos submetidos ao imperialismo deveriam derrotar esse sistema e a sua superação seria o socialismo. No terceiro capítulo busca-se aprofundar a polêmica entre as visões de Mariátegui e Haya de la Torre.

A partir dessas interpretações dos processos de luta do proletariado desses países é que Mariátegui firmou sua interpretação de que o processo histórico avança em descompasso, descompasso esse que se refletia no grau da consciência de classe do proletariado mundial e no estágio de formação da nação.

A concepção de nação de Mariátegui foi expressa a partir de dois referenciais: o primeiro era o referencial indígena, autóctone; o outro, o socialista, marxista, internacionalista. Mariátegui defendeu que o referencial indígena tinha de ser resgatado e incorporado na construção da nação, referencial esse que já aparece na sua juventude, antes de seu posicionamento político e do enfrentamento que iniciou contra o governo de Leguia. Reconhecia o legado de González Prada e as formulações da corrente indigenista peruana como fundamentais na construção de um Peru que reconhecesse a importância do elemento indígena em sua formação.

Já seu referencial socialista, marxista e internacionalista vai ficar mais definido a partir de seu exílio na Europa, quando se aproximou dos pensadores marxistas classificados como a corrente romântica do marxismo. Ao passar a maior parte dos seus três anos de exílio na Itália, travou contato direto com a corrente que era naquele momento fortemente influenciada pelas concepções dos comunistas italianos. Mas, como afirma Löwy, o que predominou na formação de seu marxismo romântico foi sua própria escolha de filiação ao pensamento de intelectuais como Nietzsche, Bergson, Miguel de Unamuno e Georges Sorel (LÖWY, 2005, p. 10).

A inquietação do intelectual Mariátegui o levou a trilhar caminhos considerados por um longo tempo como fora dos cânones marxistas vigentes na época. A sua aproximação ao marxismo ocorre de maneira independente. Viu no marxismo uma teoria capaz de ajudá-lo a explicar a realidade do seu país, não a única, mas a mais eficaz e potente.

Para Alberto Flores Galindo,

[...] o leitor de Mariátegui deve compreender que marxismo e nação foram um verdadeiro problema – no sentido vital da palavra – para o fundador do socialismo peruano [...] existia uma verdadeira tensão que atravessa seus escritos e sua vida: algumas vezes prima o marxismo, outras vezes a nação, nem sempre foi uma relação harmônica e em muitas ocasiões essa mesma tensão se expressou no contraponto entre a arte de vanguarda e o indigenismo, entre Ocidente e mundo andino [...] (GALINDO, 1980, p. 11e 12).

Essa aparente contradição que pode ser vista na afirmação de Galindo sobre a compreensão de nação e de socialismo de Mariátegui será analisada pelo próprio Galindo da seguinte forma:

[...] a defesa da comunidade fortalece a recusa de Mariátegui ao capitalismo. No Peru não tinham que repetir-se os erros que no Ocidente haviam gerado este sistema econômico, porque, graças à comunidade, poderíamos seguir uma evolução histórica diferente. Uma vez mais nosso caminho não era o europeu. (GALINDO, 1980, p. 50).

Ao contrapor a organização da comunidade ao processo de desenvolvimento do capitalismo, Mariátegui afirmou que a nação só seria capaz de se constituir não negando essa forma de organização social que era predominante no Peru. Quatro quintos da população peruana era indígena e o sistema comunitário, na organização social dos descendentes dos incas, era a forma de organização social que predominava.

O mutirão, o compartilhamento da terra e o modo de produção coletivo eram heranças históricas, seculares, que resistiam em ser substituídas e que, mesmo após a conquista espanhola, sobreviveram. A imposição e tentativa de implementar um modo de produção em larga escala já predominantemente capitalista, para atender às metrópoles europeias, deparou-se com a resistência da forma de organização comunitária.

Essa foi a resposta de Mariátegui ao eurocentrismo e um dos pontos que sustentam a tese de que seu marxismo se constitui num pensamento original e autônomo. Essa originalidade do marxismo de Mariátegui também foi fruto da influência que sofreu dos poetas e ensaístas da corrente indigenista peruana. Para Galindo, “sem a relação com os poetas e ensaístas da corrente indigenista e sem as sublevações rurais, o marxismo de Mariátegui careceria de um traço essencial: sua recusa do progresso e sua resistência à imagem linear e eurocêntrica da história (GALINDO, 1980, p. 50).

É possível afirmar que o caráter de nação que Mariátegui elaborou tinha de negar o capitalismo sem deixar de se apropriar dos avanços que a sociedade moderna produziu e não entrar em choque com a forma de organização comunitária que predominava no Peru. Esse debate se deu no primeiro quarto do século XX, período da história latino-americana em que o imperialismo estadunidense estava substituindo o imperialismo britânico³³.

O que Mariátegui afirmou era que a construção da nação deveria perseguir um caminho próprio. Para ele, “na história a comuna precede a nação. A nação precede a toda a sociedade de nações” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 413). Portanto, não era possível apagar da história a forte organização do povo peruano baseada na comunidade.

No momento em que Mariátegui defendeu que o caminho para a sociedade peruana era o socialismo, a organização internacional dos socialistas na qual ele se referenciava – a Internacional – definiu como estratégia para os países que se encontravam num estágio de atraso em relação às nações capitalistas centrais, basicamente os países da Europa e EUA, que deveriam passar por uma etapa burguesa de desenvolvimento. Era necessário que essas nações atingissem o desenvolvimento capitalista para, só assim, passarem ao socialismo.

³³ “Houve uma gradual superação do poder britânico pelo poder norte-americano. O Canal do Panamá, mais que a Europa, parece haver aproximado o Peru dos Estados Unidos. A participação do capital norte-americano na exploração do cobre e do petróleo peruanos, que se convertem em uns dos nossos maiores produtos, proporciona uma ampla e durável base de crescente predomínio yanqui. A exportação para a Inglaterra, que em 1898 constituía em 56,7% da exportação total, em 1923 não chegava senão a 33,2%. No mesmo período a exportação aos Estados Unidos subia de 9,5% para 39,7%. E este movimento se acentuava mais ainda na importação, pois enquanto a dos Estados Unidos em dito período de vinte e cinco anos passava de 10,0 a 38,9%, a da Gran Bretanha baixava de 44,7 para 19,6%.” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 13).

Para Mariátegui, o caminho a seguir não era o modelo defendido pela Terceira Internacional, ou seja, o caminho da revolução burguesa, em que, cumprida esta etapa, era possível passar à etapa seguinte da revolução socialista. Ele defendia que o caminho para o Peru era o caminho imediato do socialismo. A passagem por uma etapa burguesa não levaria à construção da nação. Flores Galindo defende esse caminho proposto por Mariátegui da seguinte forma:

[...] o socialismo reivindicava as velhas tradições nacionais, estava chamado a solucionar tanto o problema do atraso e da miséria do Peru como a realizar um imprescindível acerto de contas com a conquista espanhola, para assim deixar de ser uma sociedade vencida e frustrada: vencida desde a implantação do colonialismo, frustrada pelo fracasso dos projetos anticoloniais durante a independência. O socialismo, ao nos libertar dessas taras do passado, seria a ferramenta indispensável para construir a nação. (GALINDO, 1980, p. 31).

Para Mariátegui, a transformação da sociedade peruana capitalista para uma sociedade socialista, sem transições, seria o que possibilitaria a efetiva construção da nação. Em torno dessa concepção é que Mariátegui pensava a nação peruana. Não se concretizaria a nação peruana sem a implantação do socialismo no Peru, de um socialismo baseado na tradição dos povos incaicos, o que, para Mariátegui, constituía-se “num fatalismo histórico”, pois, segundo ele,

[...] nós que professamos o socialismo, lutamos lógica e coerentemente pela reorganização do país sobre bases socialistas e – constatando que o regime econômico e político que combatemos transformou-se, pouco a pouco, numa força de colonização do país por capitalismo imperialistas estrangeiros – proclamamos que este é um instante de nossa história em que não é possível ser, realmente, nacionalista e revolucionário sem ser socialista [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 23).

Dentro dos marcos do capitalismo, um dos pontos centrais que caracterizavam a incompletude da nação peruana era a exclusão do índio. Essa exclusão não seria superada num sistema que não fosse o

socialismo, um socialismo baseado numa doutrina “indo-americana”. O socialismo de Mariátegui tinha de ser profundamente enraizado no processo histórico de organização social dos povos originários. Para ele,

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, a que não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura nem um destino particulares. [...] E o socialismo, afinal, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. (MARIÁTEGUI apud LÖWY, 2005, p. 120).

No capitalismo, o processo de exploração do índio era condição para a reprodução do sistema. A constituição da unidade dos de baixo (índios camponeses, mestiços proletarizados, operários indígenas e não indígenas), para derrotar a exploração, é que iria colocar o indígena em igualdade de condições com o conjunto do proletariado.

O processo defendido pela Terceira Internacional apontava que o caminho era a superação do atraso que os países periféricos viviam. Sua organização predominantemente feudal, com um capitalismo incipiente, é que determinava uma necessidade de, primeiro, superar esse atraso, passando dessa etapa a uma etapa de capitalismo pleno. Nesse modelo etapista³⁴, a superação do capitalismo ocorreria com o socialismo. A

³⁴ Para Löwy, “[...] ao contrário dos ideólogos da Internacional Comunista, Mariátegui não acreditava numa ‘etapa-democrático-nacional e antifeudal’ da revolução na América Latina: para ele, a revolução socialista era a única alternativa à dominação do imperialismo e do latifúndio; e porque, por outro, ele acreditava que esta solução socialista poderia ter como

construção da nação, segundo a leitura histórica da Terceira Internacional, dar-se-ia na etapa capitalista burguesa.

Mariátegui, quando escreveu *La unidad de la América Indo-Española*, resgatou o processo de luta pela independência das colônias americanas e afirmou que essa luta foi travada inicialmente com ideal americanista e não nacionalista. Segundo ele, esse ideal nacionalista só poderia existir a partir da existência de nacionalidades.

Dessa forma, nem mesmo a partir da independência se concretiza de fato a nação e uma nacionalidade, conclusão reforçada a cada momento em que afirma que um dos elementos fundantes da nação, o índio, não encontra lugar na formação da nação. Mariátegui entendia que o destino histórico dos povos da América Espanhola era solidário por conta de seu passado comum, e esse passado comum é que possibilitaria a formação da nação:

A conquista espanhola, ao destruir as culturas e as agrupações autóctones, uniformizou a fisionomia étnica, política e moral da América Hispânica. Os métodos de colonização dos espanhóis solidarizaram a sorte de suas colônias. Os conquistadores impuseram às populações indígenas sua religião e sua feudalidade. O sangue espanhol se mesclou ao sangue índio. Criaram-se assim núcleos de população *criolla*, gérmen de futuras nacionalidades. Logo idênticas ideias e emoções agitaram as colônias contra a Espanha. O processo de formação dos povos indo-espanhóis teve, em suma, uma trajetória uniforme (MARIÁTEGUI, 1994, p. 413).

O fato de a revolução pela independência ter sido um movimento das populações *criollas*, em que não tomaram parte os indígenas, levou apenas à troca da aristocracia espanhola por uma oligarquia que se constituiu na nova classe dominante³⁵. Os líderes caudilhos tornaram-se os novos proprietários da terra e exploradores dos índios. A nova classe dominante não garantiu o acesso do índio à terra, que era o bem

ponto de partida as tradições comunitárias do campesinato indígena, proposição assimilada pelo soviético Miroshovski à dos populistas russos.” (LÖWY, 2005, p. 18).

³⁵ Mariátegui vai utilizar como denominação para as classes dominantes no Peru as seguintes formas: novas classes dominantes, classes dirigentes, *gamonal*, latifundiários e burguesia. Utilizo aqui o conceito de *classe dominante* quando não for citação do próprio autor que estiver sendo transcrita.

indispensável à sua sobrevivência não só material, mas principalmente social. Pelo contrário, os novos proprietários aprofundaram a exploração e o confisco das terras comunais.

Essa descrição do processo histórico de independência, feita por Mariátegui, reafirma a tese de que a nação no Peru não nasceu completa. Sobre essa incompletude ele diz que,

[...] no presente, enquanto umas nações têm liquidado seus problemas elementares, outras não têm avançado muito em sua solução. Enquanto umas nações têm chegado a uma regular organização democrática, em outras subsistem até agora densos resíduos de feudalidade. O progresso do desenvolvimento de todas estas nações segue a mesma direção; porém em umas se cumpre mais rapidamente que em outras [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 414).

Ao recusar comparações entre o processo de desenvolvimento da sociedade andina e o desenvolvimento da europeia, Mariátegui afirmou que a história dos povos andinos seguiu trajetória independente da história dos povos europeus. Sua leitura se baseava no profundo espírito coletivista dos índios descendentes diretos dos incas³⁶, e ele não tinha como preocupação se fazer aceito nos meios liberais e marxistas da época. A trajetória que adotou para interpretar a história peruana confrontou a visão eurocêntrica que predominava, perspectiva que fez com que se aproximasse dos indigenistas que “na defesa da comunidade

³⁶ Em nota de rodapé do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui vai descrever o comunismo incaico da seguinte forma: “Se a evidência histórica do comunismo incaico não fosse incontestável, a comunidade, órgão específico de comunismo, bastaria para afastar qualquer dúvida [...]. O comunismo moderno é uma coisa diferente do comunismo incaico. Isto é a primeira coisa que deve entender o estudioso que explora o *Tawantisyuyo*. Um e outro comunismo são produto de diferentes experiências humanas. Pertencem a diferentes épocas históricas. Constituem a elaboração de civilizações dessemelhantes. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. Naquela, o homem submetia-se à natureza. Nesta, a natureza se submete, às vezes, ao homem. É absurdo, portanto, confrontar as formas e as instituições de um e outro comunismo. A única coisa que podemos confrontar é a sua incorpórea semelhança essencial, dentro da diferença essencial e material de tempo e espaço. E para esta confrontação é necessário um certo relativismo histórico [...]. Os cronistas da conquista e da colônia olharam o panorama indígena com olhar medieval. Seu testemunho, indubitavelmente, não pode ser aceito, sem grandes reservas. Seus julgamentos correspondem a seus pontos de vista espanhóis e católicos”. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 50 e 51).

descobriram uma possibilidade autenticamente nacional” (GALINDO, 1980, p. 53).

O desdobramento do seu trabalho foi permeado por essa tensão e redundou numa obra que, para além de investigativa, apresentou outra leitura da formação da nação peruana até aquele momento. Ao abordar questões como soberania, independência política e econômica, defendia uma necessidade imperiosa de coesão interna baseada na inclusão, participação política, social e cultural do povo peruano, independentemente de raça, credo, cor e ideologia. Nessas questões é que se baseou seu esforço intelectual.

Mariátegui entendeu que era preciso explicar tais fenômenos. Teceu sua explicação da realidade peruana e construiu, a partir da sua participação junto à intelectualidade e às organizações operárias e indígenas, um programa de transformação da sociedade que se assentasse na história do Peru e que não fosse oficialista. Por isso, tratou de desconstruir a ideia dominante, denominada de “oficialismo”³⁷, presente na maior parte da intelectualidade, de que as classes dominantes, formadas pelos *criollos* e mestiços, eram as únicas que teriam sido responsáveis pelo estágio de desenvolvimento do país.

A crítica permanente àqueles que estavam escrevendo sobre os acontecimentos políticos e sociais no Peru a partir de uma visão oficialista foi objeto de vários artigos de Mariátegui. No prefácio que escreveu para o livro de Ernesto Reyna *El Amauta Atusparia* referiu-se assim a esse processo da escrita da história:

A expressão mais nova e significativa da historiografia peruana contemporânea é, certamente, o interesse pelos acontecimentos antes ignorados ou desdenhados de nossa história social. A história do Peru republicano tem sido escrita ordinária e quase invariavelmente como história política, na acepção mais restritiva e *criolla* destes termos. Sua concepção e sua elaboração sofrem a limitação de um sentimento de ‘corte’ de um espírito burocrático e capitalino, que converte a história política do país a uma crônica de suas mudanças de governo, sua

³⁷ O oficialismo foi o mecanismo de registrar e contar a história somente a partir da colonização, por parte da Espanha, do continente americano. A aristocracia e, posteriormente, a elite *criolla* e mestiça que governou o Peru trataram de apagar a história das sociedades que lá viviam antes da conquista.

administração pública e de suas crises e sucessos.
(MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Mariátegui recusou-se decididamente a aceitar a versão de que a história da nação peruana inicia-se com a conquista espanhola. Na *Carta de Jamaica*, o libertador Simon Bolívar relatava a tentativa dos conquistadores espanhóis de apagar a história dos povos subjugados. Bolívar relata o testemunho do apóstolo das Américas, Frei Bartolomé de Las Casas, que registra as atrocidades cometidas pelos espanhóis no que a história oficialista tentou retratar como uma empreitada civilizatória³⁸.

Essa permanente tentativa de apagar a história anterior à conquista, e negar a existência de outras civilizações no continente americano, aparece em vários momentos dos escritos de Mariátegui em que ele aborda o Peru como sendo uma nação incompleta. Diz ele: “O Peru é todavia uma nacionalidade em formação. Estão construindo-a sobre os inertes estratos indígenas, os aluviões da civilização ocidental. A conquista espanhola aniquilou a cultura incaica. Destruiu o Peru autóctone” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289). Se essa sociedade era incompleta, era porque o índio não fazia parte da nação.

Ao resgataremos o processo que se seguiu, as revoluções de independência das colônias espanholas, vemos que as ideias liberais de liberdade defendidas pelas lideranças *criollas* e mestiças não se efetivaram na sua radicalidade. O escravo negro não recebeu ato contínuo a independência, sua liberdade. E quando isso ocorreu, a liberdade não significou sua pronta habilitação como um “cidadão”, em igualdade de direitos em relação aos seus antigos proprietários. Aos mestiços pobres seguiu-se a mesma sorte. Não lhes foi concedido o estatuto de cidadãos, por serem considerados pessoas de segunda classe.

³⁸ Bolívar escreveu na *Carta de Jamaica*: “Há três séculos, diz V.S., que começaram as barbaridades que os espanhóis cometeram no grande hemisfério de Colombo. Barbaridades que a presente idade rechaçou como fabulosas, porque parecem superiores à perversidade humana, e jamais seriam tidas como verdadeiras pelos críticos modernos, se constantes e repetidos documentos não testemunhassem estas infaustas verdades. O filantrópico Bispo de Chiapas, o apóstolo da América, Las Casas, deixou para a posteridade uma breve relação delas, extraídas das devassas que fizeram em Sevilha aos conquistadores, com o testemunho de quantas pessoas respeitáveis havia então no Novo Mundo, e com os próprios processos que os tiranos fizeram entre si; como consta nos mais sublimes historiadores daquele tempo. Todos os imparciais têm feito justiça ao zelo, à verdade e às virtudes daquele amigo da humanidade, que com tanto fervor e firmeza denunciou ante seu governo e os contemporâneos os atos mais horrorosos de um frenesi sanguinário [...]”. (BOLÍVAR, 1979, p. 214).

Quanto ao índio, mesmo não podendo, por determinações da coroa espanhola, ser escravizado, o que na prática nunca deixou de ocorrer, era que sua condição igualava-se aos dos negros africanos no que diz respeito à exploração de sua força de trabalho. Isso se dava pelos diversos mecanismos de exploração como as taxações e a mita³⁹. Mas o principal mecanismo que impunha sua condição de exploração ocorria fundamentalmente por negar ao índio o acesso à terra.

Maria Lúcia Prado defende que o conceito de liberdade, alicerçado nas ideias liberais, que justificava as revoluções de independência, “não era um conceito entendido de forma única; tem significados diversos, apropriados também de formas particulares pelos diversos segmentos da sociedade” (PRADO, 1986, p. 13). Para Mariátegui, a geração dos libertadores foi uma geração de lutadores que defendiam um ideal romântico; as gerações que os sucederam, segundo Mariátegui, não avançavam no mesmo caminho.

2.3 As Lutas Anticolonialistas e a construção de nações soberanas

Para Mariátegui, o Peru fazia parte de um conjunto de nações onde persistiam fortes traços de feudalidade, o que determinava a incompletude da formação da nação. Do ponto de vista político, a crítica que Mariátegui apontava como determinante para o atraso da formação da nação era a submissão das classes dominantes peruanas e de seus governos às nações imperialistas.

No debate que travou com Luiz Alberto Sanchez, Mariátegui posicionou-se a respeito da importância de os “povos colonizados” se afirmarem nacionalistas, pois essa autoafirmação impulsionaria a luta para sua libertação do jugo imperialista e, conseqüentemente, conformaria suas nações como soberanas. Afirmava Mariátegui:

[...] para as nações européias, o nacionalismo e o conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõem fins imperialistas. É reacionário e anti-socialista. Porém o nacionalismo dos povos colonizados, se colonizados economicamente, ainda que se

³⁹ “Mita” era a obrigação de trabalhar para o Estado em variadas atividades de interesse coletivo, já existente no império inca. Os conquistadores também se valeram da mita, obrigando os índios a realizar trabalhos forçados. (LÖWY, 2005, p. 86).

vangloriem de sua autonomia política, tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nestes povos, o nacionalismo é revolucionário e por isso se concluirá com o socialismo. Nestes povos a idéia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 250).

Essas questões levantadas por Mariátegui buscavam distinguir a luta pelo nacionalismo que se travava na Europa da luta que os povos submetidos ao imperialismo empreendiam. Ele diferenciou os nacionalismos e defendeu que a construção de uma nacionalidade em países dominados pelo imperialismo servia como mecanismo de coesão para a luta contra a dominação.

Defendeu que o sentimento nacional, que se manifestava nos países europeus, tinha como desfecho uma luta reacionária e conservadora. Fortalecer o sentimento patriótico das populações daqueles países facilitou o apoio aos interesses das classes dominantes nativas, que tinham como preocupação a expansão capitalista e a conquista de novos mercados e territórios que garantissem a exploração de matérias-primas necessárias para a indústria interna e o mercado que consumissem seus produtos manufaturados.

Já quanto à luta dos povos que se encontravam sob o jugo imperialista, luta de busca por afirmação e resgate de sua história, segundo Mariátegui, tinha o papel de fazer avançar a luta pela constituição de nações soberanas.

Por outro lado, ele não se contrapôs à ação dos povos de nações não europeias de apropriar-se do que a Europa tinha de mais avançado, sua técnica, seus inventos: “temos o dever de não ignorar a realidade nacional; porém temos também o dever de não ignorar a realidade mundial” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 290). Tentou mostrar a necessidade de construir a nação a partir da sua história, seus valores e sua cultura, sem que para isso tivesse que fechar-se à realidade mundial.

A etapa não conclusa dizia respeito a uma série de pressupostos históricos que a elite peruana não teria logrado concluir:

- a) tentativa de fazer desaparecer da história oficial a existência de povos organizados social e culturalmente antes da chegada dos espanhóis;
- b) extermínio das populações originárias, seja pela força, seja pela disseminação de doenças (mesmo que não premeditada) que estes povos não tinham resistência para combater;

- c) imposição de uma nova religiosidade (a igreja católica foi fundamental no processo da conquista e no posterior domínio imposto aos povos autóctones);
- d) uma aculturação forçada;
- e) imposição de uma miscigenação com intuito de “melhoramento racial”.

Por mais eficiente que tenha sido a empreitada da conquista e da colonização, os elementos de organização social, cultural e étnica dos povos indígenas permaneciam presentes na sociedade peruana. Mesmo assim, foi permanente o processo de negação dos traços indígenas e de todo seu legado para a formação social peruana. A fusão não aconteceu e não houve assimilação e nem “desaparecimento”.

Mariátegui acompanhava a conjuntura mundial, assim como as diversas lutas por libertação e de autoafirmação dos povos pelo mundo. Esse processo dos povos não europeus serviu como elemento de comparação com a realidade peruana, bem como instrumento de análise do estágio em que se encontrava a luta pela soberania das diversas nações não europeias.

Mariátegui buscou conhecer os mecanismos que garantiam a submissão das nações à exploração imperialista e qual sua a disposição em enfrentar a ofensiva que o imperialismo empreendia mundialmente. Ao referir-se ao “Congresso Anti-Imperialista”, que aconteceu em Bruxelas, como uma reação imediata por parte dos povos que lutavam pela sua autodeterminação como nações livres, contra a ofensiva mundial dos países imperialistas naquele momento, afirmou:

O nacionalismo que nas nações da Europa tem forçosamente objetivos imperialistas e, portanto, reacionários, nas nações coloniais ou semi-coloniais adquire uma função revolucionária, quando existe real e ativamente e não constitui uma mera etiqueta conservadora e tradicionalista. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 246).

Essa afirmação se explicitou quando Mariátegui analisou as transformações pelas quais passava a Turquia, no seu processo de estabelecimento de uma nova ordem social, descritas por ele da seguinte forma:

Os velhos povos orientais, apesar das raízes milenárias de suas instituições, não se fecham, não se isolam. Não se sentem independentes da história européia. Turquia, por exemplo, não tem buscado sua renovação nas tradições islâmicas, senão nas correntes da ideologia ocidental. Mustafá Kemal tem agredido as tradições. Mandou embora da Turquia o kalifa e suas mulheres. Tem criado uma república de tipo européia. Esta orientação revolucionária e iconoclasta não marca, naturalmente, um período de decadência e sim um período de renascimento nacional. A nova Turquia, a herética Turquia de Kemal, tem sabido se impor, com as armas e com espírito, frente à Europa. A ortodoxa Turquia, a tradicionalista Turquia dos sultões sofria, ao contrário, quase sem protestar, todos os vexames e todas as espoliações dos ocidentais. No presente, Turquia não repudia a teoria nem a técnica da Europa; porém repele os ataques dos europeus a sua liberdade. Sua tendência a ocidentalizar-se não é uma capitulação de seu nacionalismo. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 290).

Em sua interpretação, Mariátegui aponta duas questões importantes:

1^a) o estabelecimento de uma nação de forma soberana frente à Europa, coisa que a classe dominante peruana não realizou e não tinha pretensão de realizar;

2^a) a não negação, por parte de países como a Turquia e o Peru, da necessidade de estabelecimento de relações com as nações ocidentais europeias, buscando com isso poder trocar o que tinham de melhor para o desenvolvimento dos povos nos mais amplos aspectos da vida, sem que tivessem de ser tratados como povos de segunda categoria.

O novo regime turco, liderado por Mustafá Kemal, enfrentou os sultões que, através das “tradições islâmicas”, mantinham seu povo submetido ao atraso. A leitura que Mariátegui fez do momento que atravessava a Turquia era que, para esta, se colocava a necessidade de rompimento com uma tradição que mantinha privilégios seculares na mão de uma minoria aristocrática.

Para Mariátegui, o caso da Turquia serviu para ilustrar a forma subordinada e submissa das classes dominantes do Peru no processo de inserção no cenário mundial. Ao discutir a construção do processo de

identidade nacional, Mariátegui estava reafirmando uma visão distinta da elite peruana, que passou pela conquista e pela independência negando o elemento principal da fundação da identidade nacional que era o índio – o índio e todos os elementos culturais que constituíam o povo descendente dos incas.

A maneira com que essas classes dominantes enxergavam seu papel diante das nações tidas como desenvolvidas é que as levava a reforçar a negação da herança de organização social trazida dos índios. Para Michel Löwy, “A burguesia latino-americana chegou tarde demais à cena histórica” (LÖWY, 1999, p. 13).

O processo de construção da nação peruana só avançaria dentro de uma concepção soberana e integral se todos os elementos que a constituíam se incorporassem à história de forma completa. Nesse sentido, era central desconstruir os mecanismos que se perpetuavam desde a conquista e que mantinham o indígena como um servo e não como elemento fundador da nação. José Martí afirmava em “Nossa América” esta questão de forma contundente⁴⁰.

Para Martí, essa continuidade da colônia na república estava sendo vencida pela luta dos índios, negros e mestiços; porém, essa leitura de Martí infelizmente não se fez concreta. A geração de libertadores que Mariátegui adjetivou de românticos foi vencida por uma geração que não deu continuidade ao que ele chamou de “ideal americanista”, ideal que se concretizaria se o ideal de igualdade entre os homens tivesse sido mantido após as revoluções de independência. O que se seguiu, no entanto, foi a manutenção da condição subalterna do índio e, em certa medida, o desprezo por ele nas nascentes repúblicas americanas.

2.4 O papel da cultura na construção da identidade nacional

Na busca de amalgamar tais questões, a cultura para Mariátegui era preponderante. Mariátegui constituiu-se no principal artífice de sua geração na construção de uma concepção marxista sobre a cultura

⁴⁰ Esse processo de continuidade histórica foi definido por Martí da seguinte forma: “A colônia continuou vivendo na república; nossa América está se salvando de seus grandes erros – da soberba das cidades capitais, do triunfo cego dos camponeses desdenhados, da importação excessiva das idéias e fórmulas alheias, do desprezo injusto e grosseiro pela raça aborígine – pela virtude superior, adubada com o sangue necessário, da república que luta contra a colônia. (MARTÍ, 1991, p. 198).

peruana. Mariátegui via a cultura no Peru, fortemente dominada por um sentimento aristocrático, como decadente, principalmente porque retratava uma organização social que não refletia as transformações que ocorriam no mundo e que atingiam a todos os povos. Via a cultura como parte de uma estratégia para ajudar na elaboração de uma releitura da história do Peru que não começa com a chegada dos espanhóis, mas sim com a história dos povos que já habitavam antes as terras peruanas. Tratava-se do resgate do Peru integral.

Na apresentação da revista *Amauta*, Mariátegui definiu claramente o papel da cultura na construção de seu projeto de nação:

O objetivo desta revista é de expor, esclarecer e conhecer os problemas peruanos desde o ponto de vista doutrinário e científico. No entanto consideraremos sempre o Peru dentro do panorama do mundo. Estudaremos todos os grandes movimentos de renovação políticos, filosóficos, artísticos, literários, científicos. Tudo o que é humano é nosso. Esta revista vinculará os homens novos do Peru, primeiro com os de outros povos da América, e em seguida com os de outros povos do mundo. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 258).

Estabeleceu o dialogo com o pensamento da época sobre o que representava o nacional. Para ele o pensamento conservador mistificava o debate sobre a defesa do nacional, e os conservadores se utilizavam de um protecionismo seletivo quando se tratava de “proteger” seus interesses. Os representantes do conservadorismo peruano, de várias maneiras, rechaçaram essas ideias, que rotulavam como exóticas, porque colocavam em risco uma nacionalidade que, para Mariátegui, não existia de fato e, sim, existiam visões do que era a nação.

No sétimo ensaio, dedicado à produção literária de seu país, “O processo da literatura”, do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui afirmou que “a literatura nacional é, no Peru, como a própria nacionalidade, de irrenunciável filiação espanhola”. Dizia isso como constatação de que os povos autóctones no Peru não chegaram a desenvolver uma escrita e, portanto, não puderam eles próprios registrarem sua manifestações culturais. A crítica que Mariátegui vai tecer sobre essa constatação é que, por conta disso,

O dualismo quíchua-espanhol do Peru, ainda não resolvido, faz da literatura nacional um caso de exceção, que não é possível estudar com método adequado às literaturas organicamente nacionais, nascidas e evoluídas sem a intervenção de uma conquista [...]. A primeira parte da literatura peruana não podia evitar o destino que lhe impunha sua origem. A literatura dos espanhóis da Colônia não é peruana: é espanhola. Logicamente, não pelo fato de estar escrita em idioma espanhol, mas por haver sido concebida com espírito e sentimento espanhóis. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 168).

Nesse sentido, reforça sua crítica ao sentimento *criollo* de apego a um passado aristocrático, que não pertencia ao peruano. Entre outras questões, apontava para um sentimento do *criollo* peruano que era tentar parecer igual ao europeu, ao espanhol colonizador. O *criollo* mantinha-se apegado a um passado que nem mesmo os europeus requisitavam mais. Afirma Mariátegui:

O espírito de nossa gente é, pois “*passadista*”, porém não é histórico. Temos alguns trabalhos parciais de exploração histórica, mas não temos, todavia, nenhum grande trabalho de síntese. Nossos estudos históricos são, quase em sua totalidade, inertes ou falsos, frios ou retóricos. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 288).

Para o pensamento conservador, o nacional podia prescindir do resgate da história anterior à chegada dos conquistadores espanhóis e, portanto, podia prescindir do índio e da sua cultura enquanto parte dessa nacionalidade que, após a conquista, passa a ser constituída do elemento europeu, do elemento africano e do asiático.

O debate posto dessa maneira buscou sempre apagar a existência do índio na formação da nação peruana, e o que Mariátegui fez foi centrar seu esforço para realizar uma releitura da sociedade peruana colocando o índio, sua organização e sua cultura, como elemento determinante para a construção da nação.

2.5 A influência do sentimento passadista

O fio condutor da obra de Mariátegui é o índio e o papel que este desempenhava na sociedade peruana. Em seu livro *Peruanicemos al Perú*, analisou o comportamento das classes dominantes no Peru, do período colonial até os seus dias. Ele apontou como uma das principais causas para a não aceitação do índio ao projeto de nação em formação no Peru a visão passadista e um pensamento conservador sustentado pela elite peruana. Travou duro combate ao espírito que ele denominou de “mau gosto” e à tentativa de resgate de valores e atitudes do período do vice-reinado. Esse passadismo foi a tentativa de o *criollo* peruano manter-se vinculado à metrópole, buscando um sentido de nobreza.

Para Mariátegui, “o espírito de nossa gente é passadista, porém não é histórico” como alguns tentaram estabelecer. Defendia a necessidade de se olhar mais para o futuro, porque o “passado pode dispersar, isolar, separar – diferencia em demasia os elementos da nacionalidade, tão mal combinados, tão mal concertados todavia. O passado nos torna inimigos. O porvir cabe dar-nos unidade” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Acreditava que o futuro deveria servir para construir a nação, o que se configurava como uma crítica a um passado aristocrático que ele denominava de “afetado”. O passado precisava ser buscado como referência histórica, a partir de uma proposta de construção de uma referência no passado incaico, passando pela colônia. O que ele defendia era resgatar a história pré-conquista, não sendo possível negar o passado incaico do Peru. A história não começou a partir da chegada dos espanhóis, e a negação do passado incaico era a negação do que é de fato nacional (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Sua visão foi a de buscar um resgate do passado que gerasse unidade para construção do futuro. A nação precisava ser construída com base em um passado que teria de ser aceito, e o futuro a ser construído dependeria de qual passado se teria como referência comum.

Ele definia assim esse passado:

O Peru é uma nacionalidade em formação. Estão construindo-o sobre as inertes camadas indígenas. Os sedimentos da civilização ocidental. A conquista espanhola aniquilou a cultura incaica. Destruiu o Peru autóctone. Frustrou a única peruanidade que existiu. Os espanhóis extirparam

do solo e da raça todos os elementos vivos da cultura indígena. Substituíram a religião incaica pela religião católica romana. Da cultura incaica não deixaram senão vestígios mortos. Os descendentes dos conquistadores e os colonizadores constituíram o cimento do Peru atual. A independência foi realizada por esta população *criolla*. A idéia de liberdade não brotou espontaneamente de nosso solo; seu gérmen nos foi trazido de fora. Um acontecimento europeu, a revolução francesa, engendrou a independência americana. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Esse conceito de uma nacionalidade em formação que Mariátegui utilizou ao longo de sua obra refere-se ao combate que travou contra a tentativa, por parte das elites peruanas, de negar a existência de povos cultural e socialmente organizados que viviam no Peru. Para que a nação se completasse, seria necessário resgatar esse passado. Negar a existência desse período é que produzia essa separação, o que ele criticava: “essa peruanidade, profusamente insinuada, é um mito, é uma ficção” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Afirmou como possibilidade, e necessidade, a construção de uma nacionalidade, de uma nação que seria a continuidade da história sem a negação dos novos elementos que se agregaram a ela. Isso não podia significar a prevalência de uma história sobre a outra, mas sim uma síntese que teria de ser fruto de uma fusão combinada e aceita, mesmo que o resultado dessa fusão significasse o desaparecimento de elementos que compunham a história de cada grupo que lhe deu origem. Tratava-se de uma síntese superior, de uma sociedade socialista.

Mariátegui referiu-se ao índio como “O Problema Primário do Peru”, mas recusou-se a tratar essa questão a partir de uma concepção moral e assistencial; pelo contrário, criticou duramente esse tipo de concepção que foi predominante tanto no período da conquista, durante o período do vice-reinado, quanto após a independência. A visão que predominava era a do índio como um incapaz, sendo portanto necessário tutelá-lo.

Mariátegui entendia que:

A reivindicação indígena carece de concreção histórica enquanto se mantém num plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la – isto é, para adquirir realidade, corporificar-se – necessita

converter-se em reivindicação econômica e política. O socialismo ensinou-nos a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 22).

Para Mariátegui, só era possível compreender a sociedade peruana, bem como apresentar um projeto de futuro para o Peru, a partir do índio e em torno dele, seu modo de vida e organização social. Nisso estaria centrado o processo de transformação social no Peru, e com essa premissa seria construído o socialismo indo-americano.

Essa definição de um socialismo indo-americano é um conceito construído a partir da convicção de Mariátegui de que o socialismo no Peru e nos países onde os índios eram maioria absoluta – Bolívia e Equador – só superaria o modo de produção capitalista a partir da incorporação da ampla maioria da população e de suas formas sociais de organização.

2.6 A negação do Índio

Para incorporação dos indígenas no processo de construção da nação peruana, era necessário resolver a questão da ocupação da terra no Peru. Como condição central, era preciso alterar a estrutura agrária do país, reassentar os índios na terra, garantir que estes pudessem viver da terra, garantir a proteção do *ayllu*⁴¹, pois essa forma de organização

⁴¹ “O *ayllu* é um conjunto de muitas famílias com uma administração econômica, uma administração social e uma administração territorial. É como um pequeno Estado autônomo. Todos os *ayllus* são autônomos, têm suas próprias autoridades e organizam sua própria justiça [...]. No *ayllu*, a propriedade privada é apenas o lugar em que se vive, sua casa e seu pátio, nada mais. A terra, a água, o rio, a ponte, as árvores são comunitários. A cada ano repartem a quantidade de terra que uma família poderá trabalhar. É um sistema que funciona por rotação, como também as autoridades são escolhidas por rotação, através de assembleias públicas com voto aberto [...] é uma comunidade de território e parentesco [...] um mesmo povo indígena possuía terra em diversos pisos ecológicos, no altiplano, nos vales, nos trópicos e na costa. A agricultura promovia o pleno emprego, e o sistema de larga escala também se reproduzia nas pequenas áreas [...] o *ayllu* pode então significar família, pode significar a pequena comunidade, e também pode significar a federação de comunidades [...]. Este sistema é baseado na garantia da sobrevivência da comunidade. O uso da terra se baseia em um planejamento intencional onde se tomam decisões comunitárias para saber quando deve-se fazer determinados cultivos, ou quando se deve trazer ou levar os animais para tal sítio. A terra

social era o embrião da organização coletiva que demonstrava “a vitalidade do comunismo indígena, que impulsiona sistematicamente os aborígenes a diversas formas de cooperação e associação” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 57).

Mariátegui defendeu a necessidade de extinguir o latifúndio, pois somente assim se acabaria com a servidão que pesava sobre o índio e, conseqüentemente, sua exclusão do acesso à terra. Entendia que “o regime de propriedade da terra determina o regime político de todas as nações (MARIÁTEGUI, 1975, p. 36).

Para Mariátegui, o índio era o fundamento da nacionalidade peruana, o alicerce onde deveriam estar sentadas as bases da constituição da nacionalidade e de nação peruana. Ao fundamentar sua concepção, buscou na história da conquista os dados que justificassem sua tese de que o conquistador espanhol, e seus herdeiros *criollos* e mestiços, desde o momento da conquista, não consideraram o índio como parte na construção da nação.

Afirmou que, na sua organização anterior, os indígenas “constituíam uma nação” e que, após a colonização, a sua organização social, sob o regime aristocrático dos incas, foi destruída. Utilizou o conceito de nação para dar o sentido de uma sociedade organizada em seus vários âmbitos – econômico, social, cultural, político (entendendo o político como a aceitação de viver sob um regime também aristocrático). Após o domínio espanhol, essa sociedade, que para Mariátegui constituiu uma nação, se desorganizou. O elemento autóctone passou à condição de escravo no período colonial, e na República permaneceu na condição de explorado, não mais como escravo, mas como servo⁴².

tem a propriedade comunitária, porém possessão familiar. A família não pode vender a sua parte e tampouco pode fazer dela o que quiser. Há um controle comunitário sobre as decisões produtivas. Se a comunidade decide que em determinado ano se deve plantar milho ou batata, é isso que a comunidade segue [...]. Esta ordem social está baseada num conhecimento que não é apenas material, na noção de forças produtivas, associada a ferramentas e máquinas. A noção de forças produtivas nos Andes não é tangível, não é palpável porque se baseia em conhecimentos e na subjetividade [...]. A chácara, a lavoura, é uma ordem cósmica, uma ordem em relação com a natureza, é uma ordem com a *pachamama* – mãe terra – uma ordem com o sagrado [...] há também uma ordem ética com relação aos demais, os *comunários* que compartilham o território, também compartilham esse mundo de crenças. Portanto o cultivo cria não apenas uma ordem cósmica ou uma filosofia, mas também um ética social [...].” (CARUSO, 2008, p. 22, 23, 24 e 36).

⁴² A servidão é o status legal e econômico de camponeses (“servos”) no feudalismo, especialmente no âmbito do sistema econômico da “senhoria” (direitos feudais sobre a terra). Os servos são trabalhadores rurais que estão vinculados à terra, formando a classe social mais baixa de uma sociedade feudal. A servidão implica o trabalho forçado dos servos nos campos dos senhores de terras, em troca de proteção e do direito de arrendar terras para subsistência. Ademais do trabalho na terra, os servos executavam diversos trabalhos relacionados

Ao contrapor-se a isso, Mariátegui buscou nas origens dessa formação os fundamentos para colocar o índio como o elemento que aglutinaria em torno de si o desenvolvimento da nação peruana. No segundo ensaio do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, “O problema do índio”, quando apresentou uma “breve revisão histórica”, Mariátegui mostrou como se deu a conquista espanhola do Peru, que ele chamou de “uma atroz carnificina” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 28). O processo de conquista, por parte dos espanhóis, dos territórios ocupados pelos povos do *Tawantisuyo*⁴³, se deu através da subjugação pela força, o que redundou no aniquilamento de milhões de indígenas e, conseqüentemente, levou à total desorganização social dessas populações.

Mariátegui afirmou que o colonizador, ao importar os africanos para substituir a força de trabalho indígena, renunciou à “empresa para a qual, anteriormente, sentira-se capacitado: a de assimilar o índio” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 38). Ao conquistador espanhol interessava o controle da força de trabalho e de terras, e para conseguir isso foi necessário importar os africanos e expropriar cada vez mais as terras comunais indígenas. A utilização da força bruta e do terror foi a forma escolhida pelos conquistadores espanhóis para a conquista.

No livro *História da conquista do Peru*, escrito em 1851, indispensável para se conhecer esse período e que se baseou em fontes primárias muito ricas, Guillermo H. Prescott vai descrever a conquista como um processo de uso permanente da força pelos conquistadores. Ao descrever a conquista de Cajamarca, a prisão e o assassinato do imperador inca Atahualpa, comandado por Francisco Pizarro, Prescott afirma que os conquistadores produziram o primeiro ato de violência ao tentarem impor a cruz e a doutrina cristã ao povo inca. Ao serem rechaçados nesse intento, lançaram mão de armas de que os índios não tinham conhecimento, como a pólvora, o aço e o cavalo. A partir desse momento o processo de conquista e colonização seria marcado pela violência:

com agricultura, como silvicultura, transporte (por terra e por rio), artesanato e mesmo manufatura. Mariátegui definia o Peru como uma sociedade onde a forma que predominava na exploração da terra era a feudal.

⁴³ País das Quatro Províncias, na língua quíchua, ou seja, o Império Incaico, centralizado em Cuzco, na Cordilheira dos Andes.

A matança foi incessante, pois nenhum obstáculo lhe foi oposta. E que não tivesse resistência não pareceu estranho se considerar-se que as desgraçadas vítimas estavam sem armas e que deviam encontrar-se confusas e aterrorizadas pelo estranho e imponente espetáculo que de tão imprevisto e inesperadamente tiveram de presenciar. (PRESCOTT, 1955, p. 272).

Segundo Prescott, aqueles que se encarregaram da conquista no primeiro momento eram “indivíduos irresponsáveis, soldados de fortuna, aventureiros despreparados que entraram nesta empresa como que num jogo, propondo-se jogar sem o menor escrúpulo e com um só objetivo de ganhar de qualquer modo que fosse” (PRESCOTT, 1955, p. 460).

As atrocidades e abusos cometidos pelos colonizadores, adjetivados por Prescott como “indivíduos sem escrúpulos”, foram relatados por ele da seguinte forma:

[...] O Peru, como já havia dito, foi subjogado por aventureiros, em sua maior parte de mais baixa e mais feroz raça que os que seguiram as bandeiras de Cortéz. O caráter dos soldados se assemelhava em certo modo ao de seus capitães nas respectivas empresas. Foi isto uma fatalidade para os Incas; porque os indomáveis soldados de Pizarro seriam mais adequados para combater os ferozes aztecas que contra os afeminados e mais civilizados peruanos. Embriagados pela posição de um poder a que não estavam acostumados, e sem a menor idéia da responsabilidade que envolvia sua situação de donos do país, se entregaram com freqüência a satisfazer todos os caprichos que sua fantasia o sua crueldade lhes ditavam. Muitas vezes, disse um testemunho nada suspeito, ter visto espanhóis, muito tempo depois da conquista, entreter-se em caçar índios com cães carneiros por mera diversão ou para adestrar os cães. A licença não tinha limites: as donzelas eram arrancadas sem escrúpulos dos braços de suas famílias para satisfazer os apetites de seus brutais conquistadores. As sagradas casas das virgens do Sol foram abertas e violadas e o cavalheiro espanhol ocupou seu harém de muitas jovens

índias, como se a meia lua e não a imaculada cruz fosse o símbolo de sua bandeira. Porém o apetite dominante do espanhol era a sede de ouro. Para alcançá-lo não perdoava trabalho nem fadiga e era cruel o que exigia do seu escravo índio. Por desgraça o Peru abundava em minas que recompensavam copiosamente suas tarefas e para executá-las a vida humana era o último que entrava no cálculo dos conquistadores. (PRESCOTT, 1955, p. 460 e 461).

Quando os conquistadores chegaram eram em número bastante reduzido, mas as armas de que dispunham lhes proporcionaram superar a desvantagem numérica em relação aos povos originários. Isso que levou ao extermínio de milhões de índios foi uma conquista baseada na coerção e teve como consequência um processo de “brutal exploração”.

Os primeiros conquistadores espanhóis estavam em busca de metais preciosos, basicamente o ouro e a prata. Mesmo tendo alçado o território conquistado a condição de vice-reinado, essa condição política não alterou o regime de exploração que o processo de conquista tinha iniciado. Mariátegui afirma que

A organização econômica e política da Colônia, que se seguiu à conquista, não interrompeu o extermínio da raça indígena. O vice-reinado impôs um regime brutal de exploração. A cobiça aos metais preciosos orientou a atividade econômica espanhola na direção da exploração das minas que, sob os incas, foram exploradas em modesta escala, uma vez que o ouro e a prata serviam apenas na utilização ornamental, e ignoravam os índios, que compunham um povo essencialmente agrícola, o emprego do ferro. Os espanhóis impuseram, para a exploração das minas, os “mutirões”, um sistema opressivo de trabalhos forçados e gratuitos que dizimou a população aborígine. (MARIÁTEGUI, 1975, p.28).

Mariátegui, ao tratar do processo da independência, afirmou que este movimento também não se deu de maneira a incluir o índio. Foi um movimento basicamente do *criollismo* e de pequena parcela de espanhóis residentes na colônia que estavam em desacordo com o coroa

espanhola, fundamentalmente por questões políticas e econômicas (tinham seus interesses, de ascensão dentro das carreiras de estado e do clero, impedidos, e isso limitava suas ambições de enriquecimento e ascensão social). O movimento de independência, a não ser na vontade de parte de suas lideranças, não ocorreu por uma vontade de constituição em terras andinas de nações autônomas, livres e que viessem a garantir a unidade de seu povo como uma comunidade única, ou, como no conceito de nação proposto por Benedict Anderson, de uma “comunidade imaginada”⁴⁴.

Considero que essa definição de nação não foi compreendida pelos índios peruanos, mesmo no início do século XX, momento em que Mariátegui produz seus estudos e análises da sociedade peruana – eis uma contradição que Mariátegui não se propôs a enfrentar.

Em sua obra mais completa, os *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, cujo método de análise é o marxismo, Mariátegui apresentou a questão da nação sob o ponto de vista dos indígenas, afirmando que o que os unia era a língua e, principalmente, as formas de organização social determinadas pelo uso e ocupação da terra, base de sua sobrevivência. Isso não significava, contudo, a constituição de uma referência de território enquanto um fator que garantisse o compartilhamento de um sentimento de nacionalidade entre os índios.

Na Lima pós-independência ainda “[...] sobrevive o poderio da aristocracia colonial *hispanocriolla*: é a Lima frívola e mundana [...] que goza alegremente da servidão indígena [...]” (RAMOS, 1973a, p. 147).

A leitura que fez Mariátegui tanto do processo da conquista como do da independência nos remete à questão da não inclusão do índio ao longo da história da formação do Peru, sendo o tema da inclusão um dos elementos que ocupam centralmente o processo de sua análise. A inclusão do índio era elemento determinante para que se pudesse avançar na consolidação da nação peruana.

Era impossível uma nação se construir como tal quando três quartos de sua população, que na década de vinte do século passado era formada por cinco milhões de habitantes, não eram considerados

⁴⁴ O conceito de nação enquanto uma “comunidade imaginada”, para Benedict Anderson, é definido da seguinte forma: “[...] dentro de um espírito antropológico proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus membros, nem as encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. (ANDERSON, 2005, p. 14).

cidadãos. Portanto, quatro milhões de indivíduos estavam colocados à margem da sociedade peruana:

A gente *criolla*, a gente metropolitana, não ama este rude tema. Porém sua tendência a ignorá-lo, a esquecer-lo não deve ser contagioso. O gesto de avestruz que, ameaçado, esconde debaixo de sua asa a cabeça é demasiado estólido. Como negar-se a ver um problema, não faz que o mesmo desapareça. É o problema dos índios é o problema de quatro milhões de peruanos. É o problema de três quartos da população do Peru. É o problema da maioria. É o problema da nacionalidade. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 291).

A questão do índio se colocou como central para compreender a formação da sociedade peruana; no entanto, para que fosse compreendida na sua totalidade, foi necessário aprofundar a discussão e o estudo dos mecanismos que regiam a questão econômica, que no Peru tinha vinculação direta com a posse e o controle da terra. A questão econômica foi o segundo elemento que Mariátegui tratou com profundidade ao longo de sua obra e que ajuda a construir seu conceito de nação.

Para Antônio Melis, “o conceito geral de nacionalidade em formação se concretiza no caso representado por um país dividido entre seus dois componentes principais e não integrados. A peruanização do Peru tem como pedra de toque a capacidade de assumir o problema indígena como eixo da edificação nacional” (MELIS in MARIÁTEGUI, 1994, p. XX).

A economia, principalmente a questão fundiária, como um dos mecanismos que possibilitaram a exclusão social de uma massa tão grande de indivíduos, torna-se fator decisivo para compreensão do processo de exclusão do índio: “A questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 22).

O controle da terra foi o principal mecanismo de perpetuação da condição de subserviência do índio ao latifúndio. Um dos pilares da economia peruana estava fortemente alicerçado na produção agrícola de alguns poucos produtos – açúcar, algodão, basicamente, o que teria também levado à concentração da terra nas mãos de um número reduzido de grandes proprietários.

Mariátegui, quando tratou da questão da terra, afirmou: “O Peru conserva, apesar do incremento da mineração, seu caráter de país agrícola. O cultivo da terra ocupa a grande maioria da população nacional. O índio, que representa oitenta por cento desta população, é habitual e tradicionalmente agricultor” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 14). Este problema tinha de envolver o conjunto da nação, ainda que esta nação estivesse em formação: “uma política realmente nacional não pode prescindir do índio, não pode ignorar o índio. O índio é o cimento de nossa nacionalidade em formação” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 289).

Ao tratar da estrutura fundiária do Peru, Mariátegui se preocupou em desvendar a importância do *gamonalismo*⁴⁵ dentro da engrenagem de dominação. O *gamonal* exercia forte influência social e política naquela sociedade, em um sistema – o campesinato indígena – que abarcou os diversos espaços da estrutura agrária do Peru, e, enquanto fração da classe dominante, determinou o processo de exploração da maioria do povo peruano.

A construção da nação somente seria possível se o índio integrasse a peruanidade, que, segundo Mariátegui, era um conceito utilizado apenas como um discurso desprovido de um sentido verdadeiro por parte da classe dominante. Ao dedicar-se a estudar os mecanismos que mantinham a exclusão do índio, Mariátegui demonstrou as lacunas na formação da nação peruana.

No capítulo “O problema do índio”, do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, um subtítulo é “Novo enquadramento”. Um novo enquadramento do problema colocou a questão do índio a partir do foco econômico. Confrontou essa posição com as visões que preponderavam na época, de que o problema da exclusão do índio da sociedade não estava dado em função de condições culturais ou morais.

⁴⁵ “O termo ‘gamonalismo’ não designa somente uma categoria social e econômica: as dos latifundiários ou grandes proprietários agrários. Designa um fenômeno. O gamonalismo não é representado unicamente pelos gamonales, propriamente ditos. Compreende uma vasta hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas etc.” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 22).

2.7 O componente Racial no Peru

Para uma melhor compreensão de como o conquistador espanhol e, posteriormente, a elite *criolla* e mestiça considerava o índio no Peru, é necessário verificarmos como os conquistadores viam os povos que eles conquistavam e colonizavam. Anibal Quijano afirma que a denominação racial utilizada como forma de “classificar” os homens através da sua cor da pele passou a ser usada a partir da conquista da América. Essa “classificação” foi um dos principais elementos que ajudaram a justificar o colonialismo e sua face moderna de dominação, o imperialismo. Para Quijano,

A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte, ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial, negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubas, zulus, congos, bacongos etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*. Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento

em diante passaram a ser o passado. (QUIJANO, 2005, p. 249).

Defende Quijano que a construção dessa ideia de raça foi produzida a partir da conquista da América e serviu aos propósitos, inicialmente, dos conquistadores europeus e, posteriormente, da elite que era, na sua grande maioria, branca. Nas colônias o processo de submissão das raças inferiores – índios, negros e mestiços em certa medida –, a exploração da sua força de trabalho e o despojo de suas terras comunitárias, no caso das comunidades indígenas, foram justificados ideologicamente pelo componente racial. Isso teria justificado o total desprezo, a destruição da organização social, religiosa e cultural dos povos autóctones e a aculturação forçada dos povos de “raças inferiores” (negros) que foram trazidos sob regime de escravidão para o continente americano.

Mariátegui teve como um dos focos de seus esforços a denúncia da situação de exploração e despojo a que a maioria indígena era submetida no Peru. Seu esforço era para compreender os mecanismos que sustentaram a dominação de uma minoria que representava um quinto da população peruana sobre os outros quatro quintos. Não seria possível a construção da peruanidade sem se desvendar os mecanismos que sustentavam a dominação da elite.

Mariátegui afirmava que a classe dominante no Peru, majoritariamente formada por *criollos*, alimentava uma concepção de que o índio representava um indivíduo desprovido de qualidades intelectuais. Esse rótulo, que a elite peruana tinha atribuído ao indígena, servia como uma “lei social” que franqueava à classe dominante o poder de explorar o índio em certas circunstâncias como um escravo. Afirmava Mariátegui:

As raças indígenas se encontram na América Latina em um estado clamoroso de atraso e de ignorância, pela servidão que pesa sobre elas, desde a conquista espanhola. É interesse da classe exploradora – espanhola primeiro, *criolla* depois – utilizar, invariavelmente, diversos disfarces para explicar a condição das raças indígenas com o argumento de sua inferioridade ou primitivismo. Com isto, essa classe não tem feito outra coisa que reproduzir, nesta questão nacional interna, as razões da raça branca na questão do tratamento e

tutela dos povos coloniais. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 167).

Dessa forma, a classe dominante peruana estava reproduzindo sobre a maioria da população os mesmos preconceitos aos quais ela própria fora submetida pela Espanha e pelo restante da Europa.

Os povos europeus se autodefiniam como povos superiores, porém Mariátegui sustentou que o processo de colonização das Américas por uma raça que se definia como superior aos povos aqui residentes não se viabilizaria. A intenção da elite no processo de “melhoramento da raça”, buscado através da atração das grandes massas emigratórias europeias, que naquele momento buscavam países que as acolhessem, não tinha como se viabilizar no Peru.

É importante lembrar que o mundo, principalmente o continente europeu, na década de 20 do século XX, passava por forte crise econômica e o desemprego era um dos principais problemas que afetavam os países daquele continente. Essa crise tinha ligação direta com o fim da Primeira Grande Guerra Mundial; era o fim dos impérios Habsburgo e Russo. Isso estimulou um novo processo de emigração dos povos europeus, principalmente os que pertenciam aos territórios que compunham tais impérios, o que teria levado grandes massas de desempregados das cidades e deserdados do campo a buscarem emigrar para regiões do mundo onde se prometiam trabalho e terra. A principal região que dispunha de terra em abundância e alguma perspectiva de sobrevivência era o continente americano, terras essas que, em tese, estariam prontas para receber assentamentos humanos.

Mariátegui, quando analisou o processo de emigração desses povos oriundos da Europa em busca de trabalho e terra, verificou que o Peru não conseguiu atrair esse imigrante, que, segundo o pensamento corrente da época, era possuidor de características ideais para o trabalho. As elites dos países latino-americanos definiam que um dos principais critérios para atrair imigrantes europeus deveria ser o aspecto racial, o que, segundo elas, garantiria o melhoramento da raça, que se daria pelo cruzamento do europeu branco com o elemento local.

Ocorre que a proposta das elites peruanas de atrair imigrantes europeus fracassou. Os dois pontos que deveriam servir de atrativos – empregos em expansão ou terras para que estes pudessem se fixar – eram insuficientes. Ou seja, a indústria do país era incipiente e localizada basicamente em Lima, além de os salários pagos aos trabalhadores serem tão baixos que não garantiam a manutenção de um operário. A possibilidade de viver da terra, como trabalhador rural ou

mesmo recebendo um pedaço de terra para explorar, também ficou bem aquém do mínimo de garantias que precisavam para sobreviver. Mesmo as grandes fazendas do litoral, que se encontravam (poucas delas) em um estágio mais avançado no processo de produção agrícola, não ofereciam condições adequadas, tanto de salários como de acomodações. Mariátegui relatou isso no artigo “En torno al tema de la inmigración”:

O Peru, no entanto, não tem podido atrair massas apreciáveis de imigrantes pela simples razão de que – não obstante sua história de riqueza e ouro – não está economicamente em condições de solicitar sua vinda nem de lhes oferecer uma ocupação. Hoje mesmo, enquanto a colonização da montanha, que requer a solução prévia e custosa de complexos problemas de vias e salubridade, não cria nesta região grandes focos de trabalho e produção, a sorte do imigrante no Peru é muito aleatória e insegura. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 329).

Por mais que a classe dominante, dentro de um movimento que era comum entre os países que tinham suas economias predominantemente agrárias, com grandes extensões de terras desabitadas, e que se inseriam na ordem mundial no início do século XX como economias de monocultura, buscassem romper a dependências dos centros imperialistas, esbarrava, ela mesma, em sua concepção racista. Mas não só esta concepção racista era determinante, a sua subordinação ideológica ao imperialismo aliado ao racismo impedia o desenvolvimento do país.

Os países da América do Sul, mais especificamente os países que se localizavam na parte oriental do continente, tinham suas populações predominantemente indígenas. Já sua elite era descendente dos conquistadores hispânicos, o que enraizou no colonizador e nos seus descendentes uma concepção racista. O índio não conseguiu ser visto como um ser provido de condições de socialização:

Só quando o índio obtenha para si o rendimento de seu trabalho, adquirirá a qualidade de consumidor e produtor que a economia de uma nação moderna necessita em todos os indivíduos. Quando se fala em peruanidade, haveria que

começar a investigar se esta peruanidade compreende o índio. Sem o índio não há peruanidade possível. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 292).

Portanto, sem a aceitação do índio como elemento constituidor da peruanidade, não haveria nação. A negação do índio, além da exploração econômica, através principalmente da expropriação das terras e do não acesso à educação, tinha o elemento racial como mais um componente da exploração. Os mecanismos de expropriação perpetrados pelo conquistador/colonizador, e posteriormente pela elite *criolla*/mestiça em relação aos povos originários, constituiu-se na base de seu poder, o que significava a negação da nação.

Mariátegui, a partir do momento em que assumiu como sua principal tarefa a transformação da sociedade peruana, de uma economia agrária dominada pelo imperialismo britânico e norte-americano para uma sociedade baseada nos princípios socialistas, buscou desnudar a divisão racial que predominava. Essa divisão racial perpassava todos os períodos da história do Peru, da conquista à república, e “justificou” a manutenção da exploração do índio.

Ao destacar a “importância do problema racial”, Mariátegui salientou que este era um problema que transcendia as fronteiras dos países da região andina. Ao descrever o modo de vida dos índios “*incásicos*”, ele afirmou que na dominação a que estes índios estavam submetidos, para além da questão racial, havia o fator classe:

Em todos os países deste grupo, o fator raça se complica com o fator classe, de maneira que uma política revolucionária não pode deixar de considerar isso. O índio Quéchua e Aymara vê seu opressor no mestiço e no branco. No mestiço, unicamente a consciência de classe é capaz de destruir o hábito de desprezo, da repugnância pelo índio. Não é raro encontrar entre os próprios elementos da cidade que se proclamam revolucionários o pré-julgamento de inferioridade do índio e a resistência em reconhecer este pré-julgamento como uma simples herança ou contágio mental do ambiente. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 178-179).

A nação não poderia se constituir sem o combate à discriminação racial do índio. Mariátegui, ao analisar o colonialismo e o imperialismo no Peru, afirmou que o processo de exploração colonial e imperialista tinha como um dos seus principais fatores a discriminação racial. A classe dominante peruana, com seu posicionamento racista perante o índio, legitimava a superexploração da força de trabalho por parte da indústria do açúcar, que, conforme Mariátegui, era dominada, predominantemente, por empresas inglesas. Dizia ele: “partindo do conceito de ‘inferioridade’ da raça, para levar a cabo uma exploração intensa, os poderes coloniais têm buscado uma série de pretextos jurídicos e religiosos para legitimar sua atitude” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 182).

Mariátegui vai referir-se aos mecanismos que a classe dominante e o imperialismo utilizavam para criar a diferenciação entre os mestiços, índios e negros:

O desprezo pelo índio e pelo negro tem sido introduzido pelo branco, com todos os meios, no mestiço. Não é infrequente notar esta mesma atitude em mestiços cuja origem índia é demasiada evidente e cujo percentual de sangue branco se faz difícil reconhecer. Este desprezo que se tem tratado de fomentar dentro da mesma classe trabalhadora cresce consideravelmente, à medida que o mestiço ocupa graus mais elevados em relação às últimas camadas do proletariado explorado, sem que por isso diminua a profunda barreira que o separa do patrão branco. Com iguais fins, a feudalidade e a burguesia têm alimentado entre os negros um sentimento de profunda aversão para com os índios, facilitado, como temos dito, pelo papel que passou a ocupar o negro nos países de escassa população índia; de artesão, de doméstico, de vigilante, sempre ao lado dos patrões, gozando de certa familiaridade com que lhe conferia o direito de desprezar tudo o que seu patrão desprezava. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 183).

Nessa questão racial Mariátegui procurou estudar e formular sobre o papel do negro no processo da luta de classes na América Latina. Ao elaborar suas *Tesis ideológicas – El problema de las razas en la América Latina*, apresentou sua visão sobre como eram vistas as raças

no continente, sua inserção e papel na formação social dos países latino-americanos. A tese central que defende em sua elaboração é que as raças – índia, negra e branca – em alguns países sofreram forte miscigenação, como por exemplo no Brasil, em relação à miscigenação entre o colonizador branco e o índio e posteriormente com o negro, e no México, entre o branco e o índio. Afirmou que nesses dois países o racismo não preponderava nas relações sociais e econômicas da mesma maneira que ocorria em sociedades como o Peru, Bolívia, Equador e Chile. Segundo Mariátegui, onde a população indígena era marcadamente majoritária, o racismo era aberto, visível e utilizado como mecanismo de submissão por parte da minoria branca sobre a maioria indígena.

Da maneira que Mariátegui apresentava sua visão sobre a composição racial no continente americano, fica evidenciado que foi até certo ponto influenciado pelo mito da “democracia racial” que iria preponderar em parte da intelectualidade e nas próprias sociedades de alguns países por ele analisadas. Em algumas dessas sociedades, esse mito fazia com que a diferenciação racial não tivesse importância para a compreensão dos mecanismos que perpetuavam a exploração de classe.

Mesmo sob essa influência, Mariátegui ressaltou a importância, para o processo da luta de classes em nosso continente, de se ter clareza sobre a presença da submissão racial. Somente a unidade entre o índio, o negro, o mestiço e o branco proletarizado é que seria capaz de impor uma nova ordem social:

Na América Latina, que concentra mais de 100 milhões de habitantes, a maioria da população está constituída por indígenas e negros [...]. Os indígenas e negros estão em sua grande maioria incluídos na classe de operários e camponeses explorados e formam a quase totalidade da mesma. Esta última circunstância seria suficiente para pôr em plena luz toda a importância da raças na América Latina como fator revolucionário [...]. As raças aludidas se encontram presentes em todos os Estados e constituem uma imensa gama com um duplo caráter comum, racial e de explorados [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 181).

Assim, para Mariátegui, só com o desenvolvimento de uma consciência de classes é que essas desigualdades poderiam ser combatidas.

2.8 Terra, povos originários e a construção da nação

Mariátegui, ao tratar da questão da terra, afirmou que existia uma deformidade na constituição da nação peruana, o que se expressou, segundo ele, quando os conquistadores que chegaram ao Peru vieram em busca de metais preciosos e não de terras para que pudessem se estabelecer e produzir:

O espanhol não tinha as condições de colonização do anglo-saxão. A criação dos E.U.A. apresenta-se como a obra do *pioneer*. A Espanha, depois da epopéia da conquista, mandou-nos apenas nobres, clérigos e vilões. Os conquistadores eram de uma estirpe heróica; os colonizadores não. Sentiam-se senhores, não se sentiam *pioneers*. Aqueles que pensam que a riqueza do Peru eram seus metais preciosos fizeram da mineração, com a prática das mitas, um fator de aniquilamento do capital humano e de decadência da agricultura. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 41).

O que foi apontado como uma deformação acaba determinando o processo de ocupação do território peruano por parte do conquistador. A perspectiva de ocupação do território com o objetivo apenas de extrair as riquezas, que presumivelmente existiam, fez com que o conquistador apenas se preocupasse com a busca frenética dessas supostas riquezas. Essa “estirpe heróica” de caráter sensual e ambicioso, como eram qualificados os conquistadores espanhóis da primeira leva, por parte da historiografia peruana, tinha apenas a intenção de enriquecer e retornar à Espanha.

O aniquilamento do capital humano e das formas de produção agrícola dos povos autóctones se deu, em grande medida, a partir da escravização do indígena para o trabalho na extração dos metais preciosos, com a imposição, pelos conquistadores, do sistema feudal de exploração da terra. Segundo Mariátegui, “a Espanha nos trouxe a Idade Média: inquisição, feudalismo...” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 35). Mesmo com a independência, as raízes do feudalismo permaneceram, o que levou Mariátegui a afirmar que, por conta dessa sobrevivência do feudalismo, o capitalismo, enquanto etapa superior ao modo de produção feudal, teria atrasado o seu desenvolvimento no Peru.

O regime de propriedade da terra era apontado por Mariátegui como o que “determina o regime político de todas as nações. O problema agrário – que a República não pôde até agora resolver – domina todos os problemas de nosso país” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 36). Dessa maneira, a colonização, desde o seu início com a conquista, se baseou numa prática de dilapidação das riquezas sob um regime de exploração da terra que não levou em consideração a cultura encontrada no território conquistado e não possibilitou a constituição de um pensamento que sustentasse a formação de um projeto de nação soberana.

O problema indígena estava inteiramente vinculado ao problema da terra que, segundo Mariátegui, apresentava “razões especiais” por ser a raça indígena uma raça de agricultores. “O povo incaico era um povo de camponeses, dedicados habitualmente à agricultura e ao pastoreio [...] no Peru dos Incas, enxergava-se com maior clareza que em outros povos, o princípio de que a vida vem da terra” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 36).

A centralidade da questão da terra, para Mariátegui, dizia respeito à importância que tal problema adquiria para que o índio pudesse ser incorporado ao processo de constituição da nação peruana. Os mecanismos de ocupação da terra, que privilegiaram a sua concentração nas mãos de uma minoria, determinaram, em última instância, a marginalização do índio.

Esta marginalização, que foi fruto do processo da conquista, se aprofundou com o advento da independência. Mariátegui afirma que a República, como um regime “liberal”, teria o papel de elevar a condição do índio, proporcionar sua incorporação enquanto um dos elementos constituidores da nação. No entanto, o regime republicano, que se instaurou a partir da independência, aprofundou o processo de espoliação da raça indígena.

Mariátegui comparou assim dois momentos históricos (o Peru durante seu período colonial e o Peru pós-independência):

Enquanto o Peru era um regime medieval e estrangeiro, a República é formalmente um regime peruano e liberal. Tem a República por consequência deveres que não tinha o Vice-reinado. A República lhe tocava elevar a condição do índio. E contrariando este dever, a República tem pauperizado o índio, tem agravado sua depressão e exasperado sua miséria. A República

tem significado para os índios a ascensão de uma nova classe dominante que tem se apropriado sistematicamente de suas terras. Em uma raça de costumes e de alma agrárias como a raça indígena, este despojo tem constituído uma causa da dissolução material e moral. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 291).

Quando Mariátegui defendeu a necessidade de aprofundar estudos da economia do Peru, tarefa que julgou ser determinante para elaboração de um programa de transformação social, destacou como ponto principal compreender como se dava o controle e uso da terra, quais os mecanismos e quem se beneficiava desse processo. Apontou a este respeito que,

Entre os problemas da Economia Peruana, para cujo estudo se encontra mais obrigada a nova geração, se destaca o problema agrário. A propriedade da terra é a raiz de toda a organização social, política e econômica. No Peru, em particular, esta questão domina todas as outras questões da economia nacional. O problema do índio é, em última análise, o problema da terra. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 292).

Tratava-se, portanto, de conhecer a realidade profunda do Peru, não a sua realidade superficial, tarefa que deveria ser a tarefa das novas gerações. O nacionalismo que reclamavam as novas gerações não poderia ser apenas “declamatório e retórico”.

Mariátegui apontou a fragilidade de parte da intelectualidade, uma intelectualidade que adotou como ideologia o positivismo como tentativa de, através desse pensamento, buscar explicar a realidade peruana e que, segundo Mariátegui, teve o papel de construir uma justificativa para exploração dos indígenas. O que ocorria era a apropriação do pensamento positivista de modo superficial, pensamento este que não dava conta de explicar uma realidade histórica e complexa como a peruana. Mariátegui sustentou que, para explicar a realidade, era necessário partir da explicação da raiz do problema.

Somente um método que ajudasse a revelar os mecanismos que mantinham o processo de exploração operando poderia contribuir para a superação dessa exploração. A necessidade de se estudar profundamente a economia peruana só teria resultados concretos se utilizasse de um

método filosófico capaz de explicar uma realidade histórica em todas as suas dimensões. Tal método, segundo Mariátegui, era o materialismo histórico.

A disputa que Mariátegui travou com parte da intelectualidade peruana passava pelo caminho a ser percorrido e pelos instrumentos que deveriam ser usados, ou seja, de qual escola filosófica deveria se lançar mão para ajudar no processo de transformação. Mariátegui entendia que

Adotar uma ideologia não é manejar seus mais supérfluos lugares comuns [...] o materialismo histórico está à disposição das novas gerações [...] esta direção ideológica seria fecunda ainda que não servisse senão para que a mentalidade peruana se adaptasse à percepção e à compreensão do fato econômico [...]. Nada resulta mais evidente que a impossibilidade de entender, sem o auxílio da economia, os fenômenos que dominam o processo de formação da nação peruana. A economia não explica, provavelmente, a totalidade do fenômeno e de suas conseqüências. Porém explica suas raízes. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 292).

Para Mariátegui, o problema do índio estava colocado sob três dimensões – o político, o ideológico e o econômico –, sendo o econômico preponderante para ele, pois, sob o regime capitalista, em que a terra era o principal recurso que garantia a acumulação privada, isso levava a um processo cada vez mais acelerado de expropriação das terras, bem como à exploração da força de trabalho dos indígenas por parte dos grandes proprietários de terras. Isso tudo sob a proteção de um regime republicano que se constituiu após a revolução de independência.

Mariátegui tinha claro que uma realidade social só poderia ser explicada na sua totalidade quando todos os elementos que a constituíram historicamente fossem desvendados em todas as suas dimensões. Essa concepção de nação só poderia ser socialmente aceita quando incorporasse todos os homens e mulheres que aceitassem se subordinar livremente a uma determinada ordem política estabelecida.

2.9 A questão da educação para a formação da nação peruana

Se na economia o diagnóstico de Mariátegui era que o regime republicano não tinha conseguido realizar a incorporação do indígena no processo de constituição da nação peruana, no processo de desenvolvimento da educação não foi diferente. No ensaio em que ele tratou da questão da educação, no livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*, afirmou que, no

[...] processo da instrução pública, como em outros aspectos de nossa vida, nota-se a superposição de elementos estrangeiros combinados, insuficientemente aclimatados. O problema está nas raízes deste Peru filho da Conquista. Não somos um povo que assimila as idéias e os homens de outras nações, impregnando-os de seu sentimento e seu ambiente, e que desta maneira enriquece, sem deformá-lo, o espírito nacional. Somos um povo em que convivem, sem assimilar-se mutuamente, sem entender-se ainda, indígenas e conquistadores. A República sente-se, e até se confessa, solidária com o vice-reinado. Como o vice-reinado, a República é o Peru dos colonizadores, mais que dos reinícolas. O sentimento e o interesse de oitenta por cento da população não tem quase influência na formação da nacionalidade e de suas instituições. A educação nacional, portanto, não tem um espírito nacional: tem preferentemente um espírito colonial e colonizador. Quando em seus programas de educação o Estado menciona os índios, não se refere a eles como peruanos aos outros. Considera-os como uma raça inferior. A República não se diferencia neste aspecto do vice-reinado. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 73 e 74).

A afirmação de que o povo peruano “convive sem assimilar-se” refletia a concepção de que a nação não se completou. A não assimilação, para Mariátegui, era determinada por vários elementos que, ao longo da formação do Peru, não conseguiram fundir-se para constituir uma nação. O que Mariátegui afirmava era que o processo

de convivência não se deu de modo que a elite peruana aceitasse de forma pacífica a fusão das culturas. O que ocorreu, segundo ele, foi uma negação permanente.

Isso também ocorreu no processo de desenvolvimento da educação no Peru. Na colônia, a educação, com acesso apenas para a aristocracia, estava a cargo da Igreja Católica. Após a independência, esse mecanismo de opressão permaneceu inalterado para a elite que ascendeu ao poder, pois as classes dominantes peruanas “necessitavam” que os índios permanecessem como uma grande massa de braços para o trabalho.

Para Mariátegui, a economia ditou o processo de desenvolvimento da sociedade e, portanto, determinou sua direção também na educação do país. O modelo econômico não garantiu a participação do índio na formação da nação, e a educação que vigorava contribuía para manutenção dessa opressão. Em seu artigo “La enseñanza y la economía” afirmou que:

O problema do ensino não pode ser bem compreendido a não ser como um problema econômico e como um problema social. O erro de muitos reformadores tem residido, assim como seu método abstratamente idealista, em sua doutrina exclusivamente pedagógica. Seus projetos têm ignorado a íntima engrenagem que existe entre a economia e o ensino e têm pretendido modificar esta sem conhecer as leis daquela. Por isso, não têm acertado em reformar nada senão à medida que as leis econômicas e sociais lhes têm consentido. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 365).

Ao ligar a subordinação do processo de ensino no país às engrenagens econômicas, Mariátegui apontou também que o indígena não estava inserido no processo educacional pensado pelas classes dominantes. As classes subalternas – trabalhadores e camponeses indígenas ou não – não tiveram acesso a uma formação educacional que possibilitasse sua inserção social e, por consequência, foram alijados do processo de construção da nação.

Em relação ao índio, a questão racial era um componente definidor da opressão. Para as classes dominantes, o indígena não necessitava de formação educacional regular, sendo a ele foi reservado os trabalhos menos qualificados. Foi também associado o componente

discriminatório à questão da superexploração da força de trabalho dos indígenas. Esse fator era determinante para garantir a condição de competição, nos mercados mundiais, das mercadorias produzidas no Peru – açúcar, algodão, minérios –, pois dessa forma podiam ser vendidas abaixo dos preços praticados nesses mercados.

Assim, o não acesso do índio de forma regular e massiva ao processo educacional do Peru era a garantia da manutenção da reprodução do capital e do *status quo* das classes dominantes peruanas. Ao analisar o processo de constituição do modelo educacional no Peru, Mariátegui afirmou que a educação era uma herança da educação espanhola que sofreu influência francesa e norte-americana, o que teria sido determinante na construção de uma mentalidade colonizada.

Essa mentalidade colonizada se refletiu na renúncia das classes dominantes peruanas de se inserirem de forma soberana perante a ordem internacional vigente. E a formação da nacionalidade do povo peruano através da educação não foi completa, pois levou em consideração apenas o peruano não índio. O índio, que era considerado raça inferior no vice-reinado, manteve-se na mesma condição na república.

A ênfase que Mariátegui deu ao “Processo da educação”, como definiu no capítulo do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana* e no conjunto de artigos que estão reunidos em suas *Obras Completas*, “Temas de educacion”, demonstrou, entre outras questões, a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação soberana. Mariátegui criticou o que definiu como “A persistência da orientação literária e retórica [...] no culto das humanidades confundiam-se os liberais, a velha aristocracia latifundiária e a jovem burguesia urbana. Uns e outros deleitavam-se concebendo as universidades e os colégios como fábricas de pessoas de letras e de leis [...]” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 74 e 75).

Ao criticar essa mentalidade colonial que preponderava na educação peruana, Mariátegui estava dizendo que a construção da nação era naquele momento um empreendimento que carecia de vitalidade. Era um corpo que sofria de raquitismo. Dizia Mariátegui: “somos um povo em que se infiltrou a mania das nações velhas e decadentes, a doença de falar e escrever e não de agir, de ‘agitar palavras e não coisas’, doença lamentável que constituiu um sinal de lassidão e fraqueza” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 75). Sem forjar uma educação baseada na história do povo peruano que incorporasse as contribuições da maioria da população que constituía o Peru, essa tarefa já teria nascido incompleta.

Um dos principais pontos de conflito entre Mariátegui e o Governo de Leguía⁴⁶ foi a adesão de Mariátegui à causa dos estudantes em 1919, que naquele momento no Peru e em toda a América Latina lutavam por reformar o ensino universitário⁴⁷. A luta pela reforma universitária, que se estendeu pelos vários países da América Latina no final da segunda década do século XX e prolongou-se até meados da terceira década, teve importante influência na juventude, principalmente das classes médias, dos países onde esse movimento foi mais forte.

O mundo atravessava um momento de fortes mudanças (fim da Primeira Guerra Mundial, Revolução Bolchevique, Revolução Mexicana, Revolução Nacionalista na China, descenso da hegemonia do imperialismo britânico e ascenso do imperialismo estadunidense). Nesse contexto em que as lutas para reformar o ensino superior ocorreram, Mariátegui apresentou a conjuntura da seguinte forma:

A crise mundial convidava os povos latino-americanos, com insólita premência, a revisar e resolver seus problemas de organização e crescimento. Logicamente, a nova geração sentia estes problemas com uma intensidade e uma paixão que as gerações anteriores desconhecem. Enquanto a atitude das antigas gerações, como era de se esperar na sua época, fora evolucionista – às vezes, com um evolucionismo totalmente passivo – a atitude da nova geração era espontaneamente

⁴⁶ Governo que forçou Mariátegui ao exílio na Europa.

⁴⁷ O movimento latino-americano que passou para a história. A reforma universitária foi desencadeada em Córdoba, Argentina. A geração universitária latino-americana, nos países de língua espanhola, principalmente Argentina, Chile, Uruguai e Peru, organizou-se para lutar contra uma estrutura que predominava no sistema de ensino universitário que não respondia aos anseios dos estudantes, principalmente os oriundos das classes médias, que naquele momento começam a ingressar no ensino superior. Foi principalmente na década de 20, do século passado, que o processo do capitalismo sofreu grandes abalos e ocorreu uma nova redivisão do mundo entre as potências imperialistas. Ocorreu a ascensão das camadas médias das populações a alguns benefícios, dentre eles um maior acesso à educação. Os filhos destas classes médias chegaram à universidade. As estruturas destas universidades não estavam preparadas para receber estes filhos da classe média, pois seu foco não era preparar para os novos tempos do capitalismo. Os países latino-americanos, bem como todo o continente americano, com exceção dos Estados Unidos, inseriam-se na divisão internacional do trabalho como meros exportadores de produtos primários. Isso os inseria de forma subordinada aos interesses do imperialismo internacional, que nesse período, na América Latina, passava o controle do Imperialismo Britânico para o Imperialismo Estadunidense. Neste contexto são desencadeadas as lutas por reforma universitária, nas quais Mariátegui, juntamente com jovens limenhos, dentre eles César Falcon e Victor Hugo Haya de La Torre, entre tantos outros, irão se inserir.

revolucionária. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 85 e 86).

Mariátegui identificou no movimento da reforma universitária o sentimento próprio da juventude, caracterizado pelo impulso de causas muitas vezes vagas, sem uma concepção aprofundada. Porém, mesmo tendo essa leitura, reputou a luta pela reforma universitária como determinante para o avanço no ensino superior dos países em que esse movimento ocorreu.

Um dos principais pontos reivindicados por essa nova geração era que a educação deveria se pautar pelos problemas reais desses países. Seus componentes entendiam que o que se ensinava nas universidades não os estava preparando para enfrentar os grandes dilemas do desenvolvimento da sociedade. Segundo Mariátegui, os profissionais que saíam da universidade peruana saíam homens de letras e de leis; as universidades estavam preparando apenas literatos e advogados.

Para Mariátegui, isso era fruto da “herança espanhola” que não incorporou apenas uma herança psicológica e intelectual, mas também uma herança econômica e social. Afirmava assim que tal herança, que determinou a educação peruana, não servia para a formação dos homens que deveriam construir a nação. Isso se traduziu em um país sem homens capazes de levar adiante um desenvolvimento autônomo, em que a exigência era de “vontade enérgica e espírito de luta” para fazer avançar na construção do bem-estar e da independência.

E no intuito de melhor compreender a formação estrutural da nação, Mariátegui lançou mão da formulação de Manuel Vicente Villarín, intelectual representante do pensamento liberal peruano:

A América – escrevia o doutor Villarín – não era uma colônia de trabalho e povoamento, mas sim de exploração. Os colonos espanhóis estavam à procura da riqueza fácil, já formada, descoberta, que se consegue sem a dupla penúria do trabalho e da poupança, esse tipo de riqueza preferido pelo aventureiro, pelo nobre, pelo soldado, pelo soberano. E, finalmente, para que trabalhar se não era preciso? Não estavam lá os índios? Não eram numerosos, mansos, diligentes, sóbrios, acostumados à terra e ao clima? Em conseqüência, o índio servo produziu o rico ocioso e dilapidador. Mas o pior de tudo foi que uma forte associação de idéias estabeleceu-se entre o trabalho e a

servidão, pois não havia de fato trabalhador que não fosse servo. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 77).

Portanto, para Mariátegui, a nação só completaria sua formação se rompesse com a herança colonial, herança que perdurava na república e se manifestava em todos os âmbitos da sociedade peruana. Isso era aprofundado pelo novo colonialismo submetido à ainda incompleta nação peruana, um colonialismo que se manifestava como a fase imperialista do capitalismo. No próximo capítulo desta dissertação buscam-se levantar os principais aspectos que reforçaram tal dominação no Peru, que se dá a partir da penetração, primeiro, do imperialismo britânico e, depois, norte-americano. Procura-se analisar como Mariátegui interpretou esse processo e quais as implicações que se refletiriam no atraso da formação da nação.

CAPÍTULO III

3 MARIÁTEGUI E O ANTI-IMPERIALISMO

3.1 O processo de independência das colônias espanholas na América Latina

O processo de desagregação do império espanhol deu-se a partir da “crise das Metrôpoles (CHAUNU, 1989, p. 58), iniciada no final do século XVIII e que vai perdurar e se desenrolar ao longo do século XIX. O império espanhol foi atingido em cheio por esta crise, tendo a desagregação ocorrido por conta das “consequências da reforma do pacto colonial”. Para Tulio Halperín Donghi, o pacto colonial teria propiciado

[...] uma maior margem de autonomia à economia das Índias [...] fazendo com que as colônias sentissem, com maior dureza, o peso de uma metrópole decidida a reservar para si imensos lucros, tão-somente por desempenhar a função de intermediária com a nova Europa industrial [...]. (DONGHI, 1975, p. 47).

Essa autonomia econômica e os ideais da revolução liberal francesa de 1789 espalharam-se pelo mundo ocidental e sustentaram o processo de independência das “treze colônias inglesas”⁴⁸ no continente americano e também chegariam com força junto às colônias espanholas latino-americanas.

Nesse período se processou o “renascimento espanhol”. A chegada dos Bourbons ao trono, segundo Jorge Aberlardo Ramos, “irá produzir importantes mudanças na Espanha e nas colônias”, mudanças que ocorrerão tanto no campo das ideias como em outras áreas a exemplo da economia, da agricultura e da cultura. Ocorre também a retomada da industrialização. Quebra-se o monopólio dos portos de Cadiz e Sevilha com o comércio das colônias americanas. (RAMOS, 1973a, p. 86, 87 e 88).

⁴⁸ Ex-colônias da Inglaterra que deram origem aos Estados Unidos da América.

A penetração dessas ideias, bem como a total impossibilidade de a elite *criolla* e mestiça das colônias poder ascender às funções mais elevadas nos postos da estrutura dos governos locais, na justiça e no clero, além de ter de sustentar, através de pesados tributos e envio das riquezas produzidas, a metrópole, vai fazer explodir a revolta.

Segundo John Lynch,

[...] as idéias da ilustração teria inspirado em seus discípulos *criollos* não tanto uma filosofia de libertação quanto uma atitude de independência diante das idéias recebidas [...]. Simón Bolívar, cuja educação liberal, vasta leitura e intensas viagens na Europa abriram sua mente a novos horizontes, em especial ao exemplo político inglês e às idéias da ilustração. Hobbes e Locke, os enciclopedistas e os filósofos, sobretudo Montesquieu, Voltaire e Rousseau, todos deixaram profunda impressão em sua mente e lhe conferiram uma devoção à razão, à liberdade e à ordem, que o acompanhou por toda a vida [...]. (LYNCH, 2004, p. 64 e 65).

Mas somente os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade não foram suficientes para produzir um amplo movimento de independência. Num primeiro momento, a imposição de um rei para a Espanha através das mãos de Napoleão não agradou a elite das colônias, que estava contagiada pela força das ideias do século XVIII e que via, assim, a substituição de um déspota por outro. Isso teria animado a elite a lutar pela sua total independência diante da metrópole.

Mesmo a tentativa de Napoleão em manter sob seu comando as colônias hispânicas na América Latina não logrou êxito. O processo de independência das treze colônias inglesas ajudou, com a força do seu exemplo, a sustentar as revoluções de independência que passam a ocorrer a partir de 1811 e vão até 1815, quando o rei Fernando VII retomou o trono espanhol e restabeleceu na Espanha o absolutismo. Dessa forma, via processo de força, Fernando VII retomou o controle das ex-colônias na América. Não logrou êxito nas ex-colônias do Prata, mas restabeleceu o domínio espanhol nas demais entre 1815 e 1822.

Para Claudia Wasserman, esse período caracterizou

A crescente expansão do modo de produção capitalista na Europa, corolário da *dupla revolução* – Revolução Industrial e Revolução Francesa –, aliado ao crescente predomínio da burguesia no controle estatal dos países europeus, promoveu uma brusca mudança em todo o ordenamento mundial. Países como a Espanha e Portugal, que não acompanharam o desenvolvimento da Europa setentrional, foram vítimas do desgaste de toda a estrutura que assegurava a continuidade do Antigo Regime. Entre outros fatores que foram responsáveis pela decadência estavam o atraso e desorganização agrícola e industrial, escassez financeira, decomposição social, dependência produtiva, comercial e financeira de outros países, redução no poder marítimo e militar, envolvimento em guerras onerosas e dificuldade em abastecer as necessidades das colônias. (WASSERMAN, 2000, p. 177).

Nesse período de decadência da metrópole, Simon Bolívar, em 1817, retomou a luta pela independência, o que culminou com a independência da Venezuela, Nova Granada, Colômbia, Equador e da Província Geral da Guatemala. Um ano antes, em 1816, o libertador José de San Martín liderou as revoluções de independência das repúblicas do Prata, do Chile e do Peru, processo que foi completado pelo lugar-tenente de Bolívar, Antonio José Sucre, em 1822, quando este libertou totalmente o Peru.

Nessas revoluções de independência das colônias espanholas, capitaneadas por lideranças *criollas* como Simon Bolívar, José de San Martín, José Antonio Sucre⁴⁹, foi decisiva a participação da Inglaterra e, de forma “tímida”, o apoio da jovem república norte-americana (CHAUNU, 1989, p. 75). O apoio da Inglaterra vislumbrou claramente, com o surgimento de novas repúblicas “independentes” na América Latina, possibilidades de estabelecer relações comerciais e principalmente a abertura de um expressivo mercado para a colocação das suas manufaturas.

⁴⁹ Simon Bolívar – O Libertador –, caraquenho que liderou os processos de independência dos países da América Hispânica da coroa espanhola; Antonio José de Sucre, líder caudilho que lutou ao lado de Simon Bolívar nas guerras pela independência; José de San Martín, argentino que liderou o processo de independência da Argentina, do Chile e do Peru.

Para o libertador Simon Bolívar, na *Carta de Jamaica*, as colônias espanholas eram fornecedoras de matérias-primas e serviam de mercado de consumo para as manufaturas vindas da Europa: “[...] os americanos, no sistema espanhol que está em vigor, e quiçá com maior força que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade que não o de servos próprios para o trabalho, e quando muito o de simples consumidores [...]”. E Bolívar descreve como eram explorados os recursos naturais nas colônias hispânicas: “[...] os campos para cultivar o anil, o cereal, o café, a cana, o cacau e o algodão; as planícies solitárias para criar o gado; os desertos para caçar as bestas ferozes; as entranhas da terra para escavar o ouro, que não pode saciar essa nação avarenta” (BOLÍVAR, 1979, p. 222).

Mariátegui, ao tratar das revoluções de independência das colônias espanholas, referiu-se aos condutores daquele processo como uma geração heróica, uma geração que tinha sido forjada pela mescla entre o colonizador espanhol e o indígena. Dessa mescla redundou o que Mariátegui chamou de núcleos de população *criolla*, sendo desses núcleos do *criollismo* que surgiram os caudilhos que lideraram as revoluções de independência.

Mesmo que os ideais que levaram essa geração de *criollos* a lutar pela independência pudessem estar coesos em torno de um ideal americanista, num primeiro momento, este iria se desfazer na sequência dos acontecimentos, pois não logrou sustentar-se somente pelo idealismo inicial de algumas de suas principais lideranças. As disputas entre as lideranças que lutaram pela independência, entre quem controlaria as riquezas, o comércio e o poder político nas antigas colônias, fizeram com que o ideal de uma unidade americana fosse suplantado por um processo contínuo de disputas regionais, que redundavam em guerras por domínio de territórios, o que os levou ao seu esfacelamento (MARIÁTEGUI, 1994, p. 413).

Mariátegui, ao adjetivar aquela geração como uma geração de heróis, queria dizer com isso que o elemento romântico da empreitada fazia parte do ideal daqueles homens. Entretanto, existia também a motivação de fundo econômico que os mobilizava fortemente. Essa motivação econômica fez com que os caudilhos, que lideraram aqueles processos, assumissem o controle militar, político e administrativo. Construíram outros canais de transações econômicas para além do continente latino e, dessa forma, mantiveram o caráter original da dependência, somente substituindo a coroa espanhola pelo império britânico, outras potências europeias e os Estados Unidos.

Isso ficou demonstrado quando as ex-colônias direcionavam o comércio de seus produtos para os países europeus e os Estados Unidos e não procuravam criar vínculos entre si. Mariátegui referiu-se a esse tipo de postura da seguinte forma:

[...] entre os povos hispano-americanos não há cooperação, algumas vezes pelo contrário, há concorrência. Não se ajudam, não se complementam, não se buscam uns aos outros. Funcionam economicamente como colônias da indústria e das finanças européia e norte-americana [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 414).

Para ele, o fato intelectual e sentimental não foi anterior ao fato econômico (MARIÁTEGUI, 1975, p. 7). Portanto, o processo de independência não se deu apenas por heroísmo, mas pela necessidade da uma classe dominante, detentora das grandes propriedades e produtoras de mercadorias e bens voltadas para o mercado exterior. Além disso, essa classe dominante buscava libertar-se da tutela da coroa espanhola e com isso garantir que as transações comerciais estivessem livres do controle e pagamento de pesados tributos.

Para Mariátegui, a independência sul-americana foi também a consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo e dos ideais liberais da Revolução Francesa⁵⁰, que passaram a ecoar no continente no início do século XIX. Uma classe de proprietários que se formou ao longo da colonização era impedida de desenvolver-se economicamente, estando obrigada pela metrópole a comercializar única e exclusivamente com e através de seu controle. Essa classe de proprietários, formada em sua maioria por *criollos*, mas também por espanhóis e mestiços, buscava, através da luta pela independência, sua emancipação política e econômica e a manutenção de “seus antigos privilégios sob uma nova roupagem liberal; em todas as decisões tomadas no tocante a organização política e econômica do Peru independente não houve uma representatividade popular”. (BONILLA, 2004, p. 542).

A formação do Estado que se segue após as revoluções de independência não teve como propósito criar mecanismos que incorporassem as camadas populares, e, segundo Wasserman,

⁵⁰ Os ideais de liberdade e de luta contra o absolutismo da aristocracia francesa, baseado na doutrina iluminista, teve impacto determinante na formação dos caudilhos latinos que lutaram pela independência das colônias espanholas.

Os sistemas constitucionais criados para transferir poder através de eleições e para garantir liberdades individuais foram, frequentemente, formais e não eram respeitados na prática. Ainda movidos pela necessidade de romper com o passado colonial, os governos pós-revolucionários adotaram sistemas federalistas em oposição às estruturas políticas centralizadas metropolitanas [...] no entanto [...] As dificuldades econômicas e também a instabilidade política e social, decorrentes das lutas pelo poder, foram responsáveis por um clima de pessimismo que, a partir da década de 1830, atingiu a maior parte dos países latino-americanos. Correntes conservadoras das classes dominantes tomaram o poder e imprimiram um caráter despótico e centralizador ao governo dos novos países (WASSERMAN, 2000, p. 184 e 185).

Foi nesse contexto que ocorreram as revoluções de independência nas colônias espanholas.

3.2 O Período pós-independência e o Peru

Após a independência, o império britânico apressou-se em reconhecer o Peru como uma nação soberana. Para Mariátegui, isso ocorreu no contexto histórico de ascensão do capitalismo quando a Inglaterra era o país onde o desenvolvimento desse novo modo de produção lograva seu maior progresso. O capitalismo tinha como objetivo sua consolidação como modelo de civilização, e a implementação das ideias liberais era a forma de alcançá-lo. O avanço das forças produtivas no capitalismo redundou na sua fase monopolista e, para sua expansão, era fundamental o controle das principais fontes de matérias-primas e mercados que consumissem as mercadorias produzidas por esses monopólios. A essa etapa Lênin denominou de imperialismo “o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Esta fase monopolista substituiu a fase da livre concorrência (LÊNIN, 1985, p. 87).

Para Mariátegui, o Peru, após a revolução de independência, deixou de ser colônia espanhola e passou para a órbita do imperialismo britânico. A Inglaterra buscou afirmar-se como a nação que se colocava ao lado dos novos estados independentes que começam a surgir a partir do início do século XIX. Isso ocorreu principalmente após o declínio do império espanhol e, conseqüentemente, após o fim do seu domínio militar, político e administrativo sobre suas ex-colônias.

Segundo Tulio Halperín Donghi,

[...] a hegemonia britânica se afirmara durante a guerra de independência, sobretudo nos seus inícios, quando do isolamento da Península Ibérica de toda a Europa Napoleônica, e ao mesmo tempo a guerra entre Inglaterra e Estados Unidos haviam feito da Grã-Bretanha a única potência exterior em condições de exercer influência sobre a América Espanhola em revolta [...]. (DONGHI, 1975, p. 92 e 93).

De acordo com Mariátegui, o império espanhol declinava por achar-se sustentado apenas sobre bases militares e políticas e, especialmente, pelo fato de representar uma economia superada (MARIÁTEGUI, 1975, p. 7). Após o processo de independência, a elite peruana, que buscou, entre outras questões, abrir novos espaços de transação econômica, contraditoriamente direcionou seu fluxo comercial com o Império Britânico.

Se para a Espanha o vice-reinado do Peru representava um território produtor de ouro e metais preciosos, o capitalismo britânico, diferentemente, enxergou mais longe. Viu o país como colaborador no processo de desenvolvimento do capitalismo com outros tipos de matérias-primas, fundamentais para o avanço do modelo. A partir da segunda metade do século XIX, com o avanço do capitalismo britânico já em sua fase monopolista, cresceu a necessidade de ampliação de mercados para venda de suas manufaturas e do emprego de seus capitais⁵¹.

⁵¹ A Grã-Bretanha enquanto principal potência estrangeira no século XIX, segundo Agustín Cueva, “brindou-nos, logo cedo, com sua assistência técnica e financeira e abriu de par em par as portas de nosso comércio, pela força quando foi necessário. Só que o fez de acordo com sua índole capitalista, sabiamente adaptada às condições estruturais e até conjunturais da América Latina [...] os empréstimos aos governos locais constituíram-se na ordem de 76,4% do total de inversões inglesas na América Latina em 1865, 74,1% do total em 1875 e 65,3% em 1885”. (CUEVA, 1983, p. 36 e 37).

Aprofundou-se a ofensiva aos países latino americanos, principalmente àqueles que tinham as matérias-primas necessárias para sustentar a fase de expansão monopolista do capitalismo. O Peru foi um deles, por ser detentor de grandes jazidas naturais de *guano* e salitre, fertilizantes naturais que se concentravam na área costeira do país⁵².

Essa matéria-prima passaria a ter grande valor no processo de recuperação de terras do continente europeu, terras essas utilizadas para agricultura e que foram empobrecidas por centenas de anos de exploração contínua. O capitalismo europeu viu nesse tipo de recurso natural uma mercadoria de grande valor e uma salvação para o seu desenvolvimento, pois o empobrecimento das terras europeias levou a sua agricultura à ruína.

Mariátegui afirmou que a relação comercial desenvolvida a partir da exploração das reservas de *guano* e salitre, que estavam “quase ao alcance dos barcos que vinham buscá-los (MARIÁTEGUI, 1975, p. 9), colocou a economia peruana sob o controle do capital britânico. A Inglaterra concedia empréstimos que tinham como perspectiva desenvolver outros setores da economia e a infra-estrutura do Peru e que eram garantidos pelas reservas naturais do *guano* e salitre. Esse tipo de controle passou a ser exercido, principalmente, sobre as ferrovias do país, a mola propulsora da exploração daqueles recursos (MARIÁTEGUI, 1975, p. 9).

Para Mariátegui, o episódio da derrota na Guerra do Pacífico⁵³ foi motivado, principalmente, pela tentativa de controle dos territórios onde se encontravam as reservas do *guano* e do salitre. Essa guerra teve grandes consequências para o Peru, sendo a principal delas a perda da possibilidade de continuar explorando as riquezas naturais daquela área. Além disso, ficou demonstrada a fragilidade da economia do país, que era dependente da exploração de um único produto e de um único comprador. Mariátegui vai referir-se a essa questão da seguinte forma:

⁵² O *guano* é formado pelos excrementos de pássaros marinhos que habitam a costa do Peru. O salitre é um mineral que também era encontrado em abundância na mesma região. Estes dois elementos combinados foram largamente utilizados como adubos e fertilizantes em toda a Europa e principalmente na agricultura inglesa no final do séc. XIX. (BONILLA, 2004, p. 553).

⁵³ Em fevereiro de 1879, o Chile ocupou o porto boliviano de Antofagasta e, dois meses mais tarde, declarou guerra à Bolívia e ao Peru [...]. Depois de ocupar todo o litoral boliviano, o Chile invadiu a província peruana de Tarapacá. Esta guerra foi fruto do processo da disputa entre os três países pelo controle das jazidas de nitratos localizadas principalmente nas costas peruanas e bolivianas. (COLLIER, 2004, p. 622).

[...] o *guano* e o salitre ocuparam um lugar de enorme destaque na economia peruana. Seus rendimentos constituíam-se na principal renda fiscal. O país sentiu-se rico. O Estado usou o seu crédito sem limites. Viveu no esbanjamento, hipotecando seu futuro às finanças inglesas [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 9).

Essa dupla dependência, de um único produto para a comercialização com um único comprador, já era motivo de alerta por parte de José Martí, no final do século XIX, quando dizia que “um povo que quer morrer vende para um só povo” (MARTÍ, 1991, p. 205). E essa foi a opção adotada pela emergente classe dominante peruana, baseando todo o seu processo de desenvolvimento na exploração das jazidas naturais do *guano* e do salitre, e tendo como único comprador o Império Britânico.

Mariátegui, ao analisar o papel do imperialismo no século XIX, no Peru, o fez com um olhar para os desdobramentos no processo de desenvolvimento que gerou a acumulação propiciada pela exploração desses recursos naturais. Mesmo que houvesse a opção de comercialização com um só país de sua principal riqueza, naquele período ocorria um processo de transformação da economia peruana de feudal para uma economia burguesa, e esta teria recebido o seu primeiro e enérgico impulso (MARIÁTEGUI, 1975, p. 11). Isso não significou, porém, o desaparecimento de formas de exploração do tipo feudal em várias regiões do Peru, principalmente na serra.

Após a Guerra do Pacífico, pelo controle e exploração das áreas de extração do *guano* e do salitre, o processo de dominação imperialista sobre o Peru começou a passar da esfera da influência do imperialismo britânico para a órbita e controle do imperialismo estadunidense. A Guerra Hispano-Cubana-Americana (1898)⁵⁴ demarcaria a ascensão da

⁵⁴ “Guerra pela ‘independência’ de Cuba, em que os Estados Unidos apoiam o processo de independência dos cubanos contra a Espanha. A partir da derrota da Espanha, [...] de 1898 a 1902 Cuba foi governada por um governo militar norte-americano [...] para que os Estados Unidos retirem-se de Cuba, os cubanos tiveram que aceitar a imposição em sua constituição de diversos artigos que impunham certas limitações às ações do novo governo no tocante à contração de dívida pública, ao estabelecimento de acordos militares com as potências estrangeiras e ao repúdio a atos do governo militar norte-americano. Além disso, consagrava-se o direito dos Estados Unidos intervir em Cuba quando sentisse que os seus interesses ou de seus cidadãos estivessem ameaçados. Esta emenda a constituição cubana foi denominada de Emenda Platt (1901). É tida esta guerra como um dos principais marcos da expansão do imperialismo estadunidense e a sua busca por afastar o imperialismo europeu do controle de

política expansionista imperialista estadunidense para o conjunto da América Latina.

A perda de influência por parte do imperialismo britânico sobre Peru vai se dar junto com a perda de sua influência sobre o conjunto da América Latina, e se consolidará a partir da década de 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial. A década dos anos vinte, segundo Julio Cotler, “caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma importante transformação na sociedade peruana” da qual aponta três fatos:

[...] primeiro, a afirmação do capital imperialista de origem norte-americano; segundo, em associação com o primeiro, uma reestruturação de suas classes sociais; e terceiro um processo intenso de organização de setores da sociedade afetados por estas transformações econômicas e sociais em curso. Os trabalhadores agrícolas, centrados nas plantações de açúcar, algodão e arroz, os operários mineiros e industriais, a pequena burguesia urbana e rural, todos entraram num processo de mobilização de diferente tipo e intensidade [...]. (COTLER, 1988, p. 175, 176 e 177).

Para Mariátegui, a economia peruana no final do século XIX, principalmente após a derrota na Guerra do Pacífico, apesar de enfraquecida, organizou-se sob:

[...] bases mais sólidas. Isto se dá a partir do aparecimento de uma indústria moderna, melhoria nos transportes. O capital financeiro, com o aparecimento de bancos, passa a ter capacidade de financiar a atividade desta nascente indústria e de atividades comerciais. O aumento do comércio do Peru com os Estados Unidos e Europa a partir da abertura do canal do Panamá, o que segundo Mariátegui teria acelerado o progresso de integração do Peru na civilização ocidental [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 12 e 13).

Essa passagem do predomínio da influência do imperialismo britânico para o imperialismo estadunidense ficou demonstrada a partir do crescimento da “participação do capital norte-americano na exploração do cobre e do petróleo peruanos” e iria determinar “o crescente predomínio ianque” no país. Os dados apresentados por Mariátegui sobre o crescimento do comércio e negócios entre o Peru e os Estados Unidos são expressos da seguinte forma:

[...] a exportação para a Inglaterra, que em 1898 constituía 56,7% da exportação total, em 1923 chegava a 33,2%. No mesmo período a exportação para os Estados Unidos subiu de 9,5% para 39,7%. E este movimento aprofunda-se ainda mais na importação, posto que a dos Estados Unidos, nesse período de vinte e cinco anos, passava de 10,0% para 38,9%, a da Grã-Bretanha baixava de 44,7% para 19,6% [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 13).

Esses dados posicionavam o Peru dentro da disputa inter-imperialista pela conquista de mercados e, conseqüentemente, apontam o predomínio que os mencionados países passariam a exercer, tanto do ponto de vista do controle de fontes de matérias-primas, que eram fundamentais para o seu desenvolvimento, como o petróleo e o cobre encontrados no Peru, quanto como a garantia para a venda de seus produtos manufaturados.

Outro elemento importante para que o controle imperialista sobre a vida do país se processasse em toda a sua dimensão era a possibilidade de o capital financeiro emprestar ao Estado recursos para que este pudesse investir no desenvolvimento de infraestrutura, como as estradas de ferro. Para isso a hipoteca, como garantia desses empréstimos, de suas fontes de matérias-primas ou mesmo suas ferrovias, era a condição. Esse tipo de controle que o imperialismo passou a exercer sobre a economia do Peru anulou sua capacidade de definir a direção que seu desenvolvimento deveria seguir, comprometendo seu projeto de nação.

Na agricultura, os imperialismos britânico e norte-americano determinavam seu ritmo, principalmente na costa litorânea. As modernas técnicas capitalistas induziram os latifundiários da costa ao plantio de algodão e cana-de-açúcar, sendo tal produção direcionada à exportação e financiada por “poderosas firmas exportadoras” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 68). Esse tipo de subordinação aos interesses dos imperialismos levou o país a depender de importações de parte dos

produtos que consumia, como o trigo e a farinha. A análise que Mariátegui fez dessa situação foi que a nação peruana não poderia se afirmar dentro dessa lógica subordinada ao imperialismo:

A economia do Peru é uma economia colonial. Sua movimentação, seu desenvolvimento, estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e Nova Iorque. Estes mercados enxergam o Peru como um depósito de matérias-primas e uma praça para suas manufaturas. A agricultura peruana obtém, por isso, créditos e transportes apenas para os produtos que pode oferecer com vantagem nos grandes mercados. As finanças estrangeiras interessam-se um dia pela borracha, outro pelo algodão, outro pelo açúcar. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 68).

O direcionamento e controle da produção agrícola, justamente nas áreas de melhores terras, feito para privilegiar o “mercado mundial”, revelou, segundo Mariátegui, que o Estado peruano não havia se constituído como controlador da economia, mesmo depois do período de acumulação propiciado pela exploração do *guano* e do salitre. Ele afirmou o seguinte num artigo intitulado “Economia colonial”, escrito em 1926, que serviu de base para o ensaio “O problema da terra” no livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*:

No Peru, tal como em todos os países de economia colonial, existem, ao contrário, “exportações invisíveis”. Os lucros da mineração, do comércio, do transporte etc. não ficam no Peru. Na sua maior parte, vão para o exterior na forma de dividendos, juros etc. Para recuperá-los, a economia peruana precisa tomá-los de empréstimo. E assim, em cada um dos momentos críticos, em cada um dos episódios da experiência histórica que estamos cumprindo, deparamos sempre com o mesmo problema: o problema de peruanizar, de nacionalizar, de emancipar nossa economia [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 316).

Os interesses que preponderavam eram os dos imperialismos, tendo como agentes internos as classes dominantes peruanas.

Quando Mariátegui apresentou esses dados a respeito do domínio do imperialismo britânico e estadunidense, ele também apontou que um dos elementos que faziam com que o Estado peruano aprofundasse sua dependência de financiamento dos banqueiros ingleses e, depois, estadunidenses eram os “esbanjamentos” perpetrados pela elite *criolla* e mestiça. Além disso, houve uma política de privilégios às classes proprietárias e ao latifúndio em detrimento dos interesses do proletariado, que tinha sido o mais afetado após a crise gerada pelo fim do período da exploração do *guano* e do salitre.

Mariátegui aponta, dessa forma, que as classes dominantes no Peru não tinham compromisso com a construção de um projeto nacional. Após a independência, viveram do esbanjamento das riquezas naturais e do cultivo de monoculturas de interesse das metrópoles coloniais, utilizando-se para isso das melhores terras. O que garantiu isso foi a exploração intensiva da mão de obra dos indígenas e das suas terras, das quais eles foram expulsos.

3.3 Os elementos de uma luta anti-imperialista

Mariátegui combateu a política de construção de “frentes únicas” como forma de realizar o combate ao imperialismo. Para ele, o elemento central para uma luta de emancipação nacional deveria estar centrado na luta de classes. No entanto, o conceito de luta de classes não excluía a possibilidade de alianças pontuais do proletariado e campesinato com frações das classes dominantes que, num determinado estágio do processo da luta anti-imperialista, buscassem tal aliança. As organizações do proletariado e dos camponeses poderiam, sob seu controle, atuar em determinadas situações em conjunto com as denominadas burguesias nacionais e com frações da classe média que estivessem em contradição com o imperialismo.

Porém, as situações analisadas por Mariátegui apontavam contradições nas alianças entre os setores do proletariado e do campesinato com as burguesias tidas como nacionalistas. Onde foram efetivadas frentes constituídas por esses setores, definidos como nacionalistas da burguesia e pequena burguesia, tais frentes acabaram, em determinado momento do processo, resultando em traições por parte da burguesia, como nos casos do México e da China. No caso mexicano,

analisado por Mariátegui, ocorreu a capitulação do governo de Emilio Portes Gil⁵⁵ ao imperialismo norte-americano, e no caso da China, aos imperialismos europeus e norte-americano.

Ao analisar a situação mexicana, Mariátegui afirmou que o que ocorria era um retrocesso na política implementada após o assassinato do general Álvaro Obregón⁵⁶ e a ascensão de Portes Gil à presidência do México:

O retrocesso do México, no período seguinte à morte de Obregón, a marcha para a direita do regime de Portes Gil y Ortiz Rubio, se percebem, igualmente, pela suspensão dos direitos democráticos reconhecidos antes aos elementos de extrema esquerda. Perseguindo os militantes da Confederação Sindical Unitária Mexicana, o Partido Comunista, o Socorro Operário, e a Liga Anti-Imperialista, por sua crítica das abdições frente ao imperialismo e por sua propaganda do programa proletário, o governo mexicano renega a verdadeira missão da Revolução Mexicana: substituição do regime porfirista despótico e semifeudal por um regime democrático burguês [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 438).

Mariátegui estava analisando as contradições que se processavam na política de aliança de classe que, por determinado período da Revolução Mexicana, mais abertamente a partir da elaboração da constituição de 1917, é levada a cabo entre setores organizados do proletariado e parcela da burguesia e pequena burguesia mexicana.

No caso chinês, Mariátegui inicialmente apontou, em sua tese “Ponto de vista anti-imperialista” para a Primeira Conferência Comunista Latino-Americana, em junho de 1929 em Buenos Aires, o seguinte:

⁵⁵ Assumiu provisoriamente a presidência mexicana após o assassinato do presidente Álvaro Obregón e governou de 01/12/1928 a 04/02/1930, vindo a ser substituído por Ortiz Rubio, que governou até 1932.

⁵⁶ Presidente mexicano que teve seu primeiro mandato de 1920 a 1924. É sucedido por Plutarco Elias Calles, que governa de 1924 a 1928. Álvaro Obregón é eleito para um segundo mandato em 1928, mas é assassinado logo após eleito.

A colaboração da burguesia e, também, de muitos elementos feudais, na luta antiimperialista chinesa explica-se por razões de raça, de civilização nacional, que entre nós não existem. O chinês nobre ou burguês sente-se entranhadamente chinês. Ao desprezo do branco pela sua cultura estratificada e decrépida responde com o desprezo e o orgulho da sua tradição milenar. O antiimperialismo na China, portanto, pode-se apoiar-se no sentimento e no fator nacionalista [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196).

Mesmo reconhecendo na burguesia chinesa traços de nacionalismo que não encontrava na burguesia peruana, seu posicionamento a partir do desenvolvimento da luta política na China seria revisto. Concluiu que aquela mesma burguesia nacionalista, por razões “capitalistas”, trairia a aliança classista efetivada para o combate às estruturas atrasadas de dominação feudal. Ao analisar estas duas revoluções, a mexicana e a chinesa (na sua fase nacionalista), Mariátegui afirmou que a política de frentes classistas entre burguesia, proletariado e campesinato não se sustentava diante das contradições inerentes a sua própria origem.

Nesse sentido, reforçou sua convicção de que a dominação imperialista no Peru era determinada pela total subserviência de sua classe dominante, que não sentia “nenhuma falta de um grau mais amplo e preciso de autonomia nacional” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196). Para ele, a origem desse servilismo por parte da classe dominante peruana poderia ser explicada pela recusa do *criollo* de aceitar-se um americano, decorrendo disso o seu desprezo por tudo que era autóctone.

Esse sentimento era demonstrado no comportamento das elites em relação ao indígena. A análise que Mariátegui faz sobre a rejeição da elite peruana aos elementos que caracterizariam uma identidade nacional é predominante quando escreveu sobre o imperialismo e de forma mais aprofundada sobre seu aspecto cultural. Essa negação ao nacional não era um sentimento apenas compartilhado pela aristocracia e pela classe dominante *criolla* e mestiça, mas estava plasmada também nas classes médias peruanas. Mesmo o elemento “mestiço” buscava imitar o “exemplo” do aristocrata e do burguês (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196).

Assim, segundo Mariátegui, o Peru não possuía uma identidade nacional por conta da negação histórica do elemento indígena na realidade peruana, ao contrário de outras realidades históricas onde a divisão de classes não necessariamente impedia a constituição de um

sentimento nacional. Mariátegui utilizou-se das experiências chinesa e mexicana para estabelecer esse debate e se contrapor às formulações da APRA de Victor Raul Haya de la Torre, análise que é apresentada no próximo subcapítulo. A negação do índio, primeiro pelo espanhol conquistador que o escravizou e depois pelo *criollo* que o mantinha como servo, não permitiu a concretização de um sentimento anti-imperialista.

Para Mariátegui, o *criollo* cresceu esperando ser reconhecido como espanhol. Não aceitou a sua condição de americano e, portanto, não tinha como desenvolver um sentimento de contraposição ao que era estrangeiro. Sentia-se um europeu que, por um capricho do destino, tinha nascido em um outro lugar do planeta que não a Europa.

3.4 Duas construções - Victor Raul Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui

Na análise que Mariátegui faz sobre o imperialismo e no que sustentou suas formulações anti-imperialistas, é preciso discutir o período em que ele esteve junto com o líder político peruano Victor Raul Haya de la Torre⁵⁷ e a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA)⁵⁸ bem como seu posterior rompimento com este líder político e seu movimento-partido.

Quando Mariátegui retornou da Europa, após um exílio⁵⁹ forçado pelo governo de Augusto Leguía⁶⁰, passou a colaborar com a construção

⁵⁷ Victor Raúl Haya de La Torre, “[...] líder estudantil, fora um dos fundadores da Federação Estudantil Peruana em 1917. Principal organizador das Universidades Populares que fundamentavam-se no princípio de que o proletariado deveria ser conscientizado social e politicamente. Após 1923, depois de ser deportado do Peru em função de suas atividades políticas, inicia o processo de constituição do que passaria a ser a APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana. A discordância com Haya se dava na caracterização da sociedade peruana e seu estágio de desenvolvimento: [...] enquanto Haya considerava a existência peruana compartimentalizada em vários modos de produção, Mariátegui assinalou com bastante clareza a existência de uma articulação entre feudalismo e capitalismo, que permitia o desenvolvimento deste último, que se definia, em primeiro lugar, por seu caráter imperialista e, em segundo lugar, por sua origem forânea.” (BELLOTTO; CORRÊA, 1982, P. 16, 20 e 21; COTLER, 1988, p. 179).

⁵⁸ A Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) foi fundada por Victor Raúl Haya de la Torre em 1924, na cidade do México, e tinha como objetivo “unir as forças anti-imperialistas do continente”. É fundada para ser uma frente. Em 1928, é transformada em partido.

⁵⁹ O governo Leguía impõe a Mariátegui o exílio, em função da ativa participação deste na propaganda da organização do movimento operário que naquele momento estava mobilizado (LÖWY, 2005, p. 26).

das Universidades Populares González Prada (UPGP), que tinham sido uma criação de Haya de la Torre, em seu projeto de formar politicamente a classe operária, os camponeses e os estudantes peruanos. Essa aproximação de Mariátegui com Haya de la Torre redundou em um convite para que Mariátegui proferisse um ciclo de conferências, num total de 17, sobre a “história da crise mundial”, na UPGP. Essas conferências, posteriormente, foram reunidas no livro *Historia de la crisis mundial* (ESCORSIM, 2006, p. 36).

Além desse ciclo de conferências, Haya de la Torre, no ano de 1924, entregou para Mariátegui a direção da revista *Claridad*. Isso ocorreu logo após a prisão e exílio a que foi submetido Haya de la Torre pelo governo Leguía, fato que se deu por Haya de la Torre ser um dos principais líderes de oposição. A revista *Claridad*, junto com a Universidade Popular González Prada, tinham se constituído em órgãos de divulgação das ideias de Haya de la Torre e, posteriormente, da APRA.

3.5 A APRA e suas tarefas

Se ao longo das formulações de Mariátegui sobre a caracterização do Peru, tanto do ponto vista do estágio de avanço das forças produtivas como do estágio de organização das classes sociais, há pontos de concordância com a análise de Haya de la Torre, o que os levou num primeiro momento a se aproximarem, por outro lado, o aprofundamento da análise que Mariátegui empreendeu da realidade do Peru, a partir de seu referencial marxista, acabou levando-os ao rompimento.

Haya de la Torre, em 1924, durante seu exílio no México, criou a APRA, organização que pretendia unir as diversas forças que lutavam contra o imperialismo no continente. Sua principal tarefa seria constituir a “Frente Única Internacional de Trabalhadores Manuais e Intelectuais (operários, estudantes, camponeses e intelectuais) com um programa comum de ação política”. Os fundamentos dessa organização, que Haya de la Torre denominou de “programa máximo” da APRA, eram expressos em cinco pontos gerais:

⁶⁰ Augusto B. Leguía governou de 1908 a 1912 e de 1919 a 1930, sendo este segundo período designado de oncenio pela historiografia peruana. (ESCORSIM, 2006, p. 18).

- 1º – Ação contra o imperialismo yanqui.⁶¹
- 2º – Pela unidade política da América Latina.
- 3º – Pela nacionalização de terras e indústrias.
- 4º – Pela internacionalização do Canal do Panamá.
- 5º – Pela solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo (HAYA DE LA TORRE, 1972, p. 3).

Esses postulados vão constituir-se nos pontos que sustentarão a proposta de transformação da APRA em um partido político. E justamente a partir dessa definição de Haya de la Torre de transformar a APRA, de um movimento que nasceu com o caráter para organizar os mais diversos movimentos e partidos numa frente anti-imperialista em um partido, é que Mariátegui rompe com ele, em junho de 1928. Um partido que nascia como mais um “partido nacionalista pequeno-burguês e demagógico” (MARIÁTEGUI apud LÖWY, 2005, p. 28).

O aprofundamento dos estudos que Mariátegui realizou sobre a realidade peruana demonstrou que a perspectiva apontada por Haya de la Torre estava equivocada, o que foi determinante para o seu afastamento da política traçada pelo fundador da APRA. Para Mariátegui, não era possível, a partir de alianças entre classes antagônicas, derrotar o imperialismo; já Haya de la Torre defendia que, mesmo com contradições entre essas classes, a dominação imperialista exercida nos países latino-americanos possibilitava a aproximação e alianças de classe.

Segundo Mariátegui, a construção da nação dar-se-ia a partir da transformação do Peru, bem como dos países que estivessem no mesmo patamar de desenvolvimento de suas forças produtivas, em sociedades socialistas. Sendo essa a luta a ser empreendida centralmente pelo proletariado urbano e camponês, era necessário que se compreendesse o papel do índio, que representava, naquele momento, mais de quatro quintos da população do Peru. Mesmo que para Haya de la Torre o indígena fosse considerado também como ponto de partida para o combate ao imperialismo, na visão de Mariátegui isso não possuía sustentação do ponto de vista histórico, pois, a partir da colonização

⁶¹ Haya de la Torre vai advertir que o postulado de “luta contra o imperialismo yanqui” não excluía a luta que a APRA teria que desenvolver no combate aos imperialismos, como o britânico, por exemplo. Vai justificar o lema de luta contra o imperialismo yanqui como fator de maior irradiação junto aos países do Caribe e América Latina que naquele momento viviam sob o jugo predominante do imperialismo estadunidense.

espanhola, passando pela república, o indígena não logrou sua integração à sociedade peruana. Afirmava Mariátegui:

A República significou para os índios a ascensão de uma nova classe dominante que, sistematicamente, se apropriou de suas terras. Numa raça com costumes e alma agrária, como a raça indígena, este despojar constitui-se numa causa de dissolução material e moral [...]. A servidão do índio, em resumo, não diminuiu sob a República [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 29 e 30).

Portanto, o discurso aprista da construção de uma Indo-américa era figura de retórica, pois as elites *criolla* e mestiça, que para Haya de la Torre seriam parte integrante da luta anti-imperialista, nunca buscaram integrar de fato o índio na suas respectivas sociedades.

O desafio posto por Mariátegui e que se diferenciava da perspectiva aprista era que, mesmo sem o desenvolvimento por completo do capitalismo no Peru, era necessário empreender as transformações com um caráter socialista. Isso só seria possível construindo a unidade entre o proletariado e o camponês indígena.

O combate ao APRA que Mariátegui realizou foi por conta da defesa da aliança de classes que o partido de Haya de la Torre passa a buscar para viabilizar sua estratégia. No seu estágio de partido, o APRA, mesmo tendo um discurso que incorporava conceitos do socialismo, como, por exemplo, a necessidade de as transformações poderem se dar pela via revolucionária, defendia que, após derrotado o imperialismo, as classes governariam em harmonia. Essa política de alianças de classes, para Mariátegui, não tinha como levar à socialização dos meios de produção, contradição que ele expressou da seguinte forma:

[...] as burguesias nacionais que vêem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de ganhos sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional [...] seria um grave erro pretender que, nesta camada social, vingue um sentimento de nacionalismo revolucionário [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196).

Para Mariátegui, a estratégia do APRA de luta anti-imperialista não tinha sustentação numa formação social como a peruana. Ao escrever o prólogo do livro *Tempestad em los Andes*, de Valcárcel, Mariátegui apontava:

A destruição do gamonalismo, ou do feudalismo, poderia ter sido obra da República, dentro dos princípios liberais e capitalistas [...] estes princípios não nortearam efetiva e plenamente nosso progresso histórico. Sabotados pela própria classe encarregada de aplicá-los, durante mais de um século foram impotentes para reabilitar o índio de uma servidão que constituía um fato completamente solidário com o feudalismo. Não se pode esperar que hoje, quando estes princípios estão em crise no mundo inteiro, de repente adquiram, no Peru, uma estranha vitalidade criativa [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 22 e 23).

3.6 As divergências de Mariátegui e Victor Raul Haya de la Torre

Mariátegui reconheceu pontos de concordância com determinadas análises que Haya de la Torre formulou sobre a realidade do Peru. Uma dessas declarações que Mariátegui fez foi sobre o livro de Haya de la Torre *Por la emancipación de América Latina*, apresentada da seguinte forma, após Mariátegui ter explicitado suas divergências com Haya de la Torre:

Encontro no livro de Haya de la Torre conceitos que coincidem absolutamente com os meus sobre a questão agrária em geral e sobre a comunidade indígena em particular. Partimos dos mesmos pontos de vista, de maneira que é forçoso que nossas conclusões sejam também as mesmas [...]. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 58).

A visão de Haya de la Torre sobre o papel das classes sociais e do índio no processo de enfrentamento com o imperialismo foi, sem dúvida, um dos principais motivos de divergência entre Mariátegui e Haya de la Torre. Para Haya de la Torre, o índio deveria ter um

protagonismo central na condução das transformações sociais no conjunto da América Latina e não só no Peru.

Para Haya de la Torre, mesmo com a superexploração a que o indígena era submetido no Peru, e que essa exploração fosse promovida pela aristocracia e pela classe dominante e se assentasse nos mecanismos e em associação com o imperialismo – tanto o imperialismo britânico como o estadunidense –, era necessária uma aliança, ou uma “frente única”, entre as classes no Peru para lutar contra o imperialismo.

Por sua vez, para Mariátegui, essa tese de aliança de classes que propunha Haya de la Torre inviabilizava-se porque não considerava que a aristocracia e a classe dominante peruana portavam-se e agiam com desprezo diante de tudo que representasse o nacional, incluindo-se nesse desprezo o racismo contra o índio.

Esse componente racista que Mariátegui ressaltou como um dos traços determinantes no comportamento da elite peruana foi expresso da seguinte forma: “[...] no Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, antes de tudo, brancos”. Mariátegui criticou permanentemente a postura do “pequeno burguês mestiço”, que tratava de imitar a postura da aristocracia e da classe dominante peruana no tratamento ao índio (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196).

Apontou também que, “enquanto o imperialismo não for obrigado a recorrer à intervenção armada e à ocupação militar, contará integralmente com a colaboração das burguesias” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 196). Portanto, a tese de uma aliança com a burguesia peruana para fazer frente ao imperialismo no Peru não prosperaria, porque a burguesia e as classes médias mantinham uma relação de subserviência em relação ao estrangeiro. Em relação ao componente racista da classe dominante peruana, enfatizou, no artigo “O problema das raças na América Latina”, o seguinte:

A raça tem, antes de tudo, esta importância na questão do imperialismo. Porém tem também outro papel, que impede assimilar o problema da luta pela independência nacional nos países da América com forte porcentagem de população indígena, o mesmo problema na Ásia ou na África. O elementos feudais ou burgueses, em nossos países, sentem pelos índios como pelos negros e mulatos o mesmo desprezo que os imperialistas brancos. O sentimento racial atua nesta classe dominante num sentido

absolutamente favorável à penetração imperialista. Entre o senhor e o burguês *criollo* e seus peões de cor, não há nada em comum. A solidariedade de classe, soma-se à solidariedade de raça ou de preconceito, para fazer das burguesias nacionais instrumentos dóceis do imperialismo ianqui ou britânico [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 169).

A partir dessa visão, Mariátegui vai construindo sua contraposição à política de frente única defendida por Haya de la Torre, baseada principalmente na leitura e interpretação do processo revolucionário chinês, o que o teria levado a acreditar e defender que o APRA seria o Koumintang latino⁶². Segundo Mariátegui, Haya de la Torre tentava transformar a luta anti-imperialista no centro de sua estratégia para a transformação do Peru. Mariátegui, por sua vez, defendia que o “antiimperialismo, por si só, não constitui nem pode constituir um programa político, um movimento de massas voltado para a conquista do poder” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 197).

Entre outras questões, o debate para definir qual a classe ou frações de classe, e qual o arco de alianças era compatível com um programa revolucionário de transformações, é que demarcou e aprofundou as divergências na estratégia formulada por ambos. A visão do processo de luta de classes que Mariátegui defendia enquanto concepção, bem como as informações e análises a respeito dos desdobramentos do processo de luta que ocorria naquele momento na China, onde a burguesia chinesa, conforme ele próprio caracterizava até determinado momento, possuía características nacionalistas, o levou a discordar da proposição de Haya de la Torre em relação à constituição de uma frente única.

Para Haya de la Torre, sob a liderança do APRA deveriam se reunir os índios, os mestiços, a classe dominante peruana e as classes médias para lutar contra o imperialismo.

⁶² O Koumintang – partido do povo – chinês, após a morte do seu principal líder, Sun Yat-Sen, em 1925, adotará uma política de frente nacionalista que lutava contra o regime feudal e os imperialismos que dominavam a China. Sob a liderança de Chiang Kai-Sheek, o Koumintang rompe com os setores comunistas, que até então faziam parte desta frente, e se submete aos interesses dos imperialismos, fortalecendo seus laços com a burguesia chinesa. O partido comunista chinês, que tem como sua principal liderança MaoTsé-Tung, vai liderar a derrubada do Koumintang do poder e a expulsão dos imperialismos da China. (HOBSBAWM, 1995, p. 449 e 450).

As divergências que Mariátegui sustentava em relação a Haya de la Torre basearam-se na sua análise do comportamento das classes na Revolução Mexicana, quando a burguesia e a pequena burguesia mexicana assumiram compromissos com o imperialismo estadunidense para frear o processo revolucionário.

Isso ocorreu a partir do momento em que a burguesia e a pequena burguesia mexicana passaram a apoiar uma política antirrevolucionária aceitando a tutela estadunidense⁶³. A partir dessa análise das duas revoluções, que tiveram ambas, em seu primeiro estágio, a participação da burguesia e pequena burguesia no combate ao imperialismo em seus países, e que tiveram a capitulação das burguesias ao imperialismo, é que se firmou a concepção de Mariátegui de que o processo da revolução não poderia se sustentar a partir de constituição de alianças entre classes historicamente antagônicas.

Mariátegui defendia que a burguesia e a pequena burguesia peruana fariam, no limite, apenas um enfrentamento retórico. Tal convicção baseava-se em uma análise marxista de que apenas a classe operária, e no caso do Peru em aliança com o indígena, é que realizaria o enfrentamento com o capitalismo, seja ele na sua forma imperialista ou não. Somente essa aliança seria capaz da construção do socialismo no Peru. Portanto, para Mariátegui, só o proletariado, juntamente com as massas indígenas, poderia liderar o processo de enfrentamento com o imperialismo.

Nesse sentido, é possível apontar que as divergências entre a análise de Mariátegui e Haya de la Torre/APRA estariam localizadas nos seguintes pontos:

1 – Mariátegui buscou resgatar o passado de organização dos povos originários do incaísmo, como a prática da produção e uso da terra de forma coletiva, o *ayllu*, não como uma busca por uma restauração incaica, mas sim como elementos que possibilitariam a organização de uma sociedade socialista, a partir de comportamentos que eram comuns na prática do indígena que era maioria do povo peruano, sem desprezar o contato já ocorrido entre o elemento europeu e o indígena e o que isso já teria produzido. Já Haya de la Torre apresentava o índio como a

⁶³ Essa tutela culminaria com o Tratado de Bucareli, firmado em 1923, que foi um acordo entre o México e os Estados Unidos. Oficialmente foi chamado de “Convenção Especial de Reclamações” por perdas alegadas por cidadãos ou sociedades dos Estados Unidos por causa das guerras da Revolução Mexicana.

síntese da identidade continental. Nega a influência europeia e, sobretudo a espanhola⁶⁴.

2 – Para Mariátegui, o caráter da revolução no Peru seria de uma revolução socialista, onde a classe operária, composta por indígenas, mestiços, *criollos*, imigrantes, em aliança com os camponeses indígenas, seriam a vanguarda deste processo, organizados sob um partido de clara definição socialista. Somente a luta contra a dominação imperialista não era suficientemente capaz de mobilizar o proletariado para a revolução. Já Haya de la Torre e o aprismo consideravam que o centro da luta se daria contra o imperialismo, e todos os setores que estivessem em contradição com o imperialismo deveriam estar unidos na luta para derrotá-lo.

3 – Mariátegui analisou a sociedade peruana a partir de sua constituição onde a burguesia e a pequena burguesia tinham desprezo pelo índio e que, portanto, não seriam capazes de aliar-se a estes para lutar contra o imperialismo. Já Haya de la Torre avaliava que a burguesia e a pequena burguesia peruana tinham contradições com o imperialismo. Estas eram as classes ou frações de classe que estariam em uma frente de combate ao imperialismo.

4 – Mariátegui afirmou que, mesmo que fosse possível, em um determinado contexto, a unidade entre a burguesia e a pequena burguesia com o proletariado, essa unidade não suprimiria as diferenças e os interesses de classe. Para Haya de la Torre, a busca não era pela eliminação das classes e sim pela derrota do imperialismo.

5 – Mariátegui viu na condução política de Haya de la Torre um viés autoritário e caudilhesco. Esse tipo de condução não foi aceito por Mariátegui. Haya de la Torre considerava a necessidade de uma liderança forte e a centralização das ações,

⁶⁴ A autora Karen Sanders afirma que essa posição de Haya de la Torre seria uma clara contraposição às concepções de Mariátegui. Diz Sanders: “Haya tenta fazer do elemento indígena o fundamento exclusivo da identidade continental, descartando por completo toda influência européia e, sobretudo, espanhola.” (SANDERS, 1997, p. 403).

não só no Peru, mas em todo o continente, sob sua liderança e do APRA.

A partir do rompimento com Haya de la Torre em 1928, Mariátegui tratou, juntamente com um conjunto de lideranças operárias, indígenas, estudantis e intelectuais, da construção de um Partido Socialista no Peru. A Mariátegui foi dada a tarefa de elaborar uma proposta de programa para esse partido (ver Anexo 1).

Nesse programa ele apontou as tarefas do partido e quais setores sociais deveriam fazer parte dele. Estava posto de forma cabal para ele que a construção de um processo de transformações no Peru se daria sob orientação do socialismo e a direção desse processo seria do proletariado peruano orientado pelo Partido Socialista. Não havia, portanto, sinalizações de aliança com a burguesia peruana. Mariátegui pretendia que o partido se constituísse enquanto instrumento de organização “das massas trabalhadoras da cidade, do campo e das minas e o campesinato indígena, cujos interesses e aspirações representamos na luta política” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 227).

3.7 A Revolução Mexicana e sua influência na luta de classes no Peru

Entender a Revolução Mexicana⁶⁵ era algo central para a compreensão do que se passava na América Latina. O seu significado foi tratado por Mariátegui no livro que ele chamou de *Temas de Nuestra América*. O que podemos ler das análises de Mariátegui acerca da Revolução Mexicana é uma preocupação em buscar pontos de contato entre essa revolução e os processos de lutas sociais no restante da América latina e em especial no Peru. Para isso, buscou avaliar as forças sociais envolvidas naquele processo, o comportamento dessas classes, principalmente do proletariado mexicano.

No entanto, a leitura de Mariátegui do processo da Revolução Mexicana se caracterizou pela ausência de duas importantes lideranças – Emiliano Zapata e Francisco Villa – e do papel que cumpriram na primeira etapa da mesma, o que se constitui numa lacuna de sua obra.

⁶⁵ A Revolução Mexicana tem seu primeiro período de 1910 a 1917, quando ocorre sua etapa de luta armada. Em 1917 se promulga a constituição Mexicana, que criaria uma nova ordem jurídica, em que ficou configurado o conteúdo de massas dessa revolução.

Essa ausência, principalmente de Zapata, líder camponês de origem indígena e oriundo de uma região – sul do México – onde sua população era predominantemente camponesa e indígena, fragilizou sua análise sob esse importante aspecto, que guardava substancial similaridade ao processo de exploração a que eram submetidos os indígenas peruanos e que foi um dos objetos centrais de seus estudos.

Isso direcionou sua análise do processo da Revolução Mexicana, levando-o demasiadamente a preocupar-se com o comportamento e os movimentos dos setores burgueses, pequeno-burgueses e do nascente proletariado mexicano. A ausência de Francisco Villa e Emiliano Zapata em sua leitura pode ter ocorrido pelo fato de figurarem como lideranças do primeiro momento da Revolução – período tido como do conflito armado. Ambos – Villa e Zapata – foram alvos de uma brutal campanha de difamação pelo imperialismo mundial e principalmente estadunidense. Foram traídos, perseguidos e assassinados⁶⁶ a mando das lideranças revolucionárias mexicanas que se aliaram ao imperialismo estadunidense na perspectiva de sufocar o caráter popular do movimento. Além disso, Mariátegui estava privado de fontes confiáveis de informação sobre o processo da Revolução Mexicana. Isso possivelmente fez com que ele não conseguisse identificar o caráter popular, camponês, indígena e anti-imperialista daquela revolução e a complexidade dos desdobramentos que ocorreram. Essa leitura está expressa na sua obra quando analisou a Revolução em um conjunto de artigos que se concentraram no período da década de 1920.

Mesmo assim, afirmou que a importância dessa revolução no continente americano e em nível mundial teria sido sentida de diversas formas, sob o ponto de vista do pavor que gerou nas oligarquias agrárias e no nascente imperialismo estadunidense, responsáveis pela tentativa de perpetuação da exploração feudal da terra do Rio Grande até a Terra do Fogo.

A Revolução Mexicana se caracterizou por levantar “os de baixo”, que buscavam a reparação pelos séculos de exploração a que foram submetidos. O transbordamento desses séculos de opressão redundaram em centenas de milhares de mortes. Mas se tais mortes foram contadas em maior número nas fileiras dos de sempre, outras tantas, e com um significado de justiça popular, foram levadas a cabo nas hostes dos grandes oligarcas mexicanos.

⁶⁶ Emiliano Zapata foi assassinado em 1919 e Francisco Villa em 1923.

O impacto dessa revolução e irradiação de seus desdobramentos para os povos oprimidos do mundo inteiro e para o continente americano foi o que mais preocupou o imperialismo.

Ao analisar os desdobramentos da Revolução Mexicana no ano de 1924, quatorze anos depois de seu início, Mariátegui afirmou que a mesma fazia parte da “revolução mundial”. Ele a descreveu como “tendo formas e cores locais, porém suas raízes se fundem à complexa interioridade das crises de seu tempo” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 424). Afirmou que a Revolução Mexicana tinha alcance e caráter universal, e, mesmo avaliando ter sido uma revolução democrático-burguesa, ele preocupou-se em tirar dela o aprendizado para o processo de organização do proletariado e, principalmente, dos camponeses indígenas peruanos contra a exploração a que estavam submetidos. Além disso, o que interessa a este trabalho na leitura da obra de Mariátegui é que um processo revolucionário, como representou a Revolução Mexicana, poderia se localizar no curso da construção da nação.

Ao avaliar o papel que o governo Porfírio Díaz⁶⁷ cumpriu no processo de espoliação do indígena, Mariátegui procurou levantar quais os pontos de contato entre os processos de exploração e usurpação das terras dos indígenas que ocorriam em toda a América hispânica e especificamente no Peru. Sobre a forma com que o capital estrangeiro no México se beneficiava da ação do governo Díaz, Mariátegui afirmou:

A política de Díaz foi uma política essencialmente plutocrática. Astutas e espertas leis despojaram o índio mexicano de suas terras em benefício de capitalistas nacionais e estrangeiros. Os ejidos, terras tradicionais das comunidades indígenas, foram absorvidos pelos latifúndios. A classe campesina tornou-se totalmente proletarizada. Os plutocratas, os latifundiários e sua clientela de advogados e intelectuais constituíam uma facção estruturalmente análoga ao civilismo peruano, que dominava com o apoio do capital estrangeiro o país feudalizado [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 424).

⁶⁷ Chefe de Estado mexicano de 1876 até 1911.

Para Mariátegui, essa política plutocrática levada a cabo pela ditadura de Porfirio Díaz teria desembocado na Revolução. As massas se levantaram contra o aprofundamento dessa política da oligarquia mexicana da expropriação das terras dos indígenas e dos camponeses.

Mariátegui analisou a Revolução Mexicana partindo de uma avaliação de que essa revolução teve um caráter democrático-burguês e que, portanto, o temor que inicialmente ela poderia ter levantado, tanto nas burguesias latino-americanas como no imperialismo norte-americano, não necessariamente teria um alcance maior, pois a estrutura da economia não seria transformada no México. Essa análise estava em consonância com a avaliação dos comunistas latino-americanos que, por sua vez, orientavam-se pelas deliberações da Internacional Comunista⁶⁸.

Para Julio Antonio Mella, fundador do Partido Comunista Cubano, “os comunistas ajudarão, ajudaram até agora – México, Nicarágua etc. –, os movimentos nacionais de emancipação, ainda que estes tenham uma base burguês-democrática” (MELLA, 1999, p. 99). Mella apoiava-se nas teses que Lênin defendeu para tratar a questão das lutas de libertação nacional e que tinham um conteúdo anti-imperialista. Esse tipo de orientação era, segundo a leitura dos comunistas, para buscar preservar a independência do proletariado em relação às alianças com as burguesias e pequena burguesia.

No entanto, era possível, em momentos de enfrentamento ao imperialismo e seus aliados nacionais, fazer parte da política de Frente Única. Se por um lado esse tipo de orientação da Internacional Comunista abria a possibilidade de alianças táticas entre o movimento proletário e as burguesias para lutar contra o imperialismo, por outro, demonstrava mais um ponto de divergência entre Mariátegui e a política do APRA, que na sua proposta política de luta contra o imperialismo não buscava resguardar a autonomia e independência do movimento proletário dentro de seus países. Para Mariátegui, a proposta de aliança de classe para lutar contra o imperialismo proposta pelo APRA levaria a uma fragilização das forças do proletariado. O exemplo da traição da

⁶⁸ “A Internacional Comunista deve apoiar os movimentos nacionais de libertação [embora tenham uma base, como todos a têm, democrático-burguesa. N. do A.], nos países atrasados e nas colônias, com a condição de que os elementos dos futuros partidos proletários, comunistas não só no nome, se agrupem e se eduquem na consciência de suas próprias tarefas diferentes, tarefas de luta contra os movimentos democrático-burgueses dentro das nações. A IC deve se aliar temporariamente à democracia burguesa das colônias e dos países atrasados, mas sem se fundir com ela e salvaguardando expressamente a independência do movimento proletário, mesmo em seus elementos mais rudimentares.” (LÖWY, 1999, p. 99).

burguesia mexicana ao aprofundamento da Revolução foi ilustrativo para sustentar a visão de Mariátegui contra a política do APRA.

Mariátegui, quando realizou sua análise sobre a Revolução Mexicana, estava pautado pela orientação leninista da Internacional Comunista e sua leitura das limitações dessas revoluções de caráter democrático-burguês. Nesse sentido, sustentou que a revolução que se processara não teria garantido que o proletariado, que ele definia como principal protagonista no processo de transformação socialista, “exercesse seu direito de lutar autonomamente pelo socialismo” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 439). Essa avaliação de Mariátegui também se baseava no comportamento das lideranças sindicais mexicanas e, por consequência, das suas organizações e seu atrelamento aos sucessivos governos pós-revolução.

Ao referir-se ao papel da Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), criada a partir da Revolução, a caracterizou como tendo uma organização e uma política vacilante diante da radicalização que caracterizou a Revolução. Isso levou Mariátegui a apontar que os avanços que se produziram a partir dos governos de Álvaro Obregón e Plutarco Elias Calles⁶⁹ teriam ocorrido em virtude de “um pacto tácito entre a pequena burguesia insurgente e a organização operária e camponesa para colaborar no terreno estritamente reformista” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 432). O que se conclui, a partir dessa avaliação de Mariátegui, é que os governos revolucionários, pela sua composição predominantemente de burgueses, não buscaram romper de forma mais radical com a ordem capitalista e sim reforçavam sua condução no processo da revolução, alijando o campesinato indígena e as forças populares da condução da mesma.

Já Haya de la Torre, ao analisar a formação econômica do México, afirmava que o que predominava em sua estrutura era um regime feudal de exploração da terra. Dessa forma, era necessário desfeudalizar a economia e alterar a estrutura fundiária que privilegiou a concentração da terra, modelo que tinha associação direta com o imperialismo. Para isso, somente uma política de aliança de classes poderia combater aquela situação.

Haya de la Torre apontava as classes médias como potenciais organizadoras de um Estado anti-imperialista a partir da revolução. Via na classe média a fornecedora de quadros intelectuais capazes de organizar esse Estado anti-imperialista, motivo pelo qual era necessário

⁶⁹ O governo de Álvaro Obregón ocorreu de 1920 a 1924, e o de Plutarco Elias Calles de 1924 a 1928.

construir essa aliança. Para Haya de la Torre, “a ciência e a experiência, acumuladas pelas classes médias de nossos países, devem ajudar o movimento emancipador de seus povos. Assim, o papel das classes médias dentro do estado anti-imperialista deve ser indispensável como papel cooperador” (HAYA DE LA TORRE, 1972, p. 114).

Haya de la Torre buscou analisar a Revolução Mexicana a partir da construção da luta anti-imperialista e sustentava que um dos acertos desse processo revolucionário era justamente a unidade de classes, possível de se configurar a partir desse ponto em comum. Assim, a organização de um partido se efetiva quando realiza a tarefa de atrair para suas “filas” as classes ameaçadas pelo imperialismo, o que já estaria logrando um grande passo para a constituição da Frente Única, que era o “único e efetivo instrumento de luta contra o imperialismo” (HAYA DE LA TORRE, 1972, p. 111).

Por sua vez, Mariátegui, quando analisou a Revolução Mexicana, o fez justamente buscando entender como uma revolução com a envergadura e importância que teve e continuava a representar, para o conjunto dos povos oprimidos, encontrava-se, no momento em que ele escrevia, com sua marcha paralisada em direção a uma radicalização total em termos da socialização dos meios de produção.

Mesmo assim, Mariátegui não deixou de destacar vários elementos de avanços em direção a uma radicalização daquele processo, como, por exemplo, alguns pontos da constituição mexicana que, sete anos depois de iniciado o processo da Revolução, foi aprovada com o que Mariátegui destacaria como um dos seus pontos fundamentais: “a nacionalização da propriedade da terra e o reconhecimento dos direitos do trabalho” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 428). Nesse sentido, soube apontar e valorizar o avanço em relação à nacionalização das terras, levando em conta o que tinha sido o governo de Porfirio Díaz e o papel que cumpriu enquanto garantidor da concentração das terras tanto nas mãos dos capitalistas mexicanos quanto nas mãos de capitalistas estrangeiros.

Porém, mesmo apontando os avanços que ocorreram no processo da Revolução Mexicana, para ele ficou demonstrada sua tese em relação ao posicionamento das burguesias, ao papel de classe dominante de não se comprometer em levar a cabo uma aliança com o proletariado e os camponeses que pudesse significar uma maior radicalização em direção à socialização dos meios de produção e da terra.

Essa análise, a partir da leitura de Mariátegui sobre como agiam as classes dominantes latino-americanas, nos possibilita afirmar que os modos de operar das burguesias mexicana e peruana guardavam

semelhanças, pois ambas tiveram um comportamento servil diante do imperialismo e, portanto, não poderiam pretender liderar projetos de nações soberanas.

A aliança entre setores da oligarquia liberal dissidente, uma jovem burguesia e alguns setores médios com o campesinato e o proletariado, que começava a surgir como classe, se forjou inicialmente para combater os setores oligárquicos mais atrasados que eram representados por Porfírio Diaz e que não queriam abrir mão do controle do Estado. A partir da derrubada de Porfírio Diaz, a “aliança de classe” entre os setores representantes da burguesia e da oligarquia liberal com o campesinato e o proletariado foi traída nos seus princípios. É a partir desses elementos que Mariátegui reforçou sua tese de que uma política de alianças de classe na América Latina não era possível.

3.8 Socialismo, Indigenismo e Anti-imperialismo no pensamento de Mariátegui

Mariátegui começou a tomar contato com as ideias socialistas a partir de 1918, através de seu envolvimento com as agitações operárias do final daquela década e da criação da revista *Nuestra Época*, junto com outros intelectuais como Abraham Valdelomar, César Falcón, Felix del Valle e César Vallejo, quando iniciava sua trajetória de intelectual e militante socialista.

Inicialmente essas influências das ideias socialistas teriam sido fruto dos debates com libertários e anarco-sindicalistas, bem como com as ideias de Manuel Gonzalez Prada, que viria a influenciar de maneira determinante a construção da visão de Mariátegui em relação ao papel do indígena na construção da nação e da realidade peruana. Gonzalez Prada é o construtor e o “inspirador do indigenismo” (SANDERS, 1997, p. 197), o que é preponderante na obra política de Mariátegui e que deu sustentação ao conceito de socialismo indo-americano formulado por ele. O conceito de socialismo indo-americano passa a ser o fio condutor da obra de Mariátegui quando este colocou a si próprio a tarefa a interpretação da realidade peruana, após seu retorno da Europa, a partir do referencial marxista que adotou.

Mariátegui, ao escrever o artigo “Aniversario y balance” na revista *Amauta*, afirmava que

[...] não queremos, certamente, que o socialismo seja na América Latina decalque ou cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 261).

A análise que Mariátegui construiu se deu a partir de um referencial socialista, mas, para além disso, agregou o paradigma do indo-americanismo. Afirmou, assim, que os marcos teóricos do socialismo até aquele momento precisariam ser trazidos e aplicados a partir da realidade peruana. Não aceitava a possibilidade de sobrepor realidades. Por sua filiação ao socialismo marxista, Mariátegui tinha a clareza de que esse método de análise da realidade era “inteiramente apoiado na realidade” e portando não era “um corpo de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e de todas as latitudes sociais” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 206). O indígena e o referencial histórico do incaísmo passam, assim, a sustentar o conceito de socialismo indo-americano de Mariátegui.

Para ele, a classe social que tinha como tarefa liderar o processo de transformação social no Peru teria de ser conformada pela grande massa de indígenas que não necessariamente estavam nas fileiras do proletariado peruano, mas que representavam quatro quintos da população do país naquele momento. Portanto, a transformação da sociedade peruana só seria concretizada se o índio estivesse junto e ocupando o espaço que era seu por direito, mas que não o ocuparia sem lutar.

Quando Mariátegui polemizou com o escritor serrano Luis Alberto Sanchez⁷⁰ acerca da definição do indigenismo, ele fez sua defesa da concepção de um indigenismo socialista da seguinte forma:

O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as

⁷⁰ Escritor peruano com quem Mariátegui vai travar polêmica a respeito da questão indigenista. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 247).

reivindicações indígenas [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 249).

No debate que travou com esse intelectual peruano, além de reafirmar que sua análise da realidade peruana estava alicerçada numa concepção socialista, Mariátegui sustentou a ideia de que somente através da incorporação do indígena de forma plena na sociedade peruana é que se constituiria o socialismo no Peru e somente no socialismo se configuraria a nação de forma plena e soberana.

Denunciou de forma permanente o papel do índio que ficou a margem do processo de transformação da sociedade. Essa denúncia apontava que a condição em que se encontravam as “raças indígenas” era de um “estado clamoroso de atraso e de ignorância pela servidão que pesa sobre elas deste a conquista espanhola” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 167). Para Mariátegui, o problema das raças não poderia servir para encobrir a questão da exploração do indígena no que lhe era mais importante para sua existência, que era o acesso à terra. Segundo ele, a solução seria a total liquidação da feudalidade que ainda era dominante em grande parte das relações sociais no Peru.

As condições de exploração às quais estavam submetidos os índios em toda a América Latina eram reflexo da colonização espanhola, situação que se mantinha mesmo depois da independência. Somente profundas alterações na estrutura econômica é que poderiam garantir que o indígena deixasse a sua condição de servo.

O racismo era utilizado pelas classes dominantes – primeiro o espanhol, depois o *criollo* – para justificar a “inferioridade” da raça indígena, o que, segundo Mariátegui, promovia a intensificação da sua exploração pelas grandes propriedades agrárias sob um regime feudal. Para Mariátegui, esse sistema de exploração a que foi submetido o indígena era uma necessidade dos grandes proprietários de terras para sustentar o caráter da “inferioridade da raça indígena” e eles não tinham interesse em alterar tal situação. Isso favoreceria o “imperialismo ianqui e inglês”, pois “o valor econômico das terras seria muito menor, se com suas riquezas naturais não possuísse uma população indígena atrasada e miserável a que, com a convivência das burguesias nacionais, é possível explorar extremamente” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 169).

O racismo contra o indígena se expressava de duas formas: uma dentro da própria sociedade peruana, levada a cabo pela burguesia e pelos grandes proprietários de terras; e a outra a partir da exploração que era perpetrada pelo imperialismo no Peru.

Tendo clareza do componente racista a que era submetido o indígena no Peru, tanto da parte da burguesia como do imperialismo, Mariátegui, para além de procurar compreender como se dava a reprodução desse processo e sua perpetuação, buscou apontar, entre outros, o caminho da organização das classes trabalhadoras. Na sua perspectiva, já estavam dadas as condições para que o proletariado e suas organizações construíssem um instrumento que visasse articular essas lutas. Tendo como central o papel do indígena em sua formulação do socialismo com feições peruanas, Mariátegui contribuiu para organização dos socialistas peruanos de forma decisiva.

Teve um papel destacado na fundação do Partido Socialista do Peru e da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (ver Anexo 2). O partido foi fundado em 7 de outubro de 1928 e a confederação em 17 de maio de 1929. O partido socialista já nasceu em meio à polêmica travada entre Mariátegui e Haya de la Torre. Como já referido anteriormente, Haya de la Torre defendia que o caráter central da luta nos países latino-americanos era contra o imperialismo e que, portanto, o partido a ser construído tinha de incorporar as classes que apresentavam contradições com a dominação imperialista e que deveriam estar juntos nesta “Frente Única”, desde os socialistas revolucionários até a burguesia e pequena burguesia nacionalistas, o que Mariátegui rejeitava.

Ao ser encarregado pelo Comitê Organizador do partido de elaborar os princípios programáticos do Partido Socialista Peruano, Mariátegui acentuou claramente que o socialismo a ser construído no Peru não partiria de uma política de unidade de classes. A classe que tinha como missão ser a vanguarda desse processo era o proletariado. Isso ficou consolidado nos princípios programáticos do Partido Socialista Peruano, em que Mariátegui, a partir da análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo, tanto em nível mundial como na América Latina, posicionava o Peru dentro dessa ordem, que, segundo ele, era a fase do imperialismo, em que a economia aprofundava seu caráter internacionalista. No item 3 do programa do Partido Socialista, analisou o acirramento das contradições da economia capitalista e apontou:

[...] o capitalismo desenvolve-se num povo semifeudal, como o nosso, num momento em que, chegada a etapa dos monopólios e do imperialismo, toda a ideologia liberal, correspondente à etapa da livre concorrência,

deixou de ser válida. O imperialismo não permite a nenhum destes povos semicoloniais, que explora como mercado para seu capital e para suas mercadorias e como fonte de matérias-primas, um programa de nacionalização e industrialismo. Obriga-o à especialização, à monocultura. (petróleo, cobre, açúcar, algodão, no Peru). As crises derivam desta rígida determinação da produção nacional por fatores do mercado mundial capitalista [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 225).

A partir desse diagnóstico do estágio de desenvolvimento do capitalismo, incorporado aos princípios programáticos do Partido Socialista do Peru, afirmava a consolidação da visão de que o caráter das transformações teria de ocorrer a partir da luta revolucionária. Esse momento teria de ser compreendido como uma etapa de luta contra o

[...] capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, das guerras imperialistas pela monopolização dos mercados e das fontes de matérias-primas. A práxis do socialismo marxista neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e dos monopólios [...]. (MARIÁTEGUI, 1994, p. 225).

Nota-se que, ao imprimir a sua concepção na formulação do programa do Partido Socialista Peruano, Mariátegui identificava de forma clara que o imperialismo, no seu estágio monopolista, impedia que os povos, e portanto as nações dependentes, rompessem com tal dependência afirmando um projeto autônomo, com uma indústria própria e um mercado voltado para as necessidades internas.

No ano seguinte à fundação do Partido Socialista Peruano, Mariátegui seria encarregado de elaborar os Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru. Na mensagem que apresenta o estatuto já era destacada a necessidade da unidade entre as organizações operárias e camponesas, bem como as comunidades indígenas. No texto do estatuto da Confederação, quando trata do “comitê executivo”, consta que este teria de ser composto por um “secretário geral, um secretário de exterior, um secretário de propaganda, um secretário de assuntos camponesinos, um *secretário de assuntos indígenas* (o grifo é meu), um

secretário de atas, um tesoureiro e um contador” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 214).

A formulação desse artigo do estatuto da Confederação destacava claramente a necessidade da unidade do conjunto dos trabalhadores (o operário e o camponês com a incorporação do indígena) e a importância estratégica que Mariátegui via nisso.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP), fundada em 1929, revelava, para a organização da classe trabalhadora do Peru, um certo atraso, porém, mesmo com esse “atraso”, já nascia com uma configuração que expressava o conjunto das classes antagônicas ao capitalismo. O que é importante salientar é que a CGTP já surgiu com uma leitura de que as lutas a serem travadas tinham de, necessariamente, incorporar os trabalhadores indígenas. Além do que, era determinante, para a luta política e para a construção do socialismo no Peru, compreender suas especificidades. A concepção de Mariátegui perpassava toda essa construção.

Mariátegui orientou grande parte do seu trabalho de intelectual para a construção da organização do proletariado peruano e das massas indígenas. Para isso, sua produção teórica teve como preocupação o objetivo de apontar a situação de exploração a que estava submetida a maioria da população peruana desde a chegada dos conquistadores, passando pelo período das lutas de independência até a conjuntura em que estava inserido.

Mesmo tendo tido uma vida curta e enfrentado perseguições políticas ao longo de sua trajetória militante, além de uma luta permanente contra uma saúde frágil, Mariátegui deixou um legado de formulações que apresenta grande potência para interpretação das realidades da maioria dos países da América Latina. A luta anti-imperialista, para Mariátegui, deveria estar combinada e ao mesmo tempo subordinada à construção do socialismo no Peru, e o seu projeto de nação só se realizaria no socialismo. Por isso, afirmou que “não é possível ser realmente nacionalista e revolucionário sem ser socialista”.

Os principais artífices para construir e levar adiante tamanha tarefa eram o proletariado em aliança com o indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, para além de possibilitar o aprimoramento da pesquisa acadêmica, tem a pretensão de provocar o resgate e também, para alguns, apresentar o pensador e intelectual peruano José Carlos Mariátegui, inserindo-o no debate das ciências sociais na Universidade Federal de Santa Catarina. Ao tomar contato com as ideias de Mariátegui, apresentadas principalmente na sua obra capital – *7 ensaios de interpretação da realidade peruana* –, pude constatar aquilo que os estudiosos da obra deixada por Mariátegui atestam: a originalidade do pensamento desse peruano.

Ao buscar contato com o conjunto da sua obra, descobri que, na sua versão completa, não era encontrada em nossa Universidade, onde, além do livro *7 ensaios...*, havia apenas mais dois outros que buscam apresentar Mariátegui através de uma compilação de alguns de seus textos, mas que está longe de se aproximar do conjunto de sua obra. Para a pesquisa, então, foi necessário importar a obra completa. Vencida a etapa da importação, me deparei também com a restrita bibliografia sobre a história latino-americana em nossa biblioteca.

Isso talvez já tivesse sido suficiente para que eu desistisse do tema a que estava me propondo a estudar e trazer à baila – o conceito de nação apresentado por José Carlos Mariátegui, tema que considero caro e árduo de ser enfrentado por dois motivos: 1) não existe uma concepção de nação e sim muitas ideias de nação, principalmente quando nos referimos à formação das nações na América Latina; 2) nos dias atuais, o pensamento hegemônico busca a todo custo deslegitimar as nações, principalmente quando se trata de associar nação a autonomia e soberania dos povos. Uma, entre tantas consequências disso, é o pequeno número de pesquisadores e material sobre o assunto. O que prepondera nestes tempos é o livre trânsito de capitais e mercadorias; nunca de pessoas e ideias. A soberania não pode se contrapor aos interesses dos grandes monopólios. Portanto, pesquisar sobre nação é assunto que não recebe muita atenção. Não é tema da moda.

Uma das principais questões que nos revelou o pensamento de Mariátegui e que implicou na construção das nações de colonização espanhola foi a negação permanente, por parte dos colonizadores, da existência de povos com uma organização social, política e cultural antes de sua chegada. Esse processo de negação fez com que a formação de nações a partir da combinação de culturas não fosse completada. O

sentimento de superioridade permaneceu por parte do colonizador espanhol e seus descendentes nascidos na América.

O componente racial acabou por determinar a constituição das nações no continente americano. Os colonizadores espanhóis, para garantir o máximo de exploração das riquezas nos territórios por eles conquistados, tiveram de aliar, no processo de dominação, força e componentes subjetivos. No primeiro momento isso foi obra da religião da “Cruz”. Depois esses mecanismos de dominação foram se aperfeiçoando, com a educação, o ordenamento jurídico e a imposição de sua cultura europeia.

Mariátegui, quando retornou da Europa, após o exílio compulsório a que foi submetido, pisou em solo peruano convicto de que a chave para entender seu país estava em conseguir demonstrar o que as elites *criollas* e mestiças se negavam a admitir: que a nação peruana só seria completada quando os indígenas peruanos, que eram maioria, ocupassem todos os espaços na sociedade. Que a nação só se completaria com o fim da exploração de uma minoria sobre a maioria. Que a história do Peru tinha de ser reescrita incorporando a história dos povos originários, sua organização social, seu conhecimento, sua forma de vida em coletividade.

Suas análises sobre os diversos aspectos da formação social do Peru sempre tinham como eixo o índio. Quando analisou a questão da terra e a importância que tinha para a vida do indígena peruano, tomou para si a tese da forma “comunista” que tinha o uso da terra nas organizações incaicas e pré-incaicas. Além disso, precisou definir os mecanismos que eram dominantes naquele momento. Conseguiu, de forma precisa, identificar que o Peru já estava inserido na cadeia de dominação do imperialismo. Apontou que o predomínio do capitalismo britânico perdia espaço e que os Estados Unidos assumiam a hegemonia da dominação imperialista no continente latino-americano e, por consequência, no Peru.

No entanto, por si só, a identificação do papel que o Peru cumpria na cadeia de domínio do imperialismo não conseguia explicar o atraso em que se encontrava o país e, conseqüentemente, o desenvolvimento da nação. Mariátegui identificou, contra a visão eurocêntrica, que o Peru, para além de já estar inserido no processo de dominação imperialista, não podia ser considerado um país onde as relações econômicas e sociais eram predominantemente capitalistas. Para Mariátegui, o Peru era um país que tinha parte de suas relações econômicas e sociais dominadas pelo feudalismo. Isso não só implicava o seu atraso e

dependência econômica, mas era certamente o que não permitia que a nação peruana se completasse.

De 2 a 4 de outubro de 2008 foi comemorado, em Lima, os 80 anos da elaboração do livro *7 ensaios de interpretação da realidade peruana* com um Simpósio Internacional (Anexos 3 e 4). Com um convite feito pela comissão organizadora, através da Senhora Sara Beatriz Guardia e pelo senhor Sandro Mariátegui Chiappe, filho de José Carlos Mariátegui, que presidiu o Simpósio, tive a oportunidade de participar do evento. Foram três dias de apresentações e debates sobre a obra de Mariátegui. Nesse simpósio que contou com a participação de vários pesquisadores da sua vida e obra, de várias partes da América Latina, Central e Europa (Venezuela, Equador, Argentina, Brasil, México, França, Itália, Alemanha), e de um grande número de pesquisadores de várias regiões do Peru, foi possível travar contato com uma significativa quantidade de visões sobre o legado de Mariátegui.

O simpósio contou com a audiência de militantes sociais peruanos e da região andina da América Latina, com predominância de organizações indígenas. Pude travar contato com setores que classificaria como pertencentes à esquerda tradicional, identificada com o marxismo, em vários matizes, até setores que podem ser matizados como conservadores, no sentido de não verem na obra de Mariátegui uma proposta de transformação revolucionária.

As diversas leituras da obra de Mariátegui, principalmente no Peru, me chamou a atenção. Digo isso porque Mariátegui, sempre que foi questionado sobre sua opção ideológica, sempre fez questão de afirmar que era um socialista “convicto e confesso”. Seu instrumental de análise da sociedade era o marxismo. Para ele, o processo da luta de classes no Peru e seus desdobramentos explicavam o estágio de desenvolvimento da sociedade peruana.

Os temas abordados nesse Simpósio Internacional versaram sobre questões de método, socialismo, a questão indígena e a centralidade que esse tema ocupa na obra de Mariátegui, assim como a questão cultural que perpassa toda a obra e a vida do autor.

Pude constatar a importância de Mariátegui para os peruanos no momento em que embarquei no táxi que me transportaria para o hotel onde me hospedaria nos dias em que estive em Lima. O motorista me pergunta sobre o que eu vinha fazer no Peru e, ao dizer-lhe que estava ali para uma atividade comemorativa da obra de Mariátegui, o mesmo demonstrou logo seu conhecimento tanto de Mariátegui como de sua obra e discorreu sobre a importância desse peruano na história de seu país.

Tive a oportunidade de experimentar outras vezes, ao longo de minha permanência em Lima, que foi de 10 dias, outros diálogos semelhantes ao que tive com o taxista, e ao citar Mariátegui não encontrei ninguém que dissesse desconhecer-lo. A viagem a Lima para o Simpósio também me possibilitou acessar material para este trabalho. Pude consultar as bibliotecas da Universidad de San Marcos, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Instituto de Estudios Peruanos (IEP).

Outro aspecto que julgo relevante para a conclusão do meu trabalho foi, com a viagem a Lima, poder travar contato com pesquisadores da obra de Mariátegui. Eu, que estava iniciando estudos sobre a obra desse intelectual latino-americano, pude constatar a sua vigência e atualidade, e que existem várias interpretações da mesma, o que aumenta sua importância e seu alcance. Além disso, pude constatar ainda que sua obra pode e deve ser explorada pelas ciências humanas em nosso continente, principalmente.

O que Mariátegui demonstrou, a partir de uma leitura marxista, sem cair nos dogmatismos vigentes dentro das organizações de esquerda de sua época, a respeito da complexidade da sociedade peruana, está servindo como fonte consistente para compreender a luta de classes e seu estágio atual na região andina de nosso continente, principalmente porque ela precisa ser desvendada em uma de suas facetas, a de componente racista. Isso apresenta profunda atualidade em relação às realidades boliviana, equatoriana e peruana. Exemplo disso são os recentes ataques, com clara conotação racista, ao presidente indígena boliviano Evo Morales, por parte da classe dominante daquele país, em associação com o imperialismo estadunidense.

Mariátegui apontou em sua obra, já na década de 20 do século passado, que a sociedade peruana, que era formada majoritariamente pelos povos originários, denominados de índios pelo conquistador, só poderia se constituir em uma nação se estes fossem de fato incorporados em sua construção. A nação peruana, portanto, tinha de ser formada pela combinação da história dos povos originários, do conquistador/colonizador, dos povos que para o Peru foram levados ou que buscaram lá se instalar, dos negros que foram levados como força de trabalho escravo. A nação seria fruto da combinação de todos estes elementos.

Seu esforço intelectual e militante foi incansável na busca por demonstrar a riqueza da cultura e da história dos povos originários, que sofreram e continuavam sofrendo toda a sorte de exploração e exclusão do acesso à terra, a qual se constituía como elemento central para a

sobrevivência das comunidades indígenas. O império inca, uma das sociedades mais bem estruturadas de toda a história da humanidade, foi a expressão dessa organização.

Resgatar esse passado, para Mariátegui, não deveria significar uma volta pura e simples àquela forma de organização. O que ele propôs era que elementos como o coletivismo, o meio de convivência social dos povos originários, suas técnicas avançadas de cultivo e relação com a terra pudessem ser valorizados e resgatados.

O colonialismo a que o Peru foi submetido da conquista até a república deveria ser rompido.

Já atingindo sua maturidade política, quando escreve o que iria constituir-se no livro *Ideologia e política*, em 1927, três anos antes do seu falecimento, Mariátegui afirmou que a ideia de nação ainda não tinha se cumprido para os povos colonizados. Portanto, era fundamental para o povo peruano construir a nação. Para isso, o povo teria de lutar contra a dominação imperialista a que estava submetido.

A soberania do povo peruano deveria ser a busca que a sociedade tinha de empreender. Mas essa soberania só seria conquistada se a sociedade passasse a se enxergar como uma sociedade que, a despeito de suas várias origens étnicas, conseguisse se conformar num só povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. **José Carlos Mariátegui** – redescobrir a América. São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção Encanto Radical.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 2005.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo** – una civilización negada. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez (Orgs.). **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec; Ed. da USP, 1979.

_____. **José Carlos Mariátegui**. Tradução: Manoel L. Bellotto e Anna Maria M. Corrêa. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/189.pdf>>.

BRUCKMANN, Mônica. **Dialética e imprensa revolucionária em José Carlos Mariátegui**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro.

BRUIT, Héctor H. **A invenção da América Latina**. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf>.

CARUSO, Raimundo C.; CARUSO, Mariléa M. Leal. **Bolívia – jakaskiwa**. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COLLIER, Simon. **O Chile da Independência à Guerra do Pacífico**. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARING, Clarence H. Metais preciosos: a comercialização e seus efeitos sobre a economia colonial. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos**. São Paulo: Hucitec; Ed. da USP, 1979.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raul. **El imperialismo y el APRA**. Cuarta edición. Lima: Amauta, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPLAN, Marcos. **Formación del estado nacional en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1983.

KLARÉN, Peter F. **Nación y sociedad en la historia del Peru**. Lima: IEP – Instituto de Estudios Peruanos, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1985.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LÖWY, Michael. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. Seleção e introdução.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução: Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. Prefácio: Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Coleção Esta América.

_____. **Mariátegui total**. Lima: Biblioteca Amauta, 1994. Tomo I. Primera edición conmemorativa del centenario del nacimiento de José Carlos Mariátegui.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Apresentação de Fernando Peixoto e Introdução de Roberto Fernandez Retamar. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELLA, Julio Antonio. O proletariado e a libertação nacional. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**: o poder político; a natureza histórica do estado; os estados nacionais. São Paulo: Atual Editora, 1986.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**: anticolonialismo, antiimperialismo; constituição da oligarquias, a América Latina é livre? São Paulo: Atual Editora, 1986.

PRESCOTT, Guillermo H. **Historia de la conquista del Peru**. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1955.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder** – eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: A. Pena Lillo Editor, 1973a. Tomo 1º, “A Paso de Vencedores”.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: A. Pena Lillo Editor, 1973b. Tomo 2º, “La Pátria Dividida”.

RAMPINELLI, Waldir José. A globalização e as privatizações. In. ALVIM, Valdir; FERREIRA, Alceu Conceição (Orgs.). **A trama da privatização**: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. **A política externa de Juscelino Kubitschek**: as relações perigosas entre o nacional desenvolvimentismo e o colonialismo português. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REZENDE, Cyro. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANDERS, Karen. **Nación y tradición**: cinco discursos en torno a la nación peruana – 1885-1930. Lima: Fondo Editorial de Cultura, 1997. Pontifícia Universidad Católica del Peru. Publicación del Instituto Riva-Agüero .

WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina**: cinco séculos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FONTES

CLARIDAD – Organo de la Federación Obrera Local de Lima y de la Juventud Libre del Peru. Lima: Amauta, números 1 a 7, edicion en facsímle, 1994.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução: Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. Prefácio: Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Coleção Esta América.

_____. **Mariátegui total**. Lima: Biblioteca Amauta, 1994. Tomos I e II. Primera edición conmemorativa del centenario del nacimiento de José Carlos Mariátegui.

NUESTRA EPOCA – Revista Política y Literária. Lima: Amauta, números 1 e 2, edicion en facsímile, 1994.

BIBLIOGRAFIA SOBRE MARIÁTEGUI

ALARCO, Felipe Luis. **Tres autores – José Carlos Mariátegui, José María Arguedas e Martín Adán**. Lima: Amauta, 1995. Serie Centenário.

ALIMONDA, Héctor. **José Carlos Mariátegui – redescobrir a América**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção Encanto Radical.

ANUARIO MARIATEGUIANO – Publicación Periódica de Empresa Editora Amauta S.A. Lima: Amauta, v. VII, n. 7, 1995.

BELLOTTO, Manoel L.; CORRÊA, Anna Maria M. (Orgs.). **José Carlos Mariátegui**. Tradução: Manoel L. Bellotto e Anna Maria M. Corrêa. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

DANCOURT, Carlos. Pluralidad Étnica y nación en el Perú em los ensayos de Mariátegui. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**, Flacso Ecuador, n 26, septiembre 2006.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FALCÓN, Jorge. **Anatomia de los 7 ensayos de Mariátegui**. Lima: Amauta, 1978.

_____. **Mariátegui: la Revolución Mexicana y el Estado “anti”-imperialista**. Lima: Amauta, 1980.

FILLIPI, Alberto. **De Mariátegui a Bobbio – ensayos sobre socialismo y democracia**. Lima: Viuda de Mariátegui e Hijos S.A. y Librería Editorial Minerva – Miraflores, 2008.

FORGUES, Roland. **Mariátegui: una verdad actual siempre renovada**. Lima: Amauta, 1994. Compilación e Introducción.

_____. **Mariátegui, la utopía realizable**. Lima: Amauta, 1995.

GALINDO, Aberto Flores. **La agonía de Mariátegui: la polémica com la Komintern**. Lima: DESCO – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1980.

GERMANÁ, César. **El “socialismo indo-americano” de José Carlos Mariátegui**: proyecto de reconstitución del sentido histórico de la sociedad peruana. Lima: Amauta, 1995. Serie Centenario.

GONCHAROVA, Tatiana. **La creación heroica de José Carlos Mariátegui**. Lima: Amauta, 1995. Serie Centenario.

GUIBAL, Francis. **Vigencia de Mariátegui**. Lima: Amauta, 1995. Serie Centenario.

LÖWY, Michael. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. Seleção e introdução.

MELIS, Antonio. **Leyendo Mariátegui**: 1967-1998. Primera edición. Lima: Amauta, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Selección, prólogo y notas introductorias – José Carlos MARIÁTEGUI – textos básicos**. Lima, México y Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991. Impreso en el Perú.

SIMPOSIO INTERNACIONAL “AMAUTA Y SU ÉPOCA”, 2., 17 y 18 agosto 2006, Lima, Perú. **Actas...** Primera Edición. Lima: Viuda de Mariátegui e Hijos S.A. y Librería Editorial Minerva – Miraflores, junio 2007.

SIMPOSIO INTERNACIONAL “AMAUTA Y SU ÉPOCA”, 3 a 6 septiembre 1997, Lima, Perú. **Actas...** Primeira Edición. Lima: Librería Editorial Minerva – Miraflores, julio 1998.

ZAGACETA, Manuel Arce. **Mariátegui, frente al reto de pobreza**: hacia un proyecto nacional de peruanización. Lima: Amauta, 1995. Serie Centenario.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AGUIRRE, Manuel Dammert Ego. **José Carlos Mariátegui y la matriz civilizatória de la formación del Perú como Nación**. Ponencia presentada a: “7 Ensaíos, 80 Años” – Simpósio Internacional Conmemorativo de la Aparición de la Obra clásica de José Carlos Mariátegui. Lima, 2 al 3 octubre del 2008.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Editora da PUC, 1995.

_____. Nacionalismo e antiimperialismo em um texto de Mariátegui. **Lutas Sociais**, São Paulo, Neils – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – PUC-SP, n. 24, jun. 2010.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 2005.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo** – una civilización negada. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec; Ed. da USP, 1979.

BENEDETTI, Mario. El escritor y la critica en el contexto del subdesarrollo. In: ZEA, Leopoldo (Coord.). **Ideas en torno de Latinoamérica**. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) y Unión de Universidades de América Latina (UDUAL), 1986; v. II.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América Latina após 1930: economia e sociedade. São Paulo: v. V.

_____. **História da América Latina**: América Latina Colonial. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v.I

_____. **História da América Latina: da independência até 1870.** São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v.III.

_____. **História da América Latina: de 1870 a 1930.** São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. IV.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOLÍVAR, Simon. **Carta de Jamaica.** Habana: Casa de Las Americas, 1979.

BOND, Rosana. **Peru do império dos incas ao império da cocaína.** Rio de Janeiro: Coedita, 2004.

BONFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência até 1870.** São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/189.pdf>>.

BRUCKMANN, Mônica. **Dialética e imprensa revolucionária em José Carlos Mariátegui.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro.

BRUIT, Héctor H. **A invenção da América Latina.** Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf>.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Historia econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

CARDOSO, Maria Abadia. O campo da história: especialidades e abordagens. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 2, ano II, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>.

CARUSO, Raimundo C.; CARUSO, Mariléa M. Leal. **Bolívia – jakaskiwa**. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1988. v. 2 e 4.

CASAS, Alexandro. Pensamiento crítico y marxismo en América Latina: algunas trayectorias entre Bolívar y Mariátegui. In: RETAMAR, Roberto Fernández. **Pensamiento de nuestra América. Autorreflexiones y propuestas**. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/retamar/FRO/Casas>>.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. A atualidade do materialismo histórico e dialético. **Tecitura**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.tecitura.jts.br/include/getdoc.php>>.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COLLIER, Simon. **O Chile da Independência à Guerra do Pacífico**. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

CORDELLIER, Serge (Coord.). **Nações e nacionalismos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

COTLER, Julio. Peru: Estado oligárquico e reformismo militar. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERES, João Junior. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Revista Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia**. Brasília: Editora da UnB, 1981. Cadernos da UnB.

GILLY, Adolfo. Mariátegui y la Revolución Mexicana. In: _____. **Histórias clandestinas**. México D.F.: Editorial Itaca, 2009.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HARING, Clarence H. Metais preciosos: a comercialização e seus efeitos sobre a economia colonial. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos**. São Paulo: Hucitec; Ed. da USP, 1979.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raul. **El imperialismo y el APRA**. Cuarta edición. Lima: Amauta, 1972.

HOBSBAWM, Eric (Org.). **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984a.

_____. **História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSON, John A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

IANNI, Octavio. **Interpretações contemporâneas da América Latina**. Realização do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Sala do Conselho Universitário. São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003#back1>.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>.

KAPLAN, Marcos. **Formación del estado nacional en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1983.

KLARÉN, Peter F. **Nación y sociedad en la historia del Peru**. Lima: IEP – Instituto de Estudos Peruanos, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1985.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Nacionalismos e internacionalismos da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. III.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Apresentação de Fernando Peixoto e Introdução de Roberto Fernandez Retamar. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELLA, Julio Antonio. O proletariado e a libertação nacional. In: LÖWY, Michael (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MERCADO, Rene Zavaleta. **El Estado en America Latina**. Cochabamba, Bolívia: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1990.

NOVAES, Adauto (Org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual Editora, 1994.

PIEL, Jean. A livre troca e a revolução agrícola no século XIX. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec; Editora da USP, 1979.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**: o poder político; a natureza histórica do estado; os estados nacionais. São Paulo: Atual Editora, 1986.

PORTOCARRERO, Gonzalo; CÁCERES, Eduardo; TAPIA, Rafael (Eds.). **La aventura de Mariátegui**: novas perspectivas. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Católica del Peru, 1995.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**: anticolonialismo, antiimperialismo; constituição da oligarquias, a América Latina é livre? São Paulo: Atual Editora, 1986.

PRESCOTT, Guillermo H. **Historia de la conquista del Peru**. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1955.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder – eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: A. Pena Lillo Editor, 1973a. Tomo 1º, “A Paso de Vencedores”.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la nación latinoamericana**. Buenos Aires: A. Pena Lillo Editor, 1973b. Tomo 2º, “La Pátria Dividida”.

RAMPINELLI, Waldir José. A globalização e as privatizações. In. ALVIM, Valdir; FERREIRA, Alceu Conceição (Orgs.). **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. **A política externa de Juscelino Kubitschek: as relações perigosas entre o nacional desenvolvimentismo e o colonialismo português**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REZENDE, Cyro. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

RIVERA, José Escobedo. **El método de José Carlos Mariátegui en el debate epistemológico y el paradigma utilizado en la investigación sobre la realidad social**. Ponencia presentada a: “7 Ensaio, 80 Años” – Simpósio Internacional Conmemorativo de la Aparición de la Obra Clásica de José Carlos Mariátegui. Lima, 2 al 3 octubre del 2008.

ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da conquista colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANDERS, Karen. **Nación y tradición**: cinco discursos en torno a la nación peruana – 1885-1930. Lima: Fondo Editorial de Cultura, 1997. Pontificia Universidad Católica del Perú. Publicación del Instituto Riva-Agüero .

SMITH, Robert Freeman. Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. São Paulo: Editora da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. IV.

SPIILIMBERGO, Jorge Enea. **La cuestión nacional en Marx y otros ensayos políticos**. Buenos Aires: Fondo Editorial Simon Rodríguez, 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Atica, 2006.

WASSERMAN, Claudia (Coord.). **História da América Latina**: cinco séculos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ZEA, Leopoldo. America Latina: largo viaje hacia si misma. In: ZEA, Leopoldo (Coord.). **Ideas en torno de Latinoamérica**. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) y Unión de Universidades de América Latina (UDUAL), 1986. v. 1.

ANEXO I

Princípios Programáticos do Partido Socialista

1° - O caráter internacional da economia contemporânea, não permite a nenhum país desconhecer as correntes de transformação surgida das atuais condições de produção.

2° - O caráter internacional do movimento revolucionário do proletariado. O Partido Socialista adapta sua práxis as circunstâncias concretas do país; porém, obedece uma ampla visão de classe e as mesmas circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial. A revolução de independência, a mais de um século foi um movimento solidário de todos os povos subjugados pela Espanha; a revolução socialista é um movimento combinado de todos os povos oprimidos pelo capitalismo. Se a revolução liberal, nacionalista por seus princípios, não pode ser realizada sem uma estreita união entre os países sul americanos, fácil é compreender a lei histórica que, em uma época de mais acentuada interdependência e vinculação das nações, impõem-se que a revolução social, internacionalista em seus princípios, se opere como uma coordenação muito mais disciplinada e intensa dos partidos proletários. O manifesto de Marx e Engels condensou o primeiro princípio da revolução proletária na frase histórica: “Proletários de todos os países univos!”

3° - O agudizamento das contradições da economia capitalista. O capitalismo se desenvolve em povo semi-feudal como o nosso, no momento em que, chegada a etapa dos monopólios e do imperialismo, toda a ideologia liberal, correspondente a etapa da livre concorrência, deixa de ser válida. O imperialismo não permite a nenhum destes povos semi-coloniais que explora como mercado de seu capital e suas mercadorias e como depósito de matérias primas, um programa econômico de nacionalização e industrialismo. Os obriga a especialização, a monocultura. (Petróleo, cobre, açúcar, algodão no Peru). Crises que se derivam desta rígida determinação da produção nacional por fatores do mercado mundial capitalista.

4° - O capitalismo se encontra em seu estágio imperialista. O capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, das guerras imperialistas, pela apropriação dos mercados e das fontes de matérias brutas. A práxis do socialismo marxista neste período e do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa

do imperialismo e dos monopólios. O Partido Socialista do Peru o adota como seu método de luta.

5° - A economia pré-capitalista do Peru republicano que, pela ausência de uma classe burguesa vigorosa e pelas condições nacionais e internacionais que tem determinado o lento avanço do país na via capitalista, não pode libertar-se sob o regime burguês, acorrentado aos interesses imperialistas, associado com a feudalidade *gamonalista* e clerical, dos defeitos e atrasos da feudalidade colonial. O destino colonial do país renova seu processo. A emancipação da economia do país é possível unicamente pela ação das massas proletárias, solidárias com a luta anti-imperialista mundial. Só a ação proletária pode estimular primeiro, e realizar depois as tarefas da revolução democrático-burguesa, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir.

6° - O socialismo encontra mesmo sua subsistência na subsistência das comunidades que são as mesmas para as grandes empresas agrícolas, os elementos de uma solução socialista da questão agrária, solução que tolerará em parte a exploração da terra pelos pequenos agricultores, aí onde o *yanaconazgo*⁷¹ ou a pequena propriedade recomendam deixar a gestão individual conquanto que se avance na gestão coletiva da agricultura, nas zonas onde esse gênero de exploração prevalece. Por isto mesmo o estímulo que se presta ao livre ressurgimento do povo indígena e a manifestação criadora de sua forças e espírito nativo, não significa em absoluto uma romântica e anti-histórica tendência de reconstrução ou ressurreição do socialismo incaico, que correspondeu a condições históricas completamente superadas, e do qual só restam, como fator aproveitável dentro de uma técnica de produção perfeitamente científica, os hábitos de cooperação e socialismo dos camponeses indígenas. O socialismo pressupõe a técnica, a ciência, a etapa capitalista e não pode importar no menor retrocesso na aquisição das conquistas da civilização moderna, senão pelo contrário a máxima e metódica aceleração da incorporação destas conquistas na vida nacional.

7° - Só o socialismo pode resolver o problema de uma educação efetivamente democrática e igualitária, em virtude que cada membro da sociedade receba toda a instrução a que sua capacidade lhe de direito. O regime educacional socialista é o único que pode aplicar plena e sistematicamente os princípios da escola única, da escola do trabalho, das comunidades escolares, e em geral de todos os ideais da pedagogia revolucionária contemporânea, incompatível como os princípios da

⁷¹ - Sistema de "parceria" onde o indígena sem terra trabalha na terra de outro como "parceiro".

escola capitalista, que condena as classes pobres a inferioridade cultural e faz da instrução superior o monopólio da riqueza.

8° - Cumprida sua etapa democrático-burguesa, a revolução torna-se, em seus objetivos e em sua doutrina, revolução proletária. O partido do proletariado, capacitado pela luta para o exercício do poder e do desenvolvimento de seu próprio programa, realiza nesta etapa as tarefas da organização e defesa da ordem socialista.

9° - O Partido Socialista do Peru é a vanguarda do proletariado, a força política que assume a tarefa de sua orientação e direção na luta pela realização de seus ideais de classe.

Reivindicações Imediatas

Reconhecimento amplo de liberdade de associação, reunião e imprensa operária.

Reconhecimento do direito de greve para todos os trabalhadores.

Abolição da *conscriptión vial*⁷².

Substituição da lei da vadiagem dos artigos que consideram especificamente a questão da vadiagem no anteprojeto do Código Penal posto em vigo pelor Estado, com a exceção desses artigos incompatíveis com o espírito e o critério penal da lei especial.

Estabelecimento dos Seguros Sociais e da Assistência Social do Estado.

Cumprimento das leis de acidentes de trabalho, de proteção do trabalho, das mulheres e menores, da jornada de oito horas nas tarefas da agricultura.

Assimilação do paludismo nos vales da costa a condição de enfermidade profissional com as consequentes responsabilidades de assistência para o agricultor.

Estabelecimento da jornada de sete horas na minas e em trabalhos insalubres, perigosos e nocivos para a saúde dos trabalhadores.

Obrigaçã das empresas mineiras e petroleiras de reconhecer a seus trabalhadores, de modo permanente e efetivo, todos os direitos que lhes garantam as leis do país.

Aumento dos salários na indústria, a agricultura, as minas, os transportes marítimos e terrestres e as ilhas *guaneras*, em relação ao custo de vida de acordo com o direito dos trabalhadores a te uma vida num patamar mais elevado.

⁷² - Recrutamento obrigatório para realizar trabalhos de manutenção e abertura de novas estradas.

Abolição efetiva de todo o trabalho forçado ou gratuito e abolição ou punição de regime semi-escravista na montanha.

Dotação das comunidades de terras de latifúndios para distribuição entre seus membros em proporção suficiente para as suas necessidades.

Expropriação, sem indenização, a favor das comunidades, de todos os fundos de conventos e congregações religiosas.

Direito dos *yanaconas*⁷³, arrendatários, etc., que trabalhem em um terreno mais de três anos consecutivos a obter a adjudicação definitiva do uso de suas parcelas, mediante anualidades não superiores a 60 por cento ao *canon*⁷⁴ atual de arrendamento.

Rebaixamento, pelo menos de 50% deste *Canon*, para todos os que continuem em sua condição de parceiros ou arrendatários.

Adjudicação para as cooperativas e para os camponeses pobres das terras ganhas para cultivo pelas obras agrícolas de irrigação.

Manutenção em todas as partes dos direitos dos empregados já reconhecidos por lei respectiva. Regulamentação por uma comissão paritária, dos direitos de aposentadoria, de maneira que não implique em diminuição dos já estabelecidos em lei.

Implantação do salário e soldo mínimo.

Ratificação da liberdade de cultos e ensino religioso, ao menos nos termos do artigo constitucional e conseguinte revogação do ultimo decreto contra as escolas não católicas.

Gratuidade do ensino em todos seus níveis.

Estas são as principais reivindicações pelas quais o Partido Socialista lutara de imediato. Todas elas correspondem a peremptórias exigências para emancipação material e intelectual das massas. Todas elas devem ativamente sustentadas pelo proletariado e por elementos conscientes da classe média. A liberdade do Partido para atuar publica e legalmente, ao amparo da Constituição e das garantias que esta garante, e de acordo com seus cidadãos, para criar e difundir sem restrições sua imprensa, para realizar seus congressos e debates, é um direito reivindicado pelo ato mesmo de fundação pública deste agrupamento. Os grupos estreitamente ligados que se dirigem hoje ao povo, por meio deste manifesto, assumem resolutamente, com a consciência de um dever e uma responsabilidade histórica a missão de defender e propagar seus princípios, manter e sustentar sua organização a custa de qualquer sacrifício. As massas trabalhadoras da cidade, campo e das minas, o

⁷³ - índio que trabalha na terra sem ser proprietário como "parceiro".

⁷⁴ - garantia da posse da terra aqueles que nela trabalham como arrendatários ou meeiros.

camponês indígena, cujos interesses e aspirações representamos na luta política, saibam apropriar-se destas reivindicações e desta doutrina, combater perseverantemente e esforçadamente por elas, e encontrar através de cada luta, a via que conduza a vitória final do socialismo.

ANEXO 2

Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru

Art. 1 – A “Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru” é a Central Unitária das organizações sindicais do proletariado do Peru.

Art. 2 – A G.G.T.P. se propõe:

- a) Agrupar no terreno econômico a todos os assalariados do país, para a defesa de seus direitos, interesses e reivindicações.
- b) Orientar e estimular o desenvolvimento do movimento sindical mediante a propaganda oral e escrita, conduzindo os desorganizados a inscrever-se em seus respectivos sindicatos, e se estes não existirem criá-los.
- c) Estreitar relações de solidariedade com o movimento operário Latino americano, por meio da Confederação Sindical Latino Americana.
- d) Desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores.
- e) Organizar conferências e trabalhos de educação proletária, colaborar na luta contra o analfabetismo, patrocinar escolas e cursos de ensino técnico, publicar jornais, revistas e livros.

Constituição

Art. 3 – A C.G.T.P. esta constituída:

- a) Pelos sindicatos de trabalhadores do país regularmente constituídos e conforme o principio classista operário.
- b) Pelas Federações de Trabalhadores locais e Regionais.
- c) Pelas Federações de Trabalhadores locais de Indústrias.
- d) Pelas Federações ou Ligas camponesas.
- e) Pelas Federações de Comunidades Indígenas.

Art. 4 – Toda a organização filiada a C.G.T.P. estará representada nela mediante uma delegação na proporção seguinte:

- a) Até cem cotizantes com um delegado.
- b) De cem a quinhentos cotizantes com dois delegados.
- c) De quinhentos a mil cotizantes com três delegados.
- d) De mil a dois mil cotizantes com quatro delegados.
- e) A partir de dois mil cotizantes um delegado mais para mil ou fração.

Art. 5 – A C.G.T.P. esta representada e administrada:

- a) Por um Comitê Confederativo (corpo de delegados).
- b) Por um Comitê Executivo, composto por um Secretário Geral, um Secretário de Política Internacional, um Secretário de

Propaganda, um Secretário de Assuntos Camponeses, um Secretário de Assuntos Indígenas, um Secretário de Atas, um Tesoureiro e um Contador.

Art. 6 – As decisões sobre o andamento da Confederação serão tomadas pela Assembléia de delegados que terá sessão uma vez por mês.

Art. 7 – Poderão ocorrer sessões extraordinárias quando for solicitado por escrito por uma organização filiada, indicando-se expressamente o objeto da sessão e mesmo quando considere necessário o Comitê Executivo, ou por concordância da Assembléia de delegados.

Art. 8 – O Comitê Executivo realizará sessão ordinariamente uma vez por semana e em caso de conflito tantas vezes seja necessário.

Art. 9 – Para auxiliar o trabalho do Comitê Executivo, o Comitê Confederativo pode designar todas as comissões que creia necessárias; as permanentes serão: de Propaganda, de Organização, de Estatística, de Cultura, de Solidariedade, de Imprensa, Econômica, Juventude, Feminina, Camponesa e Indígena. Cada comissão trabalhará sob a responsabilidade e direção de membro do Comitê Executivo.

Art. 10 – As organizações regionais ou locais da república poderão delegar sua representação a trabalhadores militantes da capital.

Fundos

Art. 11 – Os fundos da C.G.T.P. estarão constituídos:

- a) Pelas cotizações ordinárias das instituições aderentes na razão de dois centavos mensais por trabalhador organizado.
- b) Pelas cotizações extraordinárias das mesmas.
- c) Pelas doações de militantes, caixas mutuárias, cooperativas, etc.
- d) Pelo produto da venda de publicações confederais e por todos os fundos arbitrados pela Comissão Econômica.

Art. 12 – A cota será paga diretamente pelos trabalhadores organizados em sua respectiva organização. Para tal efeito a C.G.T.P., distribuirá mensalmente a quantidade de selos que acredite necessário para cada organização a qual ficará anexada no recibo de pagamento que deu a cada entidade.

Art. 13 – As cotizações devem vir acompanhadas do boleto de estatística em que detalhará a quantidade de filiados que conta a organização e as cotizações havidas durante o mês respectivo, os desempregados, as baixas e federados novos.

Art. 14 – Se exime do pagamento de cotização aquelas organizações que por motivo de greve tenham esgotado seus recursos. Em tal caso o livro

da C.G.T.P. no mês de referencia indicará com um H (huelga) o estado de greve.

Dos Congressos

Art. 15 – A C.G.T.P., celebrara um Congresso ordinário a cada dois anos e extraordinário quando o C.C.N.(Comitê Confederativo Nacional) acredite necessário, ou solicitado por uma terça parte da organizações aderentes em dia com seus pagamentos com a Caixa Central. Em caso extraordinário o C.C.N. poderá adiantar ou postergar a data do Congresso.

Art. 16 – A Ordem do Dia dos Congressos será definitivamente estabelecida pelo C.C.N. e comunicada pelos sindicatos com três meses de antecipação.

Art. 17 – O Comitê Executivo publicará ao menos com oito dias de antecipação a realização do Congresso e a descrição geral e econômica de suas gestões.

Art. 18 – Participarão do Congresso, todas as organizações aderentes a C.G.T.P. e as convidadas a fazer-se representar por acordo do Comitê Executivo.

Art. 19 – O regulamento especial do Congresso determinará as condições de assistência e funcionamento.

Federações Locais

Art. 20 – Em toda a localidade aonde existam constituídas três organizações aderidas a C.G.T.P., estas deverão se constituir por si próprias com a aprovação do C.C.N. em Federação Local correspondente.

Art. 21 – São funções das Federações Locais:

- a) Desenvolver uma propaganda sindical ativa para agrupar nos sindicatos todos os trabalhadores da localidade.
- b) Unificar a ação dos trabalhadores da localidade para a defesa mais eficaz da dignidade e interesse da classe proletária.
- c) Auxiliar em todas as partes a obra de organização e solidariedade geral que realiza a C.G.T.P. em todo o país.

Art. 22 – A Federação Local independentemente das cotas que cada sindicato paga a C.G.T.P., poderá fixar conforme as suas próprias necessidades e de acordo com o Comitê Confederativo Nacional, a cota que estime necessária para atender a seu próprio orçamento.

Federações Regionais

Art. 23 – Em todos os departamentos aonde existam sete organizações federais ou três federações locais deverão constituir-se em Federação Regional, em idêntica forma e para preencher os mesmos fins que as Federações Locais e no raio da região.

Federações Nacionais por Indústrias

Art. 24 – Os sindicatos de uma determinada indústria existente nas diversas localidades do país, devem se vincular intimamente criando em cada caso a respectiva Federação Nacional por Indústria.

Das Greves e da Solidariedade

Art. 25 – Antes de decretar um movimento de greve importante ou que ameace ter sérias derivações ou comprometer a outros sindicatos, toda a organização deverá levar ao conhecimento do Comitê Executivo da C.G.T.P., comunicando os antecedentes e o processo do conflito; decretado o movimento poderão intervir no Comitê de Greve um ou mais delegados na qualidade de conselheiros.

Art. 26 – Quando uma greve sustentada por determinada organização tenha provocado conflito de solidariedade em outras entidades, estas deverão intervir no Comitê de Greve da primeira, e na orientação da luta em geral.

Art. 27 – Todo pedido de solidariedade aos sindicatos da C.G.T.P. deverão ser apresentados por intermédio desta Central.(Se excetua os casos de impossibilidade manifesto e de caráter extraordinário).

Disciplina

Art. 28 – Todo sindicato deve reger-se por um regulamento interno que não esteja em contradição com os presentes regulamentos.

Art. 29 – Os sindicatos que sem causa justificada deixem de pagar três meses consecutivos suas cotas a caixa central da C.G.T.P. serão privados do direito de voto sem prévia comunicação do Comitê Executivo e pronunciamento do C.C.N.

Art. 30 – Todo delegado que falte a duas sessões consecutivas sem causa justificada será chamada sua atenção, e na terceira falta cessará suas funções, comunicando-se este fato a sua organização respectiva.

Art. 31 – Será expulso do seio da C.G.T.P. todo membro que traia um movimento trabalhador.

Art. 32 - Qualquer medida disciplinar tomada pelos sindicatos dever ser comunicada ao Comitê Executivo perante ao qual podem apelar a ele os

interessados; em última instância poderão apelar ao Comitê Confederativo Nacional.

Referendum

Art. 33 – O Comitê Executivo poderá submeter a deliberação dos sindicatos filiados todos aqueles assuntos graves e extraordinários que afetem os interesses gerais da organização.

Art. 34 – Em todos os casos o Comitê Executivo informará amplamente as causas que motivaram uma resolução sobre as questões que se submetem a *referendum* e comunicará imediatamente o resultado.

Periódico

Art. 35 – A C.G.T.P., terá seu órgão central oficial e sua redação estará a cargo da comissão de imprensa.

Símbolo da Confederação

Art. 36 – Cada uma e todas as organizações aderentes a C.G.T.P. deverá usar em todos seus documentos o Símbolo Confederativo da Central, com as iniciais C.G.T.P. Além disso em cada caso, abaixo do título respectivo será colocada a legenda (Filiada a “Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru”)

Disposições Gerais

Art. 37 – Toda a iniciativa de reforma da carta orgânica da C.G.T.P., deverá ser apresentada ante o Comitê Executivo com três meses de antecedência ao Congresso. O C.C.N. remeterá aos sindicatos qualquer projeto de modificação da carta orgânica, dois meses antes do Congresso para sua deliberação.

Art. 38 – A Confederação Geral de Trabalhadores do Peru é indissolúvel enquanto exista organizações que a sustentem.

ANEXO 3



SIMPOSIO INTERNACIONAL
7 ENSAYOS DE INTERPRETACIÓN DE LA REALIDAD PERUANA

Conmemorando el 80º Aniversario de su publicación - Lima (Perú), del 2 al 4 de octubre del 2008

Av. Larco 288 - Miraflores - Lima 18. T: (51) 7020021 - (51) 445-6871 - Fax: (51) 447-6771 - correo: secretaria@7ensayos.org.pe / www.7ensayos.org.pe

Miraflores, 29 de agosto del 2008

Señor

Elvis Humberto Poletto

Universidade Federal de Santa Catarina

Faculdade de História

Brasil

elvispoletto@brturbo.com.br

De mi consideración:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud. a fin de invitarlo a participar en el Simposio Internacional en conmemoración al octogésimo aniversario de la aparición de la obra magna de José Carlos Mariátegui, *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, durante los días 2, 3 y 4 de octubre del año en curso.

La invitación que me permito extenderle cubre los gastos de alojamiento y alimentación en Lima, en los días que dure el simposio.

Le agradeceré enviarnos su dirección postal para remitirle los números sucesivos del Boletín Informativo que estamos editando, los cuales Ud. puede revisar en www.7ensayos80aniversario.com.

En espera de su presencia en este importante certamen cultural, sírvanos esta oportunidad para expresarle los sentimientos de nuestra mayor consideración.

De Ud. muy atentamente,


 Sandro Mariátegui Chiappe

ANEXO 4

Dialogarán con José Carlos Mariátegui

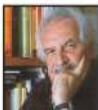


Roland Forgues
(Francia)

Catedrático de la Universidad
de PAU. Fundador de ANDINICA

Alberto Filippi
(Italia)

Doctor en Filosofía, Universidad
de Roma La Sapienza,
Académico y politólogo.



Michael Löwy
(Francia)

Director de investigación emérito
del Centro de Investigación Social.

Humberto Mata
(Venezuela)

Presidente de la Biblioteca
Ayacucho de Caracas.



Edgar Montiel
(Perú)

Director de la Sección de Políticas
Culturales de la UNESCO, París.

Héctor Alimonda
(Brasil)

Profesor postgrado en Ciencias
Sociales. Investigador de FLACSO.



Sara Beatriz Guardia
(Perú)

Escritora e historiadora.

Marco Matos
(Perú)

Presidente de la Academia
Peruana de la Lengua.



Saúl Peña (Perú)

Médico Psiquiatra,
Catedrático.

José Escobedo Rivera
(Perú)

Universidad Nacional
del Altiplano de Puno.



María Pía López
(Argentina)

Socióloga de la
Universidad de Buenos Aires.

7 Ensayos, 80 Años

Diálogo con José Carlos Mariátegui
desde la Posmodernidad



Dialogan:

Saúl Peña (Perú),
Roland Forgues (Francia),
Alberto Filippi (Italia),
Adam Anderle (Hungría),
Humberto Mata
(Venezuela),
Edgar Montiel (UNESCO),
Sandro Mariátegui (Perú),
Marco Matos (Perú),
Manuel Dammert (Perú), Sara Beatriz Guardia (Perú),
Arturo Concuera (Perú), Tomás Escjadillo (Perú),
Manuel Pantigoso (Perú), Mariela Becher (Argentina),
Héctor Alimonda (Brasil), Mirla Alcibiades (Venezuela),
Néstor Taboada Terán (Bolivia), José Campos Dávila (Perú),
Edmundo Murruygarra (Perú), Ramón Pajuelo (Perú),
Ricardo Hernández (México), José Escobedo (Perú),
Michael Löwy (París), Marlene Montes (Alemania),
María Pía López (Argentina), Miguel Mazzeo (Argentina),
María Ramírez (Venezuela), Samuel Sosa (México),
Rafael Ojeda (Perú), Augusto Ruiz (Perú), Tiago Coelho (Brasil),
Iván Rodríguez (Perú), Wilma Derypich (Perú),
Daniel Matthews (Perú), Hugo Ordóñez Salazar (Perú)



**Simposio
Internacional
Conmemorativo
2-3 Octubre**

Centro Cultural Ccori Wasi
de La Universidad
Ricardo Palma

Ingreso Libre

Av. Arequipa #5198, Miraflores

Continua

Programa del Simposio Internacional "7 Ensayos: 80 años"
Días 2 y 3 de octubre en el Centro Cultural CCORI WASSI
Av. Arequipa #5198, Miraflores

JUEVES 2 DE OCTUBRE

- 9.00 **Sandro Mariátegui Chiappe:** Discurso inaugural.
- 9.30 **Saúl Peña:** Conferencia magistral: Humanismo y Universalismo en Mariátegui.
- 10.00 **Michael Lowy:** Conferencia televisada desde París.
- 10.20 **Arturo Corcuera:** Oda a Amauta.
- 10.30 **Humberto Mata** (Venezuela): 7 ensayos en la Biblioteca Ayacucho.
- 10.45 **Roland Forgues** (Francia): Mariátegui en el siglo XXI: globalización, totalidad y utopía.
- 11.15 **Alberto Filippi** (Italia): Los 7 ensayos en su tiempo y en el nuestro.
- 11.45 **Edgar Montiel** (UNESCO): Los intérpretes de la realidad. La misión de la clase intelectual peruana en la construcción de la vida nacional.
- 12:00 **Cocktail inaugural**
Salón principal (con invitación)
- 1.30 Almuerzo
- 2.45 **Adam Anderle** (Hungría): Mariátegui húngaro.
- 3.00 **Nestor Taboada Teran** (Bolivia): José Carlos Mariátegui 80 años de Siete Ensayos.
- 3.30 **Marlene Montes de Sommer** (Alemania): La búsqueda de la autenticidad frente a un horizonte incierto. Una orientación desde la perspectiva de José Carlos Mariátegui.
- 4.00 **Mariela Becher** (Argentina): Lógica e historia en Mariátegui: por el camino de Marx.
- 4.30 **Daniel Mathews** (Perú): Mariátegui: el marxismo político.
- 5.00 **María Pia López** (Argentina): Vitalismo y Marxismo: La composición mariáteguiana.
- 5.15 **Héctor Alimonda** (Brasil): La Ecología Política de Mariátegui: notas para una arqueología del ecosocialismo latinoamericano.
- 5.45 **Miguel Mazzeo** (Argentina): Los "elementos de socialismo práctico"; Un concepto productivo y necesario para pensar el socialismo del siglo XXI.
- 6.00 Café
- 6.15 **María Ramírez Delgado** (Venezuela): Poesía.
- 6.30 **Marco Martos - Humberto Mata - Sara Beatriz Guardia:** Presentación de 7 ensayos de Interpretación de la realidad peruana. Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

VIERNES 3 DE OCTUBRE

- 9.00 **Samuel Sosa** (México): Mariátegui y Zea: Los desafíos de América Latina en el siglo XXI.
- 9.30 **Hugo Ordóñez Salazar** (Perú): Mariátegui y la regionalización
- 10.00 **Manuel Dammert** (Perú): Mariátegui y la formación territorial del Perú como Nación y República.
- 10.30 **Edmundo Murrugarra Fiorián** (Perú): Ser y conocer en Mariátegui. El Bien, la Verdad y la Belleza en otro orden, para otro mundo posible.
- 11.00 **Rafael Ojeda** (Perú): Posmodernidad, diatopía y multicentrismo. José Carlos Mariátegui en la encrucijada.
- 11.30 **Augusto Ruiz Zevallos** (Perú): Historia y verdad en Mariátegui.
- 12.00 **José Escobedo Rivera** (Perú): El método de José Carlos Mariátegui en el debate epistemológico y el paradigma utilizado en la investigación sobre la realidad social.
- 12.30 **Ramón Pajuelo** (Perú): Claves para una relectura del problema indígena en los 7 ensayos de Mariátegui.
- 1.00 Almuerzo
- 2.45 **Wilma E. Derpich.** El amor por Botticelli: José Carlos Mariátegui desde la mirada de E.H. Gombrich del Instituto Warbug.
- 3.00 **José Campos Dávila** (Perú): Visión de Mariátegui y Nicomedes Santa Cruz en Relación al indigenismo, negritud y su proyecto hacia la trititud.
- 3.30 **Tiago Coelho Fernandes** (Brasil): Mariátegui y las raíces de la rebelión indígena.
- 4.00 **Tomás Escajadillo** (Perú): Un insólito personaje narrador en las páginas de Amauta.
- 4.30 **Sara Beatriz Guardia** (Perú): Cuestión nacional y vanguardia literaria. Una visión de género.
- 5.00 **Manuel Pantigoso** (Perú): Magda Portal en el Proceso a la literatura de los 7 ensayos.
- 5.30 **Mirla Alcibiades** (Venezuela): Del cronista al ensayista en la propuesta crítico-literaria de José Carlos Mariátegui.
- 6.00 **Ricardo Hernández** (México): Reinventando el canon: la lectura de Mariátegui a Eguren.
- 6.30 Café
- 6.45 **Alberto Filippi:** Mariátegui y Bobbio.
- 7.00 **Sandro Mariátegui:** Los 8 ensayos de Mariátegui.
- Clausura**
- 7.15 **Sara Beatriz Guardia:** Retos y propuestas.
- 7.30 **Iván Rodríguez:** Discurso de clausura.
- 8.00 Vino de honor.